

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Balneários do Laranjal: História, Sociabilidade e Lazer na Costa Doce Pelotense” (1970-2014)

Mateus da Silva Costa

Pelotas, 2023

MATEUS DA SILVA COSTA

**Balneários do Laranjal: História, Sociabilidade e Lazer na Costa Doce
Pelotense (1970-2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. ^a Dr^a Ana Maria Sosa González

Pelotas, 2023

MATEUS DA SILVA COSTA

Balneários do Laranjal: História, Sociabilidade e Lazer na Costa Doce Pelotense (1970-2014)

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 14/12/2023

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Ana Maria Sosa Gonzáles (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil.

Prof.^a Dr.^a. Dalila Muller
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio do Sinos, UNISINOS, Brasil.

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas
Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil.

Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

C837b Costa, Mateus da Silva

Balneários do Laranjal [recurso eletrônico] : história, sociabilidade e lazer na Costa Doce Pelotense (1970-2014) / Mateus da Silva Costa ; Ana Maria Sosa González, orientadora. — Pelotas, 2023.
200 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Balneários do Laranjal. 2. História. 3. Sociabilidade. 4. Lazer. I. González, Ana Maria Sosa, orient. II. Título.

CDD 981.65

Dedico este trabalho a todos aqueles apaixonados por veranear em uma das mais belas praias do Rio Grande do Sul. O Laranjal.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós Graduação em História da UFPEL, por proporcionar-me excelentes mestres e formação intelectual de qualidade.

À professora Ana Maria Sosa González, pelo incentivo, orientação e confiança e, sobretudo, pela empatia e compreensão nos momentos mais delicados dessa trajetória.

Aos integrantes da banca, pela disponibilidade e contribuições pertinentes.

A minha esposa Aline Aguiar Pires, por todo amor, carinho e respeito as minhas escolhas, sempre dedicando uma palavra de incentivo e motivação. Agradeço também pelos quatorze anos de convivência conjugal e pelos dois filhos maravilhosos que tivemos juntos, Lorenzo e Maria Clara.

Aos meus pais José Francisco M. Costa e Dulce Inês da Silva Costa, pelo apoio incondicional e por ensinar-me o valor da educação e conhecimento.

As minhas irmãs Tais e Tanise da Silva Costa, pela cumplicidade e parceria de vida.

Aos cunhados Rafael Souza, Alisson Pires e Marcos Fonseca, pelas conversas descontraídas.

A minha saudosa avó Maria da Conceição Rodrigues da Silva (in memorian) que, aonde quer que ela esteja, está sempre olhando por mim.

A minha tia de coração Ana Maria Machado, pelo carinho e admiração com a minha pessoa.

A Laudemar Arpino (in memorian), um amigo querido que sempre demonstrou admiração e respeito pela minha jornada enquanto pesquisador e educador.

A todos os meus amigos e colegas professores do município de Pelotas que, de alguma forma interferiram no caminho que me trouxe aqui neste momento.

A todos aqueles que se dispuseram a conceder entrevistas, doando parte de seu tempo para falar de suas experiências de vida junto ao Laranjal, colaborando com a produção de documentos orais, sem os quais não haveria a construção deste trabalho.

*“Não sei se eu escolhi o Laranjal, ou ele que me escolheu.
Não sei dizer. O que sei é que ele estará sempre no meu
coração”.*

SADY HOMRICH, músico da Banda Nenhum de Nós.

RESUMO

COSTA, Mateus da Silva. **Balneários do Laranjal: História, Sociabilidade e Lazer na Costa Doce Pelotense (1970-2014)**. Orientadora: Ana Maria Sosa Gonzáles. 2023. 200f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

A presente pesquisa analisa as diferentes formas de sociabilidade, lazer e apreciação do espaço público de praia, instituídas ao longo da história das estações balneares Santo Antônio, Valverde e Prazeres, que, juntas, compõem a orla lagunar do Laranjal, situada no município de Pelotas/RS. Metodologicamente, o trabalho apoia-se nos contributos da história oral através da análise das entrevistas realizadas a moradores e outros indivíduos ligados aos balneários em questão. Além disso, a pesquisa vale-se de uma perspectiva qualitativa ao debruçar-se sobre documentos fotográficos e períodos jornalísticos do município de Pelotas, buscando evidenciar as diversas nuances da convivência social de veraneio neste território litorâneo. A pesquisa centrou-se em questões como: (a) A sociabilidade em torno dos clubes sociais e recreativos, situados nos balneários do Laranjal; (b) O lazer desportivo na praia; (c) Os bares e restaurantes enquanto espaços de sociabilidade; (d) A prática do campismo e o lazer junto a natureza; (e) Os banhos na Lagoa e o usufruto lúdico do espaço de areia na beira da praia. O recorte temporal desta pesquisa insere-se dentro da chamada História do Tempo Presente, isto porque ela tem o seu ponto de partida nos anos de 1970, momento pujante na sociabilidade de veraneio no Laranjal, indo até meados de 2014, período onde o poder público local, por determinação judicial, desapropria inúmeros estabelecimentos comerciais que encontravam-se irregulares na beira da praia. Além desse acontecimento, a suspensão do campismo praieiro e o encerramento das atividades futebolísticas do certame praia sete, são outros dois aspectos que parecem ter contribuído para o esboroamento da sociabilidade e lazer nas três estações balneares em estudo. Ao examinar todos esses aspectos, vislumbra-se escrever uma história que valoriza a cultura balneária da cidade de Pelotas.

Palavras – Chave: Balneários do Laranjal; História; Sociabilidade; Lazer.

ABSTRACT

COSTA, Mateus da Silva. **Balneários do Laranjal: History, Sociability and Leisure in Costa Doce Pelotense (1970-2014)**. Advisor: Ana Maria Sosa Gonzáles. 2023. 200f. Dissertation (Master's in History) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

This research analyzes the different forms of sociability, leisure and appreciation of the public beach space, established throughout the history of the Santo Antônio, Valverde and Prazeres bathing stations, which, together, make up the Laranjal lagoon shore, located in the municipality of Pelotas /LOL. Methodologically, the work is based on the contributions of oral history to carry out and analyze the interviews carried out with residents and other individuals linked to the resorts in question. Furthermore, the research uses a qualitative perspective when focusing on photographic documents and journalistic periods from the municipality of Pelotas, seeking to highlight the different nuances of summer social coexistence in this coastal territory. The research focused on issues such as: (a) Sociability around social and recreational clubs, located in Laranjal resorts; (b) Sports leisure on the beach; (C) Bars and restaurants as spaces for sociability; (d) The practice of camping and leisure close to nature; (e) Bathing in the lagoon and recreational use of the sandy space at the edge of the beach. The time frame of this research falls within the so-called History of Present Time, this is because it has its starting point in the 1970s, a thriving moment in summer sociability in Laranjal, going until mid-2014, a period in which public authorities local, by court order, expropriated numerous commercial establishments that were illegally located on the beachfront. In addition to this event, the suspension of Praieiro camping and the closure of football activities at the Praia Sete event, are two other aspects that seem to have contributed to the collapse of sociability and leisure in the three bathing resorts under study. By examining all these aspects, we envision writing a story that values the beach culture of the city of Pelotas.

Keywords: Laranjal Baths; History; Sociability; Leisure.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização do município de Pelotas, com destaque para a cidade, no Rio Grande do Sul e no Brasil.....	20
Figura 2 - Mapa da Região administrativa do Laranjal.....	21
Figura 3 - Foto aérea da parte sul da Praia do Laranjal, onde situa-se o Balneário Santo Antônio, Valverde, Pontal da Barra e a desembocadura do Canal São Gonçalo na Lagoa dos Patos.....	22
Figura 4 - Placa de trânsito sinalizando o caminho em direção às “Praias do Laranjal”	23
Figura 5 - Mapa apontando a localização das estâncias de Pelotas no século XIX.....	74
Figura 6 - Foto de Entrada – “Estância do Laranjal, 1758”.....	75
Figura 7 - Fotorreportagem destacando a existência de planos para a construção de um espaço de praia em Pelotas.....	80
Figura 8 - Membros da elite pelotense atravessando o arroio pelotas em direção ao Laranjal -	81
Figura 9 - Autorização de acesso ao Laranjal, concedida pela família Assumpção.....	82
Figura 10 - Caminhão, um dos meios de transporte mais utilizados pelas camadas populares para irem até o Laranjal (1940)	83
Figura 11 - Imagem da modernização arquitetônica da ponte que liga a cidade a Praia do Laranjal (1966)	90
Figura 12 - Foto da procissão que carrega a imagem de Santo Antônio.....	97
Figura 13 - Adolfo Fetter e Antônio Augusto Assumpção Jr., respectivamente, assinando o contrato de compra e venda dos terrenos da Vila Balneária Santo Antônio.....	99
Figura 14 - Folder de propaganda dos terrenos disponíveis para comercialização no Santo Antônio.....	100

Figura 15 - Arborização da orla no Balneário Santo Antônio nos anos de 1960.....	101
Figura 16 - Transporte Coletivo circulando no Balneário Santo Antônio na década de 1970.....	102
Figura 17 - Foto Aérea da Vila Residencial Balneário Santo Antônio nos primeiros anos de seu loteamento.....	103
Figura 18 - Vista frontal da antiga Granja Santa Helena.....	105
Figura 19 - Caminhões da firma responsável pela execução técnica do projeto Balneário Valverde. (1956).....	103
Figura 20 - Maquinário realizando a remoção de dunas para abertura de ruas no Balneário Valverde (1956)	106
Figura 21 – Fotorreportagem alusiva a aquisição de terreno por parte de uma grande loja de vestuário feminino de Pelotas.....	109
Figura 22 - Casa sede do Balneário dos Prazeres.....	110
Figura 23 - Um dia de verão na orla do Balneário dos Prazeres nos anos de 1960.....	113
Figura 24 - Prédio Sede do Laranjal Praia Clube com a sua respectiva localização. (2022).....	123
Figura 25 - Membros da elite Pelotense marcando presença em um concurso de beleza, ocorrido na década de 1970, no LPC.....	124
Figura 26 - A jovem modelo Vera Brauner sendo ovacionada em um desfile de carro aberto pelas ruas de Pelotas.....	125
Figura 27 - Uma jovem associada participando da gincana do LPC.....	126
Figura 28 - Registro de um competidor do concurso de pesca, promovido pelo LPC, exibindo o seu peixe.....	127
Figura 29 - Publicação expondo a tentativa de manter o LPC em funcionamento, promovendo eventos e conclamando a comunidade a colaborar com o restabelecimento da instituição.....	128
Figura 30 - Prédio Sede do Oásis Praia Clube com a sua respectiva localização (2022)	129

Figura 31 - Quadro exposto na parede do Clube, contendo a imagem do projeto de fachada do OPC.....	130
Figura 32 - Documento, produzido pelo clube OPC, comunicando os Clubes e sociedades recreativas de Pelotas sobre a corte feminina escolhida para representar a instituição no verão de 1992.....	134
Figura 33 - Prédio do Valverde Praia Clube com a sua respectiva localização (2022)	135
Figura 34 - Foto da antiga sede do Valverde Praia Clube (1975)	137
Figura 35 - Associados recebendo o troféu de 1º lugar no torneio de Futebol de sete, promovido pelo clube, em 1981.....	138
Figura 36 - Foto da primeira construção do Trapiche no Balneário Valverde...	139
Figura 37 - Com prédio em ruínas, Valverde Praia Clube tem o seu terreno levado a leilão no ano de 2020.....	140
Figura 38 - Notícia publicada pelo jornal eletrônico “A Tribuna”, comunicando a população de Rondonópolis (MT) sobre o fechamento da Associação Atlética Banco do Brasil, ocorrido no início de Setembro de 2019.....	141
Figura 39 - Matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, destacando a falência do Clube dos Bagres, tradicional entidade social que situava-se na cidade de Franca/SP, no ano de 2000	142
Figura 40 - Antigo Restaurante das Figueiras, no Balneário Santo Antônio, atualmente padaria Ki colosso.....	145
Figura 41 - Fotorreportagem abordando a notificação dos quiosques e bares em situação de irregularidade sanitária nos Balneários do Laranjal.....	148
Figura 42 –Imagem do extinto “Bar e Restaurante da Beti” (1999), no Balneário Valverde, atualmente Kreps e pastelaria da Tia Tatá.....	149
Figura 43 - Clientes em um clima de descontração e alegria em torno da mesa de bar, ao som de boa música.....	151
Figura 44 – Músicos se apresentando no Bar da Beti, no verão de 2000.....	152
Figura 45 - Fachada atual do estabelecimento, com sua respectiva localização.....	155

Figura 46 - O sambista pelotense Fabio Saraiva apresentando-se no Bar do Costinha em início de carreira.....	157
Figura 47 - Dia de “casa cheia” no Bar. Veraneio de 2003.....	157
Figura 48 - Cercado pelo público torcedor, Wolney Castro (com o microfone) e Darcy Pino (na mesa de registros dos jogos), transmitem, pelas ondas da RU, os jogos do Certame Praia Sete à população Pelotense em 1978.....	161
Figura 49 - Os jogos na Praça Aratiba aproximando as crianças do universo do futebol. Através deles as crianças têm a oportunidade de conhecer os times, os jogadores e vão familiarizando-se com as artimanhas da modalidade. (Campeonato Praiano 2006/2007)	164
Figura 50 - Público prestigiando os jogos na Praça Aratiba (Campeonato Praiano 2005/2006.....	165
Figura 51 - Atletas do S.E.R Aratiba celebrando o título de campeão praiano em 1995.....	168
Figura 52 - Mata do Totó, à beira da estrada que liga o Balneário dos Prazeres à Colônia Z-3.....	171
Figura 53 - Rol de entrada do Ecocamping Municipal de Pelotas.....	175
Figura 54 - Fotorreportagem enfatizando a devastação ambiental ocasionada pela presença irregular de campistas no Totó.....	177
Figura 55 - Uma cena típica de banhos no Laranjal, onde destaca-se a presença do jovem Ricardo Drummond, na época, com 9 anos de idade, aproveitando alegremente o frescor da Lagoa no Balneário Santo Antônio (1996)	180
Figura 56 - Esposo de Amparo Drummond divertindo-se com seu caiaque na Praia do Laranjal (1998)	180
Figura 57 - Os jovens Jorge Ivan da Costa Gertum e Leocádia Assumpção de Assumpção em clima de romance nas areias do Laranjal (1961)	183
Figura 58 - Inúmeras famílias socializando à beira da praia (1987)	183
Figura 59 – Foto de uma veranista eleita como a bela do Laranjal, no verão de 1979.....	184

Figura 60 - O pequeno Sady Homrich, seu primo e um cachorrinho, em um típico momento de lazer infantil nas areias do Laranjal (1982)185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quadro demonstrativo de Entrevistas.....	37
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS

APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CPS	Certame Praia Sete
ETURPEL	Empresa de Turismo do Município de Pelotas
FAUERS	Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul
FETHESP	Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
HO	História Oral
HOT	História Oral Temática
HOV	História Oral de Vida
HTP	História do Tempo Presente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INBRAJA Assumpção	Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção
LPC	Laranjal Praia Clube
OPC	Oásis Praia Clube
PA	Praça Aratiba
PNGC	Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro
RU	Rádio Universidade
SEURB	Secretaria de Urbanismo
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
VPC	Valverde Praia Clube

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1- AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA EM PERSPECTIVA	39
1.1- História Oral, Memória Social e Tempo Presente: Vozes do Laranjal.....	39
1.2- Sociabilidade e lazer: um olhar histórico-cultural sobre a Praia	53
1.3 - O conceito de Espaço Público em prol da narrativa Histórica	63
2- A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS ESTAÇÕES BALNEARES NA ORLA DO LARANJAL	70
2.1 - Os Primórdios da Sesmaria de Pelotas e a Estância do Laranjal	70
2.2 - A trajetória de edificação do primeiro balneário público no município.....	76
2.3 - Vila Residencial Balneário Santo Antônio	94
2.4 - Vila Residencial Balneário Valverde	101
2.5 - Vila Residencial Balneário dos Prazeres.....	107
3- “VERÕES E VERANEIO NO LARANJAL”: MEMÓRIA, SOCIABILIDADE E LAZER NOS BALNEÁRIOS SANTO ANTÔNIO, VALVERDE E PRAZERES	113
3.1. Os Clubes Sociais enquanto espaços de sociabilidade e lazer: um breve olhar	113
3.1.1. Laranjal Praia Clube: tempos áureos, tempos de sobrevivência.....	118
3.1.2. Oásis e Valverde Praia Clube: Da ascensão a falência	126
3.2. “Pé na areia, caipirinha, água de coco, cervejinha”: Os bares e restaurantes enquanto espaços de sociabilidade na orla dos Balneários do Laranjal	141
3.3. “Bater uma bolinha na beira da praia. Por que não?” lazer e sociabilidade desportiva no Laranjal	156
3.3.1. O Certame futebolístico Praia Sete no Santo Antônio e Valverde... ..	157
3.3.2. O Futebol Praiano na Praça Aratiba – Balneário dos Prazeres.....	161
3.4. A prática do Campismo no Balneário dos Prazeres e nas matas do Totó	166
3.5. Sol, Banhos e Areia da praia. Lazer e Prazer à beira do Laranjal.....	175
CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
REFERÊNCIAS	195
ANEXO	200

INTRODUÇÃO

Dentre os cenários que a sociedade contemporânea elegeu como de preferência, a praia é um daqueles de maior destaque. Em todos os lugares do mundo, onde as condições climáticas são favoráveis, desenvolve-se um verdadeiro fascínio pelo ambiente praieiro. Lugar convidativo e excitante, a praia é cenário de preguiça e brinquedo; descanso e descompromisso independentemente de onde localiza-se. Formas de conduta à beira mar, práticas desportivas, maneiras de se vestir, de pensar, agir, morar e consumir, são aspectos presentes entre as sociedades afeitas ao território litorâneo.

A globalização da cultura de Praia já é uma realidade consolidada, fato que fica ainda mais evidente no segmento turístico. Não frequenta-se mais e tão somente a praia local, mas viaja-se enormes distâncias para experimentar trocas culturais, ideias e desejos que dela advém. Daí os “destinos turísticos”, os resorts, os pacotes de viagem, etc. Dentro desta perspectiva, a praia transformou-se em moeda corrente, assumindo um valor particular medido pelo seu poder de sedução e fascinação social.

Na atualidade, quando observa-se esses tipos de interação entre a sociedade e litoral, nem imagina-se a secular história que encontra-se por detrás de tudo isso.

Até mesmo os historiadores profissionais tardaram a dedicar alguma atenção mais séria ao território de praia dentro da pesquisa científica. Foi somente com as quedas de certos paradigmas das ciências humanas, no decorrer da década de 1960, que a historiografia começou a atentar para a historicidade dos espaços¹.

O pioneiro a se aventurar em uma escrita da História, cujo escopo foram as transformações ocorridas no litoral marítimo, a partir dos usos sociais da beira-mar, foi Alain Corbin. Em 1989, o historiador francês publicou uma obra intitulada “O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental”, onde ele

¹ Para um melhor entendimento sobre as mudanças de paradigmas das ciências humanas ver: DOSSE, François. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru: EDUSC, 2003.

demonstra como as representações do mar foram construídas e ressignificadas socialmente ao longo do século XVIII e XIX².

A trajetória narrativa proposta pelo autor convida ao leitor a compreender a paisagem litorânea para além de uma mera borda aquática, apresentando um longo processo no decorrer de, pelo menos, cinco séculos.

Iniciando pelas representações bíblicas, passando pelo contexto das grandes navegações nos 1500, Corbin (1989) traceja os elementos do medo e a aventura junto aos oceanos. Em suas palavras:

O oceano constitui a relíquia daquela substância primordial indiferenciada que tinha necessidade, para se tornar-se natureza criada, de que lhe fosse imposta forma. Esse reino inacabado, vibrante e vago do prolongamento do caos, simboliza a desordem anterior à civilização (CORBIN, 1989, p.12).

Essa perspectiva bíblica com caos, que ele denomina de “visão cristã do oceano”, impõe ao universo marítimo uma áurea catastrófica que perdurará por um bom tempo no interior das cosmogonias cristãs. Afinal de contas, como consta nos próprios escritos católicos, teria sido o oceano com toda a sua força implacável que lavou o mundo pecaminoso nos tempos de Noé. Assim, simbolicamente, o oceano adquire um caráter intempestivo e purificador.

Com as grandes navegações no século XVI, o litoral oceânico, antes concebido como a morada de monstros desconhecidos, agora passa a ser o caminho das aventuras e descobertas do audaz homem europeu. A modernidade será o contexto onde ocorre o enfraquecimento da ideia de caos oceânico, pois a partir do século XVII, será incentivado um “retorno à natureza” (CORBIN, 1989, p.32). Segundo ele: “o percurso das praias de mar integra-se a um conjunto de práticas da natureza que respondem ao plano da vida de uma elite desejosa do retorno às fontes” (CORBIN, 1989, p.32).

Tomava corpo uma espécie de “teologia natural”, onde o homem deveria se tornar um leitor generoso da obra divina, enaltecendo as observações empíricas, e aproximando-se daquilo que Deus teria criado. Assim: “Para

² CORBIN, Alain. **Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

conceber devidamente a nova maneira de apreciar o mar e suas praias, tal como apresenta na aurora do século XVIII, é necessário levar em conta essa leitura piedosa do espetáculo da natureza e da harmoniosa figura de terra pós-diluviana” (CORBIN,1989, p.37).

O que está em jogo aqui é a coexistência de leituras distintas do mar sobre a mesma estrutura de pensamento, a cristã. Sob o mesmo pano de fundo, duas formas de estabelecer relação com o oceano se apresentam: A primeira seria o medo baseado no caos diluviano. E a segunda uma proposta de harmonização humana com o espaço natural. Para que tal mudança ganhasse escopo, foi preciso um século de navegação e enfrentamentos com o mar aberto, que agora, se não deixava de mostrar riscos, ao menos colocava fim a percepção apocalíptica da varredura do mundo pela força das águas. (CORBIN, 1989).

Neste trajeto de representações acerca do mar, o autor atravessa os séculos XVI e XVII, categorizando-os como sendo um período romântico, baseado na melancolia, e encontrando a contrapartida disso no decorrer de um século XVIII, que incorporou a vivência junto ao mar como uma experiência capaz de proporcionar a “energia vital” (CORBIN, 1989, p.74). O ano de 1732 seria uma data crucial para a moda dos banhos de mar:

Assim, pouco após a metade do século XVIII, a moda do banho de mar nasce de um projeto terapêutico; os médicos prescrevem uma verdadeira cura inspirada no modelo proposto pelas estâncias termais, então muito em voga na Europa (CORBIN, 1989, p.81).

A conexão entre o encontro do mar, através da recorrência dos banhos, e o projeto médico-terapêutico é o elemento fundamental para o desenvolvimento do ponto de vista de Corbin sobre o século XVIII. Ele posiciona a sociedade inglesa deste século como sendo a primeira referência dos banhos de mar, implicando, ao mesmo tempo, em situar não só as camadas aristocráticas de corte - ociosa – que procuravam vitalizarem-se, mas, sobretudo, aqueles grupos sociais que buscavam fugir momentaneamente da fuligem e poluição inerentes ao contexto de industrialização que estavam inseridos.

Sobre essa classe ociosa que procura os banhos, o autor argumenta que:

O modelo de banho terapêutico destina-se a membros da classe ociosa habituados ao serviço de uma criadagem. Esses indivíduos, geralmente frágeis, veem a natureza em busca de vigor, mas seu desejo de contato com o mar deve submeter-se ao hábito do luxo. Em vista disso, uma série de práticas foi codificada pelos médicos, que consideram cuidadosamente a sociologia das sensibilidades (CORBIN, 1989, p.92).

No decorrer do século XVIII e início do XIX, a popularização dos banhos de mar ganha proporções ainda maiores com a inserção da França como representante das práticas balneares. Tal ampliação do cenário praiano leva Corbin a classificar a grafia de um novo prazer:

Uma arte de viver modela-se nas praias de mar, e veremos mais adiante em que isso resultou na sociabilidade. A condição de hábitos coletivos, o desdobramento de estratégias de distanciamento e distinção que ordenam o espetáculo social, duplicam-se em profundidade com a elaboração de cuidados pessoais individuais relacionados a novos esquemas de apreciação, e que engendram modelos inéditos de comportamento (CORBIN, 1989, p.99).

No percurso que Alain Corbin realiza sobre as transformações da relação entre homem e mar, ainda se é apresentado aos contornos do que ele chama de uma “leitura romântica”, que “colabora no sentido da vida balnear estar vinculada a preceitos de ociosidade e contemplação” (CORBIN, 1989, p.177). Assim, a maneira de perceber o mar, de vivenciá-lo, se associa a uma forma de manifestação do “homem moderno”.

É o espectador, a partir de agora, que constitui a medida da beira-mar. O indivíduo não vem mais admirar os limites impostos por Deus ao poder do oceano; em busca de si mesmo, espera descobrir-se ou, talvez melhor, reencontrar-se. Assim compreende-se o enriquecimento considerável da experiência das praias (CORBIN, 1989, p.177).

Parece ser neste contexto moderno europeu que a vilegiatura marítima torna-se uma tendência cultural, incorporando as camadas ascendentes da burguesia, ao mesmo tempo, em que acolhe a presença de trabalhadores urbanos, igualmente interessados em usufruir do litoral. Dessa forma, cria-se uma relação sensível entre a praia representada e a praia vivida.

Não demorou muito para que essa cultura de praia europeia atravessasse o Atlântico e desembarcasse em terras brasileiras. De acordo com Schossler (2017) no Uruguai e Rio Grande do Sul, os banhos de mar começaram a ser praticados por volta de 1860, quando alguns curistas³ e banhistas passaram a procurar as águas dos seus respectivos mares para cura ou recreação nos finais de semana. Os banhos de mar terapêuticos foram então incorporados no Atlântico Sul, devido “à presença de imigrantes europeus, os quais possuíam o conhecimento sobre o benefício das imersões em águas marítimas, passando a praticar os banhos de mar em um novo ambiente” (SCHOSSLER, 2017, p.7).

As cidades gaúchas passaram rapidamente a conceber a praia como um território de lazer, entretenimento e deambulação. Sobretudo, “ela tornou-se um espaço social onde, inicialmente, uma elite interiorana renovava ou ampliava seus laços de sociabilidade, seu prestígio e poder” (SCHOSSLER, 2010, p.19).

É importante salientar que, assim como ocorreu no velho mundo, o usufruto das estações balneares não ficaram restritas aos mais abastados. A apropriação do litoral foi, paulatinamente, disseminando-se pela população por meio do desejo de imitar/reconstituir as práticas, anteriormente, elitistas, “propiciadas pelo desenvolvimento dos meios de transportes, melhoria das condições de vida, instauração do dia de descanso semanal e das férias pagas” (FREITAS, 2004, p.23). Nesse sentido, concorda-se com Corbin (1989) quando afirma que “entre os códigos da elite e os populares, se opera insidiosa circulação de práticas” (CORBIN, 1989, p.88).

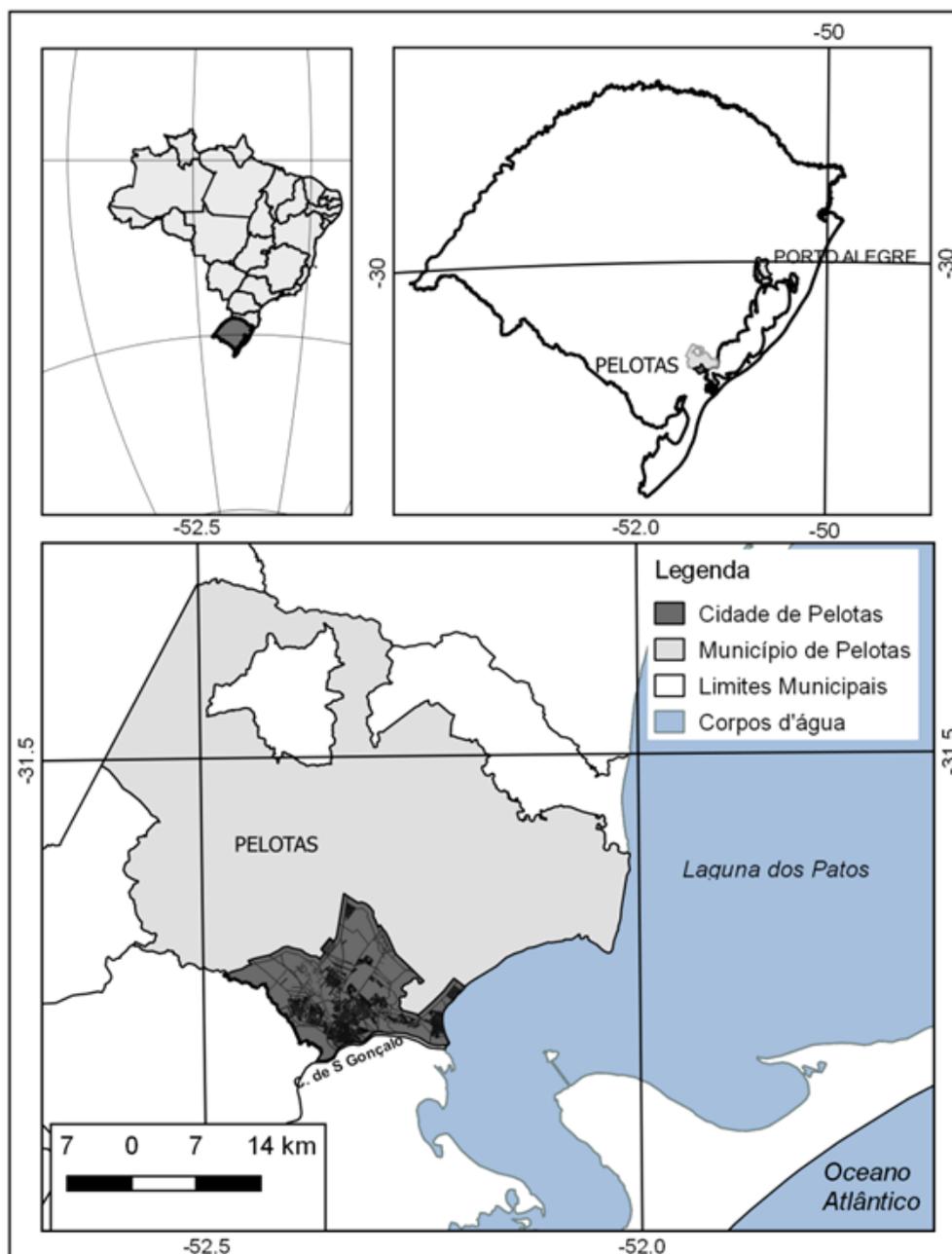
Outro ponto a esclarecer é que no Brasil não houve uma mera reprodução dos costumes tal qual ocorria entre os países europeus. Se bem, vários hábitos foram assimilados, passaram por processos de adaptação conforme a cultura local de cada espaço de praia que nascia no Brasil.

Deste modo, esses territórios litorâneos também tornaram-se espaços de distinção/segregação social, havendo, inclusive, a elitização de determinadas orlas balneares, e a estigmatização de outras devido à origem social de seus veranistas e moradores.

³ Pessoas que procuram as estações balneárias, em busca de cura frente alguma enfermidade.

Situada às margens da Lagoa dos Patos, a enseada do Laranjal encontra-se inserida dentro do município de Pelotas, tradicional urbe gaúcha, conforme demonstra o mapa abaixo.

Figura 1 - Localização do município de Pelotas, com destaque para a cidade, no Rio Grande do Sul e no Brasil



Fonte: Elaborado por Allan Oliveira de Oliveira, com base no Mapa Urbano Básico, III Plano Diretor de Pelotas, 2008. VIEIRA, Sidney Gonçalves; LIHTNOV Dione Dutra. Pelotas e a sobrevivência do setor terciário: uma vocação histórica. In SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; FERNANDES, José Alberto Rio. **Brasil e Portugal vistos desde as cidades:** as cidades vistas desde o seu centro. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. (345 – 371)

Ocupando um território de aproximadamente 15 km de extensão litorânea, a “Praia do Laranjal” é o resultado de uma conjunção de três Balneários, respectivamente, batizados como: Santo Antônio, Valverde e Prazeres (ou “barro duro”, como é popularmente conhecido), além de outras quatro localidades, uma vila de pescadores, denominada de Colônia Z3, e uma área de Área de Proteção Ambiental (APA), conhecida como Pontal da Barra, uma pequena praia de mata nativa chamada Totó, e um núcleo habitacional de pequeno porte chamado Galatéia.

Figura 2 - Mapa da Região administrativa do Laranjal.



Fonte: MATTOS, 2011, p.15

Figura 3 - Foto aérea da parte sul da Praia do Laranjal, onde situa-se o Balneário Santo Antônio, Valverde, Pontal da Barra e a desembocadura do Canal São Gonçalo na Lagoa dos Patos.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 10 de Maio de 2022, p.7.

Curiosamente, esse entendimento sobre o que abrange geograficamente a Praia do Laranjal não é muito claro entre os habitantes de Pelotas, incluindo o próprio poder público municipal.

Ao circular pelas ruas da cidade, é comum deparar-se com placas de trânsito onde está escrito “*Praias do Laranjal*” no plural, sugerindo ao condutor que as observa, a existência de mais de uma praia na mesma orla⁴. Outra incongruência tradicional é tratar em nível de sinonímia a Praia do Laranjal e o Balneário Santo Antônio. Consciente ou não, esta última está bem demarcada no imaginário coletivo local. Escuta-se, constantemente, a seguinte frase de quem frequenta o Santo Antônio: “Hoje passei o dia no Laranjal”, referindo a sua estada em um só balneário.

⁴ No documento - Projeto Orla: Fundamentos para uma Gestão integrada, o termo “Orla” é uma unidade geográfica composta por uma porção aquática, uma porção em terra e uma faixa de contato e sobreposição entre estes meios (variável no tempo e no espaço, basicamente em função do mecanismo das marés). Além disso, a mesma obra atenta para a existência de 12 tipos genéricos de Orla. Sendo Assim, quando aparecer a denominação “Orla do Laranjal” estará vinculando-se a ideia de uma zona exposta com urbanização consolidada (ambiente sujeito a alta energia de ondas, ventos e correntes, com médio a alto adensamento de construções e população residente, paisagens antropizadas, multiplicidade de usos e alto potencial de poluição – sanitária, estética e visual).

Figura 4 - Placa de trânsito sinalizando o caminho em direção às “Praias do Laranjal”.



Fonte: Autor (2023).

Distante 12,9 km do centro de Pelotas, o Laranjal hoje possui uma infraestrutura urbana amplamente consolidada, assim como qualquer outro bairro do município. Segundo Ruas (2012), pelo fato de estar próximo da cidade e abrigar uma quantidade expressiva de segundas residências e habitantes fixos, o Laranjal é considerado pelo poder público municipal, uma região administrativa, constando, inclusive, no atual Plano Diretor de Pelotas.

De acordo com o último levantamento do IBGE, realizado no ano de 2010, o montante populacional presente nesta zona urbano-praieira estaria em aproximadamente 12.507 habitantes, distribuídos em microrregiões que são: Balneário Santo Antônio, Balneário dos Prazeres, Balneário Valverde, Vila da Palha, Recanto de Portugal, Vila Assumpção, Las Acácias, Colina Verde, Vila Mariana, Colônia de Pescadores da Z3 e Pontal da Barra⁵. Com toda a aceleração imobiliária que vem acontecendo na cidade de Pelotas, e, conseqüentemente, a venda e execução habitacional de projetos de condomínios horizontais e residenciais de alto padrão, próximos ao Laranjal, acredita-se que esses números oficiais tenham, no mínimo, duplicado, isto dentro de uma perspectiva conservadora.

⁵ III Plano Diretor/ Prefeitura Municipal de Pelotas, 2009. É preciso deixar claro que estes dados serão atualizados neste ano quando ocorrerá de fato um novo levantamento sobre a situação populacional do Laranjal. Ao entrar em contato com o IBGE, o autor foi informado de que houve um atraso nessa verificação em decorrência da pandemia.

No que concerne à sua conjuntura socioeconômica, a orla do Laranjal é um território que reúne tanto grupos oriundos da elite⁶, como também segmentos sociais de menor poder aquisitivo e maior vulnerabilidade financeira e assistencial como: trabalhadores do comércio, pescadores, vendedores informais, etc. No Balneário dos Prazeres, na Z3 e no Pontal da Barra, por exemplo, os níveis de pobreza e desatenção do poder público local saltam aos olhos de qualquer um que os visite. Nas fontes jornalísticas e nos relatos orais, são inúmeras as reivindicações destas comunidades por uma “justa distribuição das atenções”, pois há carências históricas no saneamento básico, na iluminação pública, nas unidades básicas de saúde e no meio ambiente.

Até o momento em que se escreve, não há qualquer notícia sobre algum projeto ou investimento governamental em direção a requalificação da orla do Balneário dos Prazeres. As belas matas florestais que estão presentes nessa localidade poderiam ser muito bem aproveitadas em uma ação de ecoturismo. Mas, até agora, nada foi feito nessa direção.

Em uma realidade antagônica à descrita acima, tem-se os Balneários Santo Antônio e Valverde. Mesmo que estes não estejam completamente isentos de algumas agruras urbanas, como o saneamento básico, o fato é que nesses lugares identifica-se a presença de maior infraestrutura urbana, variadas opções de lazer; um calçadão bem arborizado; asfaltamento para o trânsito de automóveis, ciclistas e pedestres; praças infantis; academias ao ar livre; opções de hospedagem e gastronomia e, principalmente, um olhar mais zeloso das autoridades públicas locais, muitas delas, inclusive, moradoras dessas áreas.

Sem inferir em exageros, é possível dizer ainda que os Balneários Santo Antônio, Valverde e, atualmente, os chamados “Altos do Laranjal” são redutos de uma burguesia cidadão-praieira composta, em sua maioria, por: médicos, engenheiros, bancários, empresários do ramo varejista, advogados, juízes, operadores da segurança pública, empresários do agronegócio, políticos,

⁶ Elite é, entendida aqui, como um termo empregado em sentido amplo e descritivo, que faz referência a categorias ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos. Entende-se por esta palavra, segundo o caso, os ‘dirigentes’, as pessoas ‘influentes’, os ‘abastados’ ou os ‘privilegiados’, e isto, na maior parte dos casos, sem outra forma de justificação,” uma vez que o ‘poder’ da elite impor-se-ia por si próprio e prescindir de maiores explicações”. (HEINZ, 2006. p.7).

professores universitários, etc. Assim, observa-se que as distintas espacialidades que dão sentido e vida a esta orla urbanizada foram, e continuam sendo, instituídas “por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2006, p.78) existentes em toda sociedade Pelotense.

Fica claro até aqui a face urbana do Laranjal. Mas deseja-se ir além e observar as manifestações culturais, as sociabilidades, os lazeres e outras formas de uso e apropriação que foram instituídos no decurso da História desta orla lagunar em Pelotas. Nesse sentido, conflui-se com Schossler (2010) quando salienta que a praia é um universo onde expressam-se costumes, criam-se hábitos e toda uma ritualística própria de uma cultura regional e um imaginário social contemporâneo. Para Cardoso (2008), o cenário de praia é um território onde a sociedade exhibe-se, observa-se, entreolha-se e encena-se a si própria e para ela mesma. É certo que tudo isso se fez ou ainda se faz presente nos Balneários do Laranjal, mas é necessário percorrer sobre isso com cautela, sem tropeçar em modelos prontos ou explicações rasas de reflexão.

Durante o verão e nos ensolarados fins de semana e feriados, é expressiva a quantidade de pessoas que aproveitam o tempo livre e deslocam-se até o Laranjal. Entre encontros combinados e situações ocasionais, a praia transforma-se, rapidamente, em lugar do ócio; do prazer sensitivo; cenário onde corpos contemplam-se mutuamente. Um espaço que pode ser, ao mesmo tempo, local de entretenimento solitário; das férias em família; do desporto descompromissado; da expressão artística; da satisfação gastronômica e da comunhão de fé. Estar na praia é deambular-se livremente. É colocar-se disposto a banhar-se na imensidão da água doce, ou simplesmente contemplar a paisagem nas sombras das figueiras.

Entrecruzando-se no meio disso, está o “capitalismo praieiro”, a face econômica que marca presença no litoral, atendendo aos anseios e necessidades de consumo daqueles que ali convivem. Não é fortuita a presença de inúmeros restaurantes, bares, trailers, padarias, supermercados, hotéis, pousadas e até mesmo um shopping – chamado Mar de Dentro –, no Laranjal, disputando cotidianamente, a atenção e o “bolso” de turistas, veranistas e moradores dispostos a gastar na beira da Praia.

Assim como outras estações balneares, espalhadas pelo Brasil, o Laranjal continua sendo palco de um “processo civilizador⁷”, onde áreas que até então abrigavam a fauna e flora da região, estão sendo readequadas para atender os interesses da construção civil e do mercado imobiliário. Na maioria das vezes, a procura por novos lugares para urbanizar está ligada a um processo de saturação que vem sendo vivenciado nas áreas centrais da cidade. Além disso, não se pode excluir o próprio desejo de alguns grupos sociais que procuram por localidades mais tranquilas, retiradas do frenesi que é característico destas mesmas áreas com grande adensamento populacional e criminalidade.

É de conhecimento público que a parte sul de Pelotas, onde situa-se a região do canal São Gonçalo e os balneários do Laranjal, são consideradas zonas nobres da cidade. Lá, os altos preços dos terrenos e dos empreendimentos condominiais fechados, definitivamente, não estão ao alcance de qualquer cidadão Pelotense.

Para se ter uma ideia da diferença expressiva entre os valores imobiliários praticados nas zonas do Laranjal e outros bairros de Pelotas, vale aqui trazer um exemplo comparativo. No Loteamento Liberdade, situado no bairro Três Vendas, a empresa Gripps, no ano de 2015, colocou à venda um conjunto de 134 lotes cuja metragem variava entre 660 m² a 784 m², custando entre R\$ 82.000,00 a 140.000,00, dependendo das dimensões do terreno escolhido. Quatro anos antes desse empreendimento, a empresa Idealiza Incorporações e Participações lançou em Pelotas um condomínio horizontal chamado “Veredas Altos do Laranjal”, situado na Avenida Adolfo Fetter em frente à entrada que dá acesso aos balneários Santo Antônio e Valverde. Trazendo um montante de 454 lotes para a comercialização, a loteadora responsável, no momento de lançamento, alcançou a incrível marca de 300 terrenos vendidos cujo “preços giravam em torno de R\$ 95.000,00 a R\$ a 277.000,00, de acordo com a metragem de 322 m² a 722 m² e a localização no interior do condomínio” (PEREIRA, 2012, p.48).

Fica relativamente claro que habitar a localidade do Laranjal não é algo disponível “a todos os bolsos”. O exemplo acima é só um indicativo da

⁷ ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

segregação socioespacial existente na história dos Balneários do Laranjal. Algo que ficará ainda mais visível no decorrer do texto.

Outro ponto a esclarecer sobre a Praia do Laranjal é a percepção que se tem dela como sendo um território de constante harmonia e bem estar social. Muitos supõem que os indivíduos, ao interagirem em suas belas paisagens, comungam de uma convivência amplamente democrática e cidadã.

Em um ambiente que impera a livre descontração e alegria, pensariam os mais ingênuos, é impossível que haja qualquer ato discriminatório, segregação religiosa, distinção socioeconômica ou conflito de poder. Por trás deste tipo de ilusão, esconde-se uma realidade bem diferente. Isto porque a praia, como qualquer outro espaço de socialização, é também arena de discordâncias, debates, ajustes, exclusões e confrontos. Dessa forma, deve-se pensar a orla balnear não como um lugar de plena coesão social, mas sim como um canal de comunicação e de visibilidade de oposições” (GOMES, 2018, p.117). Mas mais do que isso, a praia hoje atua como uma “válvula para a congestão urbana, liberando variadas pressões da vida metropolitana para um espaço indeterminado e aberto de possibilidades” (AQUINO, 2014, p.16).

Em se tratando das justificativas que incidem sobre essa investigação, cabe aqui algumas ponderações. Em primeiro lugar, o interesse pelo Laranjal é fruto do próprio envolvimento afetivo estabelecido entre o pesquisador e o lugar.

Desde a infância, estar na praia significava um momento de liberdade e alegria, pois era ali, sentado nas areias dos Balneários, que o tempo parecia não passar. Com um balde em uma das mãos, e uma pequena pá de plástico, na outra, o único propósito naquele instante de vida inocente era cavar um buraco mais profundo possível ou construir o mais abaulado castelo de areia.

Se as memórias infantis já não fossem suficientes, o que dizer da adolescência? Com clareza, lembra-se dos intermináveis banhos na Lagoa dos Patos; das inúmeras horas dispensadas à prática do futebol e das saborosas porções de batata frita com refrigerante, no fim de um dia agitado, no bar da dona Jovelina. Hoje, em plena vida adulta, estar em qualquer um dos Balneários traz consigo o mesmo carinho e satisfação de outrora, porém, representados através de outras maneiras de usufruto e lazer.

Uma boa caminhada na beira da praia, apreciando um bom chimarrão, é tudo que se espera de um domingo ensolarado e agradável no Laranjal.

Para que a afeição sentimental se transformasse em interesse acadêmico, só foi preciso ingressar no curso de História.

Na licenciatura, concluída na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em 2013, as atenções foram dirigidas à formação histórica dos Balneários do Laranjal. Na ocasião, as fontes utilizadas foram as coletâneas jornalísticas locais, documentação fotografia e narrativas orais⁸. Concomitante a isso, no curso de Bacharelado em História, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), a temática de pesquisa naturalmente continuou sendo o Laranjal, porém, enfatizou-se as dimensões socioambientais que compõem a história desta paisagem lagunar⁹.

Mediante ao que foi escrito, parece oportuna a frase de Marc Bloch que diz: “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo o que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001, p.79).

Sob o prisma historiográfico, esta pesquisa igualmente traz importantes contribuições, haja visto que os principais estudos históricos que tem como temática central o ambiente de praia, mesmo sendo de extrema qualidade, não são numerosos. Aliás, grande parte deles concentram-se, majoritariamente, em Balneários marítimos existentes no norte do Rio Grande do Sul¹⁰. A proposta de análises desses trabalhos geralmente estão voltadas às questões relacionadas

⁸ Orientado pelo professor José Plínio Guimarães Fachel realizou-se o seguinte trabalho: COSTA, Mateus da Silva. **“A Promessa de um doce paraíso Pelotense”: A Praia do Laranjal a partir de um estudo histórico**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2012.

⁹ Orientado pelo professor Juarez José Rodrigues Fuaio, desenvolveu-se uma pesquisa sobre a Praia do Laranjal utilizando o viés teórico-metodológico pertencente à História Ambiental. Ver: COSTA, Mateus da Silva. **Por uma História Ambiental da Praia do Laranjal**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande. 2012.

¹⁰ Sobre isso, ver: ENKE, Rebecca Guimarães. **O espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul – A Vilegiatura marítima na Villa Sequeira/Praia do Cassino (1885-1960)**. 2013. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013; CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres: do balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres- SAPT (1910-1950)**. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008; SCHOSSLER, Joana Carolina. **“As nossas praias”: os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950)** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, 2010;

à vilegiatura e a todo caráter curativo-medicinal historicamente atribuído aos banhos oceânicos.

É importante dizer que, ao estudar a orla do Laranjal, vislumbra-se destacar tanto o seu peso histórico, cultural e ambiental, dentro da chamada costa doce gaúcha¹¹, como também evidenciar o próprio valor simbólico do veraneio dentro do contexto contemporâneo em que se vive.

Isso posto, a presente pesquisa tem como **objetivo geral** a análise das diferentes formas de sociabilidade, lazer e apreciação do espaço público de praia, instituídas ao longo da história das estações balneares Santo Antônio, Valverde e Prazeres, que, juntas, compõem a chamada orla do Laranjal.

Para que tal estudo seja viável, optou-se por um recorte temporal que inicia nos anos de 1970 e vai até meados de 2014. A escolha por este ponto de partida está relacionada ao momento sociocultural que os balneários do Laranjal experimentaram na época. A presença massiva de bares noturnos; clubes sócio recreativos; atividades desportivas e práticas de campismo, levam a crer que a década de 1970 é um marco importante nas relações de sociabilidade e lazer que começaram a aflorar nesta orla gaúcha.

A pesquisa vai até o ano de 2014, pois é o período onde o poder público local, por determinação judicial, passa a empreender uma série de desapropriações dos estabelecimentos comerciais que encontravam-se em situação de irregularidade na beira da orla do Laranjal. Além desse acontecimento, a suspensão do campismo praieiro e o encerramento das atividades futebolísticas do certame praia sete, são outros dois aspectos que parecem ter contribuído para um esboroamento da sociabilidade e lazer nas três estações balneares em estudo.

Para alcançar tais propósitos, será necessário refletir sobre algumas questões específicas cuja compreensão é primordial a este estudo.

¹¹ A Costa Doce Gaúcha compreende os municípios localizados no extremo sul do Brasil, no estado do Rio Grande do Sul. Guaíba, Barra do Ribeiro, Tapes, Arambaré, Camaquã, Piratini, São Lourenço do Sul, Pelotas, Morro Redondo, Arroio Grande, Jaguarão, Rio Grande, Tavares, São José do Norte, Santa Vitória do Palmar, Chuí, são as localidades que conformam essa grandiosa extensão territorial repleta de paisagens banhadas pelas águas da Laguna dos Patos, do Rio Guaíba, da Lagoa Mirim, da Lagoa Manguieira, além de conexão com o mar aberto.

Em primeiro lugar, busca-se compreender como se deu o processo de formação histórica das estações balneares que compõem a orla do Laranjal. Quem eram os atores sociais envolvidos? Quais interesses estavam vinculados a um empreendimento urbanístico/balnear destas proporções na cidade de Pelotas?

Além disso, a pesquisa também está voltada à análise das formas e espaços de sociabilidade, abertos ao público ou privados, que os balneários do Laranjal proporcionavam aos seus veranistas no período temporal estipulado. Quais eram os grupos sociais que faziam-se presentes nestas estações balneares? Que tipos de distinção de classe ou poder operam em meio a essas interações sociais de lazer e fruição no espaço de praia? Pressupondo que o Laranjal é composto por sujeitos com diferentes recursos e poderes sociais, que se objetivam, segundo Bourdieu (2006), em diferentes espécies de capital (econômico, cultural e social), quais seriam os tipos de representações e atribuição de sentidos dirigidos à praia enquanto palco das sociabilidades?

Como o estudo envolve diretamente a paisagem lagunar da Praia, também se faz primordial discutir sobre o usufruto dos banhos e o espaço da areia como palco de lazer e prazer nos Balneários do Laranjal.

Outra face importante da sociabilidade no ambiente de praia são as práticas desportivas. Quais as atividades esportivas tinham maior expressão social no Laranjal? Como elas afetavam o cotidiano de veraneio na praia?

Por fim, a pesquisa refletirá sobre as práticas de campismo na orla nativa do Laranjal. Quem eram os sujeitos campistas? Em quais áreas da praia esta atividade ganhou maior relevância? Quais tipos de acampamentos vigoraram nos balneários do Laranjal? Tal prática ocasionou algum dano ambiental à área em estudo?

No que tange às fontes históricas¹² utilizadas nesta pesquisa, pode-se dizer que elas são múltiplas e diversificadas. Optou-se por este caminho porque

¹² Acerca do termo “Fonte Histórica”, toma-se de empréstimo as palavras de José D’Assumpção Barros que diz: “Fonte Histórica é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou por trazer vestígios de suas ações e interferência, pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no Presente. As fontes históricas são as marcas da história” (BARROS, 2019, p.34).

os registros ora não articulam-se, ora se complementam, forçando, portanto, um trabalho inventarial que transcende a exclusividade da documentação escrita. Além disso, tem-se claro que “as fontes trazem códigos de narratividade e expressão que necessitam ser decifrados, num constante diálogo entre os sujeitos de diferentes tempos, espaços e relações sociais e culturais” (WILLIAMS, 1979, p.27).

O primeiro tipo de fonte utilizada foi a **imprensa local**.

Após uma trajetória de tradição historiográfica extremamente temerosa e relutante com o envolvimento e utilização do texto jornalístico, entendido, até então, como “pouco adequado para a recuperação do passado, uma vez que continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões” (DE LUCA, 2010, p.112), hoje tais desconfianças parecem estar superadas.

Nas últimas quatro décadas, os historiadores profissionais perderam o receio e inocência no trato deste tipo de fonte, carregada de subjetividades e intencionalidades com as quais já aprenderam a lidar. Acerca da sua pertinência e utilidade, Zicman (2012) apresenta três aspectos importantes vinculados aos jornais:

a) Periodicidade: Os jornais são arquivos do cotidiano registrando a memória do dia-a-dia, e este acompanhamento diário permite estabelecer a cronologia dos fatos históricos; b) Disposição Espacial da Informação: Para cada período tem-se a possibilidade de inserção do fato histórico dentro de um contexto mais amplo, entre os outros fatos que compõem a atualidade; c) Tipo de Censura: Diferentemente de outros tipos de fontes documentais, a Imprensa sofre apenas a censura instantânea e imediata. Sob este aspecto mesmo as coleções de arquivos são menos interessantes pelo fato de sofrerem quase sempre uma triagem antes de serem arquivados (ZICMAN, 2012, p.23).

Ao debruçar-se sobre o periódico jornalístico é preciso ter claro que se trata de um meio informativo, munido de linguagem constitutiva do social, que além de deter historicidade e peculiaridades próprias, possui plena capacidade de produzir sentidos e estabelecer laços de sociabilidade e intercâmbio contínuo de ideias com seu público leitor (CRUZ; PEIXOTO, 2007).

De posse disso, esta pesquisa recorreu, com maior intensidade, ao periódico Diário Popular¹³, e, em um caráter complementar, os jornais Opinião Pública, Correio do Povo e Diário da Manhã¹⁴. A coleta deste material ocorreu de forma presencial junto aos acervos de periódicos pertencentes a Biblioteca Pública Pelotense e ao Instituto Histórico-Geográfico de Pelotas (IHGPEL). A catalogação e reunião dessa documentação teve seu início no ano de 2013, quando na ocasião o autor estava ainda na graduação. Desde então, foi avolumando-se este tipo de material pela continuidade do interesse, estendendo-se, portanto, até o ano 2023, período de finalização desta pesquisa.

Utilizando a coletânea jornalística (toda ela feita em cima das edições do Diário Popular) organizada por José Etcheverry, percorreu-se sobre a formação dos Balneários do Laranjal na década de 1950, evidenciando, inclusive, a própria participação deste periódico noticioso como um importante instrumento de fomento e convencimento em prol dos projetos balneares que acabariam nascendo na região estuária da Lagoa dos Patos, em Pelotas.

Consultando algumas edições oriundas dos anos de 1970, 1980 e 1990 no Diário Popular, Diário da Manhã, Opinião Pública e Correio do Povo, observou-se questões vinculadas ao lazer feminino e a moda de praia nas areias dos Balneários; as festas e eventos desportivos promovidos pelo Laranjal Praia Clube, Oásis Praia Clube e Valverde Praia Clube. Além disso, essa documentação jornalística ainda revela importantes aspectos do cotidiano de verão no Laranjal como: a vida em torno dos bares, campeonatos esportivos e as práticas de acampamentos nas matas nativas do Balneário dos Prazeres e Totó.

É relevante esclarecer que esta pesquisa é de caráter qualitativo, analisando as fontes jornalísticas de maneira de poder captar os interesses

¹³ Jornal de circulação diária, o Diário Popular foi fundado em 27 de Agosto de 1890, por Teodósio de Menezes. Segundo o jornalista Raul Quevedo, em edição comemorativa do centenário do jornal, “o Diário Popular é o mais antigo diário do Estado, e um dos mais antigos em circulação no país, foi classificado por Paulo Duval como o décimo diário brasileiro em antiguidade, situando-se em terceiro lugar entre aqueles de circulação ininterrupta” (DIÁRIO POPULAR, 27 de Agosto de 1990, p.03).

¹⁴ Fundado em 24 de junho de 1979, o jornal Diário da Manhã foi o pioneiro em Pelotas na impressão *off-set*, implantando também o formato tabloide na imprensa local. Foi o primeiro jornal da cidade a ter edições ininterruptas (de segunda a segunda, todos os dias).

envolvidos e o contexto histórico em que estavam inseridas as práticas praieiras. De acordo com Sosa (2005) a utilização da fonte impressa exige do historiador profissional o reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico. Em outras palavras, não é possível focar apenas no texto sem considerar o momento histórico e os poderes envolvidos no instante em que a fonte foi escrita.

O segundo tipo de fonte empregada nesta pesquisa foi a **fotográfica**.

Ao contrário do que pensavam os pensadores positivistas do século XIX, a ideia da imagem fotográfica como uma cópia ou evidência irrefutável do real já não mais ganha adesão entre as ciências contemporâneas, incluindo-se, os estudos históricos. Nesse sentido, as considerações de Mauad (1996) são relevantes pois oferecem um indicativo do que engendra a fotografia.

[...] entre o sujeito que olha e a imagem que elabora há muito mais que os olhos podem ver. A fotografia - para além da sua gênese automática, ultrapassando a ideia de analogon da realidade - é uma elaboração do vivido, o resultado de um ato de investimento de sentido, ou ainda uma leitura do real realizada mediante o recurso a uma série de regras que envolvem, inclusive, o controle de um determinado saber de ordem técnica. (MAUAD, 1996, p.12).

No que concerne aos usos e aplicabilidade das imagens fotográficas, Kossoy (2021) afirma que elas podem servir como prova, meio de conhecimento, expressão artística, objeto de adoração e recordação pessoal, suporte da memória: da natureza, dos ritos de passagem, das pessoas queridas, das atividades humanas, e das coisas do mundo. Segundo o mesmo autor, elas oferecem, em geral, uma noção verossímil das aparências dos objetos, paisagens e seres de um passado desaparecido, ao contrário das palavras e relatos que nos situam historicamente, mas que remetem à um rosto sem traços, cenários abstratos, vagos e nebulosos a povoarem a imaginação dos leitores.

Ao historiador compete desmontar essas construções, desarticular esses processos, assim como os usos e aplicações a que a imagem foi submetida, possibilitando a descoberta de eventuais desvios de sua aplicação em relação às finalidades de sua produção. Deve-se, portanto, tentar reencenar a própria

experiência até o instante paralisado pela fotografia. “É o religar da cena na tentativa de conhecer de perto as histórias secretas das paisagens e personagens que habitam as imagens do passado” (KOSSOY, 2021, p.14).

Fica claro a complexidade e especificidade da fotografia enquanto fonte histórica. Ela deve ser compreendida “como marca de uma materialidade passada e como um símbolo produzido por uma dada sociedade em um determinado contexto” (MAUAD, 1996, p.08).

Nesta dupla condição, a fotografia apresenta uma narrativa visual que, ao mesmo tempo em que informa algo, o faz a partir da conformação de uma determinada forma de ver o mundo. Em outras palavras, a fonte fotográfica também é um resultado subjetivo daquilo que se deseja registrar e mostrar, e também do que se quer ocultar.

No que tange ao trato metodológico da fonte fotográfica, essa pesquisa vincula-se a uma abordagem crítico-interpretativa deste tipo de documentação. Para isso, será feita uma análise considerando o modelo presente nas obras de Mauad (1990; 1996 e et al 2012) e Kossoy (2007; 2021).

Segundo esses autores, ao examinar essa fonte, deve-se considerar: (1) – que a fotografia é uma produção cultural e como tal possui uma intencionalidade, que pode ser consciente ou inconsciente; (2) – enquanto narrativa que resulta de um processo de construção de sentido, a análise da sua produção pode revelar elementos que não estão aparentes no primeiro olhar, mas que atribuem sentido social à produção fotográfica; (3) – o sentido atribuído pelos sujeitos que elaboram e os que observam a imagem, posto que as subjetividades em pauta influenciam tanto o processo de produção quanto o de interpretação das fontes documentais.

Ao longo de quatro anos de investigação, levantou-se um número significativo de fotografias relacionadas ao Laranjal. Grande parte delas advém de concessões feitas, voluntariamente, ao autor por parte de moradores, pesquisadores e indivíduos ligados aos balneários em questão. Outra porção desse material fotográfico foi adquirido junto aos acervos jornalísticos já mencionados acima.

No capítulo dois, as fontes fotografias utilizadas, em sua maioria, contribuem na construção de uma narrativa ligada à história de formação dos balneários que envolvem essa pesquisa. No último capítulo, ao debruçar-se sobre os espaços e formas de sociabilidade e lazer no Laranjal, o documento fotográfico aparece mais um vez contendo registros da vida social na praia como: cenas espontâneas em bares/restaurantes, entretenimento esportivo, festividades e atividades socioculturais vinculadas aos três clubes do Laranjal; pescarias/torneios no Trapiche do Valverde.

Por último, tem-se as contribuições das **fontes orais**. A utilização e valorização da oralidade remonta à antiguidade. Muitos anos antes da invenção da escrita, ela emergiu como prática de comunicação mantida de geração a geração e reproduzida pela memória para o desenvolvimento histórico-social da humanidade (BARBOSA, 2013; VIEIRA, 2014).

No território da historiografia profissional, a fonte oral acrescentou uma dimensão viva ao seu fazer, trazendo novas perspectivas, e rompendo com o predomínio da fonte escrita. Contudo, o oral não deve ser oposto dicotomicamente ao escrito, como duas realidades distintas e distantes, mas como “formas plurais que se contaminam permanentemente, pois haverá sempre um traço de oralidade riscando a escritura e as falas sempre carregarão pedaços de textos” (ALBUQUERQUE, 2007, p.230).

Por outro lado, segundo Joutard (2000), o oral não se exime de revelar o “indescritível”, isto é, toda uma série de realidades que raramente aparecem nos documentos escritos, seja porque são consideradas “muito insignificantes” - é o mundo da cotidianidade – ou inconfessáveis, ou porque são impossíveis de expressar textualmente. Para o autor, é nos caminhos da oralidade que se compreendem as motivações de uma determinada decisão ou ato, assim como através dela também toca-se nas sutilezas da sensibilidade humana.

Alessandro Portelli (1997) salienta que as fontes orais revelam as intenções dos feitos, suas crenças, mentalidades, imaginário e pensamentos referentes às experiências vividas. A fonte oral pode não ser um dado preciso, mas possui dados que, às vezes, um documento escrito não possui. Ela se impõe como primordial para compreensão e estudo do tempo presente, pois é

através dela que se conhece os sonhos, anseios, crenças e lembranças do passado de pessoas anônimas, simples, sem nenhum status político ou econômico, mas que viveram os acontecimentos de sua época, e por isso, são testemunho dela. Assim, “o trabalho com as fontes orais é um encontro entre pessoas dispostas a dialogar sobre questões que interessam a ambas, embora de maneiras diferentes” (KHOURY, 2006, p.43).

O historiador, ao valer-se das fontes orais, deixa explícito seu interesse pela memória, base constituidora da oralidade dos indivíduos. Não tendo o monopólio sobre a memória, ao historiador cabe a tarefa de lidar com a pluralidade e fragmentação que são característicos dela. É certo que a análise sobre os fatos ocorridos, a identificação dos episódios e a reflexão sobre esse passado recente serão resultado de um esforço de escrita da história, através de uma narrativa – acadêmica – que é sempre pessoal de acordo a um contexto, interesses e expectativas, mas que ao mesmo tempo é regrada. “Um trabalho sobre o terreno da memória, mas próprio à história” (MORAES, 2018, p.101). Ao adentrar nas sendas da oralidade, “o pesquisador atribui sentidos aos fatos narrados por outrem, decodifica símbolos, imagens e mitos corporificados nas lembranças do narrador” (COSTA, 2014, p.51).

Tem-se claro que a utilização das fontes orais não se limita, obviamente, a uma simples questão de consciência e vontade. Nesse sentido, é necessário implementar, isto é, colocar em prática, uma metodologia que permita obter o máximo de informação possível, dentro de parâmetros qualitativos confiáveis.

Sendo assim, o presente trabalho alinha-se à História Oral, uma metodologia capaz de oferecer instrumentos para trabalhar com esse tipo específico de fontes¹⁵.

Para a presente pesquisa foi realizado um trabalho de campo utilizando-se da gravação de entrevistas, com roteiros previamente estabelecidos, para a obtenção de narrativas junto aos grupos pertencentes à orla do Laranjal. Dentre eles estão: moradores; veranistas; turistas; comerciantes e empresários do ramo de restaurantes; bares e lanchonetes; comerciantes ambulantes; integrantes de

¹⁵ As discussões acerca da História Oral e suas contribuições estão contempladas dentro do primeiro capítulo.

eventos públicos e privados; banhistas; desportistas, membros de clubes sociais, artistas, entre outros. É importante salientar que estes entrevistados escolhidos são pessoas de relevância dentro da história de socialização e lazer que, ao longo dos anos, foi sendo produzida na orla do Laranjal. Através de um sistema de indicações e estreitamento de contatos entre esses indivíduos, o autor foi construindo uma rede de colaboração que acabou resultando nas profícuas entrevistas que aqui serão utilizadas no decorrer do texto. A seleção desses depoentes foi feita por balneário e segmento social ao qual se integravam. A seguir, apresenta-se uma tabela contendo dados, vínculos e contribuições desses indivíduos entrevistados.

Tabela 1 - Quadro demonstrativo de Entrevistas

ENTREVISTAS REALIZADAS		
Colaboradores/Balneário	Segmento social ao qual se vincula	Tópicos evidenciados na entrevista
1-Leonídio Fonseca - "Milico" (Santo Antônio)	Comerciante e Empresário do Ramo de Bares e Restaurantes no Laranjal	- "O figueiras" enquanto espaço de sociabilidade da juventude praieira nos anos 80 e 90; -Transformações de costumes e hábitos de lazer à beira da praia
2- Elizabeth Batista Rodrigues (Santo Antônio)	Ex. proprietária de Quiosque à beira da Lagoa	- O lazer de Bar, musicalidade e comensalidade - Dilemas com a vizinhança, o caso do incêndio no quiosque
3- Amparo Drummond (Santo Antônio)	Moradora Balneário	- O estar e morar na orla do Santo Antônio - Formas de apreciação da praia - Percepções sobre os balneários vizinhos
4- João Carlos da Silva Gomes - "Guiduti" (Santo Antônio)	Morador e membro do bloco de carnaval Sereias da Lagoa	- Veraneios no Santo Antônio - Festividades nos clubes do Laranjal
5- Felipe Gertum Assumpção (Valverde)	Morador, sobrinho-neto de um dos fundadores do Laranjal	- Os primórdios do Laranjal; - As Estâncias do Laranjal e suas atividades econômicas

		- Processo de Loteamento dos Balneários, atores sociais e motivações
6-Paulo Roberto Ferraz (Prazeres)	Morador, antigo associado do Clube Oásis Praia Clube	- Sociabilidade no Clube - Público frequentador - Interações com os clubes sociais vizinhos na praia
7- Wolney Castro (Valverde)	Radialista Aposentado. Principal organizador dos campeonatos de Futebol no Praia Sete	- O “projeto Praia Sete” - O futebol como território de sociabilidades - O futebol de praia e as interações entre balneários
8- Isabel Cristina Costa Resende (Prazeres)	Proprietária do Bar do Costinha.	- O bar como arena de lazer e sociabilidade no “barro duro” - O futebol de campo na Praça Aratiba
9- Mauro Duarte Paula (Prazeres)	Ex Presidente do time amador - Aratiba Futebol Clube	- Sociabilidade esportiva, o “clássico futebolístico” – Aratiba x Ideal
10- Sady Homrich (Santo Antônio)	Músico e morador do Balneário	- Início da carreira musical no Laranjal; - Memórias de infância e gastronomia na praia; - O olhar do artista sobre a vida social no Laranjal
11- Maria Tereza Xavier Cruz (Prazeres)	Proprietária da antiga Estância Nossa Senhora dos Prazeres	- Processo de loteamento do Balneário dos Prazeres
12- Luiz Paiva Carapeto (Santo Antônio)	Antigo associado do Laranjal Praia Clube	- A sociabilidade e lazer no LPC
13-José F. Madruga (Todos)	Ex Cobrador de Ônibus da linha Laranjal	- O fluxo veranista no Laranjal e o atendimento do transporte público na região.
14- Oduvaldo Garcia (Santo Antônio)	Tesoureiro e colaborador do LPC	- Informações administrativas relacionadas aos sócios do LPC
15 – Cláudio Montanelli (Valverde)	Morador do Valverde, sobrinho de José Magalhães, idealizador do Trapiche	- Fundação do Trapiche
16 – Neila Santos (Prazeres)	Veranista de Temporada no Balneário dos Prazeres	- O Lazer e prazer lúdico na orla do Laranjal

17 - Gilberto Demari Alves (Prazeres)	Proprietário da Antiga Estância Nossa Senhora dos Prazeres	- Fundação do Balneário dos Prazeres
18 - Valdir Oliveira (Prazeres)	Ex Presidente do OPC	- Lazer e sociabilidade entorno do OPC - Informações administrativas da instituição
19 - Joabe Bohns (Prazeres)	Liderança Umbandista	- Festa de Iemanjá - Acampamentos lúdico-religiosos nas matas do Balneário dos Prazeres.

Fonte: Autor (2023)

Encerrando esta introdução, apresenta-se a forma como este estudo foi distribuído.

No primeiro capítulo, busca-se realizar todos os esclarecimentos teórico-metodológicos que fundamentam esta pesquisa. Analisa-se a pertinência e as contribuições da História Oral e do campo da memória social para este estudo. Junto a isso, refletir-se-á sobre as categorias conceituais essenciais à temática, a saber: Sociabilidade, Lazer, Tempo Livre, Identidade, Memória Social/Coletiva e Espaço Público.

Intitulado, “A trajetória de formação histórica da orla do laranjal”, o **segundo capítulo** é uma narrativa histórica envolvendo o surgimento e edificação das três estações balneares - Santo Antônio, Valverde e Prazeres – que conformam a Orla do Laranjal em Pelotas/RS.

O **terceiro capítulo**, dialoga sobre as diferentes formas e espaços de sociabilidade e lazer foram instituídas ao longo dos tempos nos Balneários do Laranjal. Se tratou em primeiro lugar os aspectos ligados à ascensão e declínio dos clubes recreativos privados, sendo eles: Valverde Praia Clube, Oásis Praia Clube e Laranjal Praia Clube. Na sequência, o foco foi direcionado aos eventos informais e atividades públicas de reconhecido poder de socialização na orla como: (1) práticas e competições desportivas; (2) convivência e comensalidade em bares, restaurantes e quiosques; (3) tipos de campismo desenvolvidos junto às matas nativas da praia. É importante salientar que todos esses aspectos

foram discutidos em consonância com as transformações culturais e de costumes que de alguma forma influenciaram na (des)continuidade dessas interações no Laranjal.

CAPÍTULO 1 – AS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PESQUISA EM PERSPECTIVA.

“A teoria da história deve ser a oração vespertina de todo historiador” (REIS, 2010, p.11).

Quanto aos aportes teóricos e todos os pressupostos metodológicos que fundamentam esta pesquisa, é importante mencionar, inicialmente, as contribuições do campo da memória social na construção de uma narrativa histórica que privilegie as dinâmicas de sociabilidade e lazer nos Balneários do Laranjal, baseada em fontes orais.

Como o território de praia é um lugar onde se expressam e entrecruzam diversas manifestações culturais, significações e relações de poder entre os grupos sociais que por ali interagem, recorre-se ao campo da História Cultural. Dos inúmeros conceitos que encontram-se imersos dentro dela, dois são extremamente primordiais a esta pesquisa: a sociabilidade e o lazer. Ao valer-se deles, buscou-se entender o Laranjal como um lugar produtor de convivências e práticas sociais que revelam um determinado tipo de cultura balnear nesta orla gaúcha.

Como há nitidamente um recorte geográfico, a enseada do Laranjal, e dentro desta, a divisão entre três Balneários diferentes entre si, é primordial discutir sobre a noção de “espaço público”, para além do senso comum que o concebe como um produto físico inerte, incapaz de influir ou mesmo ofertar qualquer sentido social. Acredita-se que, ao adentrar (mesmo que sucintamente) nessa reflexão sobre a natureza do espaço público, é justificável por que a história “é o estudo do homem no tempo e no espaço” (BARROS, 2009, p.96).

1.1. História Oral, Memória Social e Tempo Presente: Vozes do Laranjal

Desde o primeiro instante que se decidiu pelo estudo dos Balneários do Laranjal, surgiu prontamente uma pergunta: Como um historiador vai à praia? O questionamento tem um tom metafórico, pois no fundo, a preocupação estaria

em quais os recursos deveriam ser escolhidos para refletir sobre um território não muito convencional aos historiadores que é a praia. Além disso, o desafio ainda era maior pelo fato de que as fontes documentais/textuais disponíveis sobre a orla do Laranjal são escassas ou fragmentadas, principalmente no que concerne às relações e espaços de sociabilidade e os tipos de lazeres que integraram a cultura de veraneio nesta enseada lagunar.

Em vista disso, optou-se por uma escrita da história que dialoga com a memória enquanto processo de reconstrução do passado vivido e experimentado pelos indivíduos dentro de um determinado grupo social. Pois como bem lembra Halbwachs: “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2013, p.31).

Para não incorrer em equívocos, é necessário salientar que história e memória não são coisas sinônimas. “A memória é apenas um dos objetos e nível elementar na elaboração histórica” (LE GOFF, 2013, p. 51). “Ela é uma construção social realizada no presente com a finalidade de atender apenas às solicitações do presente” (MENESES, 1992, p.11), por isso, não existe um “resgate” do passado, da memória ou da história.

De acordo com Izquierdo (2011), a memória é a capacidade de aquisição, formação, conservação e evocação das informações adquiridas ao longo de experiências. Ela apresenta a capacidade de reproduzir informações baseadas no contato com objetos, lugares e pessoas que deixaram marcas no acontecimento em questão. Assim, o ato de lembrar torna-se um momento eterno em contraposição à noção de que tudo se perde no tempo, como areia que escorre entre os dedos das mãos. Em outras palavras, recordar possui o sentido simbólico de dar imortalidade aos feitos dos seres humanos.

Além da sua capacidade evocativa, a memória igualmente carrega consigo emoções e vivências, pois “é flexível e ancorada por eventos reconstituídos à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente” (FERREIRA, 2000, p.111).

Para Todorov (1999), a memória destina-se a revelar os fundamentos da experiência existencial que, através da narrativa, integra-se ao cotidiano,

fornecendo-lhe significado e evitando, assim, que a humanidade perca raízes, lastros e identidades.

Neves (1998), por sua vez, aponta que no seio da memória,

Se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. [Além disso], *nela* se entrelaçam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade; o público e o privado; o sagrado e o profano; registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; revelação e ocultação (NEVES, 1998, p. 218).

Portadora de grande plasticidade, a memória oral, por outro lado, “tem seus desvios, seus preconceitos, sua inautenticidade, esquecimentos, omissões, [...] fazendo intervir, também, pontos de vista contraditórios e distintos” (BOSI, 2013, p.15-18). Nesse sentido, Menezes (1992, p.10) alerta que “a memória nunca pode ser confundida com seus vetores e referências objetivas, nem há como considerar que sua substância é redutível a um pacote de recordações, já previsto e acabado”. O mesmo autor completa dizendo que “o esforço ingente com que costumam investir grupos e sociedades, para fixá-la e assegurar-lhe estabilidade, é por si, indício de seu caráter fluido e mutável” (ibid, p.12).

Por sua parte, Joel Candau discorre sobre a formação da memória, suas dimensões e a ruptura conceitual existente entre história e memória. Para ele, embora as duas sejam representações do passado, “a primeira tem como objetivo a exatidão das representações, enquanto a segunda pretende senão a verossimilhança” (CANDAU, 2012, p.131).

Entretanto, para alguns autores da nova história cultural, a história também busca a verossimilhança uma vez que suas “ações se passam por fora da experiência do vivido e, portanto, do não verificável” (PESAVENTO, 2014, p.55). Ressaltando o seu tom ambíguo e inexato, Ricoeur (2012) considera que a história não é absoluta e pronta, mas sim essencialmente equívoca.

A história é mutável, visto que seu objeto de estudo é o ser humano no tempo conforme a discussão feita por Bloch em sua obra “Apologia da História”. Não o tempo que representa apenas uma medida, mas sim o tempo da história

que “é o próprio plasma em que se engastam os fenômenos e como lugar de sua inteligibilidade” (BLOCH, 2001, p.55). Chartier corrobora para a discussão sobre a história ao mencionar que:

Ela é uma prática científica, produtora de conhecimentos, mas uma prática cujas modalidades dependem das variações de seus procedimentos técnicos, dos constrangimentos que lhe impõem o lugar social e a instituição de saber onde ela é exercida, ou ainda das regras que necessariamente comandam sua escrita (CHARTIER, 1994, p. 111).

Pierre Nora, em sua obra *“Entre memória e história: a problemática dos lugares”* (1984), entende que a história está comprometida com a análise e crítica, ou seja, é fruto de uma operação intelectual -, ao passo que a memória está mais vinculada ao que o autor designa como sagrado:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo se opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. (NORA, 1984, p. 9)

Fora do circuito acadêmico, a relação entre memória e história é comumente levada a um nível de sinonímia por parte do senso comum. Quando pergunta-se a uma pessoa a respeito do seu passado é natural vir à tona as suas memórias de infância, repleta de momentos felizes ou acontecimentos entristecedores. Ao narrar a sua memória de forma ordenada com algum grau de linearidade temporal, o indivíduo supostamente acredita estar tecendo os fios da sua história. O mesmo ocorre quando referem-se ao passado de uma cidade, estado ou nação, apelando para a preservação das suas memórias como se tal movimento fosse capaz de garantir a recuperação e salvaguarda de suas histórias. A máxima expressão disso talvez seja o slogan que diz: “um país sem memória é um país sem história” (BRANDÃO, 2001, p.3).

Se entre História e Memória existem pontos divergentes que, definitivamente, não permitem colocá-las como coisas idênticas, por outro lado, também é preciso ter consciência de que há aspectos que as aproximam.

A Memória, enquanto atividade psíquica e intelectual de rememoração, ancora-se no tempo que é o fio condutor da própria História. De acordo com Lucília Delgado:

Considerando-se a evocação do passado como substrato da memória, pode-se deduzir que, em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda. Portanto, História e memória, através de uma inter-relação dinâmica, são suportes de identidades individuais e coletivas, que se formam no processo diacrônico e sincrônico da vida em sociedade. (DELGADO. 2011, p.45).

Mesmo distintas, história e memória parecem se nutrir. O filósofo Paul Ricoeur, defende que a memória seria a base fundamentadora da História, pois é somente através dela que se consegue olhar para o passado e nos ligar a ele. Para o autor, “não temos outro recurso a respeito de referências ao passado, senão a própria memória.” (RICOEUR. 2007, p. 40).

Existe um aspecto fundamental acerca do ato mnemônico que é o seu caráter seletivo. A mente humana não é capaz de suportar e gravar “memorizadamente”¹⁶, a totalidade das experiências que participam da vida dos indivíduos. Assim, a cada vez que escolhe-se transformar determinadas “ideias, percepções ou acontecimentos em lembranças, relegam-se muitos outros ao esquecimento, fazendo da memória “o resultado de uma relação complexa onde lembrar e esquecer coexistem paradoxalmente” (GONDAR, 2016, p.29).

Pollak entende que, “a rememoração pressupõe um trabalho de organização consciente e inconsciente daquilo que se quer excluir, gravar, relembrar e recalcar” (1989, p.92). Em outras palavras, “tem-se nos múltiplos

¹⁶ Esse termo parafraseado pelo autor diz respeito a obra: Funes, o memorioso”, escrita pelo literato argentino Jorge Luis Borges. A história gira em torno de um rapaz chamado Ireneo Funes que possuía uma memória extraordinariamente poderosa que possibilita a ele lembrar-se de absolutamente tudo que acontecia na sua vida. Tal aspecto acabou atrapalhando sua capacidade de pensar e construir conhecimento. Disponível em: <https://ambrosia.com.br/literatura/resenha-um-calabouco-de-detalhesfunes-o-memoriosos> Acessado dia: 27/08/2021.

mecanismos de lembrança e esquecimento o efetivo jogo retórico da memória” (HUYSSSEN, 2000, p.34).

Admitindo que a memória é, em sua essência cognitiva, individual, não é errado afirmar, também, que ela é um constructo psíquico intimamente ligado ao mundo social. A esse respeito, o sociólogo Maurice Halbwachs¹⁷ foi um dos pioneiros a refletir sobre as dimensões sociais da memória. Para o autor, a memória individual seria uma espécie de unidade fechada em si mesma, sem relação com outras memórias, colocando-se, portanto, oposta à memória coletiva. No entanto, Halbwachs esforça-se em demonstrar que toda lembrança individual já é um fenômeno coletivo na medida em que ela necessita reportar-se aos chamados quadros sociais de referência para poder representar-se. Nesse sentido, a memória individual é posta por ele:

Como uma parte e como um aspecto da memória do grupo, já que toda impressão e todo fato, mesmo o que lhe concerne o mais exclusivamente, guarda apenas uma lembrança durável na medida em que se a ligou aos pensamentos que nos vêm do meio social (HALBWACHS, 1994, p. 144).

Ao observar a proposta de Halbwachs, fica-se com a impressão de que entre a memória do sujeito e a coletiva existe apenas uma diferença de grau, já que ambas supostamente seriam formadas da mesma “substância”. Para o autor, o que viabiliza a interação entre estas memórias, englobando-as numa mesma esfera, é a memória social, isto é, os quadros sociais que as ligam em uma totalidade. Assim, participando da mesma dimensão, o sociólogo francês considera que as nossas lembranças são ao mesmo tempo a lembrança dos outros, pois elas carregam vestígios de cenas compartilhadas por outros, inserindo-se num contexto sócio espacial e temporal comum (HALBWACHS, 1994, p.147-149).

Ecléa Bosi (2003) coloca que a memória opera com grande liberdade escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas

¹⁷ Como intelectual que atuou ativamente no mundo acadêmico francês entre 1919 e 1935, sua contribuição para o campo da memória social tem sido fundamental. Halbwachs é hoje uma referência obrigatória ao mencionar qualquer aspecto dessa memória coletiva que tanto se preocupou em compreender e ponto de partida para vários autores mais recentes que discutem os conceitos que ele trabalhou em seus textos.

porque se relacionam através de índices comuns. “São configurações mais intensas quando sobre ela incide o brilho de um significado coletivo” (BOSI, 2003, p.31).

A partir disso, presume-se que há formas de compartilhamento mnêmico que são capazes de garantir algum nível de coesão entre os seus grupos de referência. Um dos reflexos desta interação seria a própria materialização dessas memórias através de objetos, monumentos, lugares, comemorações, etc. Para Tedesco (2004),

A ideia de memória coletiva identifica um singular grupo, ou, no limite, toda a sociedade. A dimensão social da memória incorpora uma multiplicidade de memórias coletivas; a memória social incorpora uma multiplicidade de memórias coletivas [...] (TEDESCO, 2004, p.51).

Vale lembrar também que a memória coletiva nunca pode ser tratada como um conglomerado de lembranças totalmente imutáveis e coesas entre si. Conforme explica Halbwachs (1990), cada memória individual é uma perspectiva sobre a memória coletiva, que transforma-se de acordo com o lugar ocupado e pelas relações que o indivíduo estabelece com outros meios. A memória, salienta o autor, nunca parte do vazio. Ela é apropriada pelo indivíduo na sua interação com outros sujeitos, dentro de uma trajetória múltipla de experiências que sofrem alterações e reinterpretações. A esse respeito, Ulpiano Meneses (1992, p.11) assinala que “a memória de grupos e coletividades se organiza, reorganiza, adquire estrutura e se refaz, num processo constante, de feição adaptativa”.

Outro pensador que aventurou-se com afinco, tornando-se referência nos estudos envolvendo a memória foi Michael Pollak (1992). Para ele, as memórias - sejam elas individuais ou coletivas - incluem sempre três aspectos primordiais que são os acontecimentos, pessoas (ou personagens) e lugares.

O primeiro diz respeito aos eventos sob as quais os sujeitos podem ou não terem participado diretamente, ou seja, uma perspectiva de vivência “por tabela”, onde este indivíduo sente-se parte legítima de uma determinada coletividade. Essa socialização geraria um grau tão sofisticado de identidade com o grupo que o indivíduo acabaria assimilando essas memórias herdadas como se fossem emanadas de sua própria biografia. Em outras palavras, “o

elevado teor de empatia com o coletivo torna difusa a possibilidade de discernir precisamente as linhas divisórias que separam a memória individual daquelas importadas dos grupos sociais a que pertencemos” (POLLAK, 1992, p.3).

Em linha semelhante, tem-se o papel das personagens, que, integrando as lembranças de alguém, podem fazer parte de um núcleo de convívio ou simplesmente são conhecidas pela sua relevância enquanto figuras públicas.

Por último estão os lugares/cenários que são parte constitutiva da memória dos indivíduos, seja de forma direta ou indiretamente as suas experiências de vida. Ao refletir sobre a teoria de Halbwachs, Pollak (1992) também introduz acréscimos substanciais a esta análise. O autor admite que a memória tem uma face flutuante e mutável posto que, invocada pelo presente, carrega elementos oriundos de vínculos sociais que compuseram a sua elaboração. Contudo, Pollak (1992) defende, ao contrário de Halbwachs, que as memórias coletivamente construídas parecem possuir atributos que são irreduzíveis, pois na “[...] maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis” (POLLAK, 1992, p.2). O autor deduz, portanto, que a ocorrência disto se dá porque o processo de incorporação da memória foi tão significativo que acabou inviabilizando mudanças expressivas. Partindo desta perspectiva de leitura acerca da memória, parece ser razoável dizer que a sua constituição sofre a influência de heranças, aprendizados e transmissão de experiências. Elementos esses que emergem da socialização dos indivíduos em um determinado grupo.

No que concerne à relação entre memória e identidade, Pollak (1992) assinala que sobre elas repousa uma interação negociada e, por vezes, conflitiva. O mesmo detalha dizendo que:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo (POLLAK, 1992, p.203-204).

Joel Candau (2012) é outro pensador que debruça-se com profundidade sobre o campo da memória. Ao analisar o conceito de memória coletiva, estabelecido por Halbwachs, Candau (2012) além de atentar para os riscos de uma banalização do caráter coletivo da memória, ao que ele chama de “retórica holística”, tece ressalvas sobre os níveis de compartilhamento memorial existentes entre os indivíduos em sociedade, algo amplamente valorizado por Halbwachs. Apoiado em seu modelo taxonômico de memória, o supracitado autor defende que a única forma capaz de estabelecer linhas de compartilhamento mútuo entre os sujeitos, no âmbito coletivo, seria a metamemória.

A existência de um discurso metamemorial é um indicador precioso, revelador de uma relação particular que os membros de um grupo considerado mantêm com a representação que eles fazem da memória desse grupo, e, de outro lado, esse discurso pode ter efeitos performáticos sobre essa memória, pois, retomado por outros membros, esse discurso pode reuni-los em um sentimento de que a memória coletiva existe e, por esse mesmo movimento, conferir um fundamento realista a esse sentimento. (CANDAU, 2012, p.34).

Apropriando-se, portanto, de Halbwachs (1990), Candau (2012), Pollak (1992) e Nora (1993), a presente pesquisa avança nos caminhos de uma memória social, entendida aqui como um lugar “da pluralidade de funções inter-relacionadas” (JEDLOWSKI, 2005, p.30). Em outras palavras, a memória social apresenta-se como um campo capaz de congrega representações relativas ao “passado que cada grupo produz, institucionaliza, cuida e transmite por meio da interação de seus membros” (JEDLOWSKI, 2005, p.31).

Dentro desse entendimento, cabe acrescentar que a memória social se exerce também numa esfera irrepresentável: no corpo, nas sensações, nos afetos, nas invenções e nas práticas de si (GONDAR, 2004, p.36).

No que diz respeito ao aspecto temporal deste estudo, é possível afirmar que este encontra-se imerso naquilo que os historiadores contemporâneos denominaram como História do Tempo Presente (HTP).

Segundo Ferreira (2000), a valorização de uma história das representações, do imaginário social e da compreensão dos usos políticos do passado pelo presente acabou promovendo uma reavaliação das relações entre

memória e história, permitindo aos historiadores repensarem sobre as diferentes temporalidades que as envolvem, definindo, assim, a HTP como horizonte de estudos do uso de um passado recente. Nessa direção, Roger Chartier entende que na HTP

(...) o pesquisador é contemporâneo de seu objeto e divide com os que fazem a história, seus atores, as mesmas categorias e referências. Assim, a falta de distância, ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental, que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e aqueles que fazem a história (CHARTIER, 2007, p.79).

Para Henry Rousso (1989),

A definição de história do tempo presente é a de ser a história de um passado que não está morto, de um passado que ainda está vivo na palavra e nas experiências dos indivíduos, portanto, ligado a uma memória ativa e singularmente atuante [...]. Esta história é um diálogo entre vivos e mortos, como toda narrativa histórica, mas ela repousa igualmente em um diálogo entre vivos, entre contemporâneos, sobre um passado que ainda não passou inteiramente, mas que já deixou de ser atual (ROUSSO, 1989, p.63).

Por mais que outras propostas metodológicas também sejam legítimas de serem enquadradas dentro da HTP, aqui, nesta pesquisa, optou-se pelos caminhos da História Oral, justamente, para lidar com a memória.

Gracejando de popularidade e aderência, a História Oral (H.O), hoje, já é um campo historiográfico melhor compreendido. Mas nem sempre foi assim. Por algum tempo, ela foi vítima da desconfiança, acusada de não transparecer confiabilidade pelo fato de valer-se da prática de colher depoimentos que, segundo a tradição historiográfica positivista do século XIX, não teriam valor de prova tal qual o documento escrito. O fetichismo na fonte textual, a crença na objetividade das fontes e a concentração dos interesses em períodos mais remotos do tempo, “destinaram à discussão sobre a História Oral – ou mesmo apenas sobre o uso da oralidade – a um espaço bastante restrito no contexto dos debates teórico-metodológicos dos historiadores” (FERREIRA, 2002, p.323).

Na segunda metade do século XX, após décadas de luta visando conquistar um espaço na academia, a H.O, aproveitando-se de uma maior abertura temática e concepções teóricas da Nova História, dá os seus primeiros passos no Brasil em meados dos anos de 1970 (ALBERTI, 2005).

Atuando junto a documentação oral, promovendo narrativas que transcendem os interesses das fontes oficiais, a H.O abriu caminhos para a realização de pesquisas junto “a grupos sociais “vindos debaixo”, isto é, sujeitos que encontravam-se na “obscuridade”, reféns da “marginalização natural dos vencidos” (ALBERTI, 2005, p.15).

Metodologicamente, a H.O oferece instrumentos ao pesquisador no seu trabalho prático, isto é, na organização e realização de “entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente” (ALBERTI, 2008, p.155).

Em uma linha de reflexão confluyente, Meihy e Holanda (2015) afirmam que:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da condução das gravações com definição de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.15).

A realização de entrevistas ocupa um papel de destaque no interior da H.O, pois é a partir da sua transcrição que o historiador transforma uma(s) fala(s) em documento(s). Olhando para além da instrumentalidade que reside sobre ela, Alessandro Portelli (2010) salienta o seguinte:

O que é falado numa típica entrevista de História Oral, usualmente, nunca foi contado dessa forma antes. A maioria dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião [...] mesmo que as histórias tenham sido contadas antes, elas nunca foram contadas para aquele ouvinte especial que é o entrevistador da história oral. A entrevista, implicitamente, realça a autoridade e a autoconsciência do narrador e pode levantar questões sobre aspectos da experiência do relator a respeito dos quais ele

nunca falou ou pensou seriamente. Assim, uma entrevista de História Oral tende a ser uma história não contada, ainda que largamente recheada de episódios relatados duas vezes; e o falante tende a lutar pela melhor dicção possível (PORTELLI, 2010, p.11-12).

Se é possível aceitar que a entrevista é um discurso verbal conscientemente construído por aquele que a lembra, é razoável dizer, igualmente, que ela é uma expressão narrativa que engloba dimensões sensíveis que escapam ao mundo das palavras. A esse respeito, Meihy e Holanda (2015) ponderam:

Convém lembrar que a palavra dita e gravada não existe como fenômeno ou ação isolada. Muito do que é verbalizado ou integrado à oralidade, como gesto, lágrima, riso, silêncios, pausas, interjeições ou mesmo as expressões faciais - que na maioria das vezes não têm registros verbais garantidos em gravações -, pode integrar os discursos que devem ser trabalhados para dar dimensão física ao que foi expresso em uma entrevista de história oral (MEIHY; HOLANDA, 2015, p.14).

Fica nítido a existência de uma dinâmica que institui a apreensão da narratividade, isto é, o efetivo registro da lembrança, onde a fala, a escuta e a troca de olhares ocupam papel primordial na interação entre pesquisador e entrevistado. Ainda a respeito da metodologia da H.O, Delgado afirma que:

São os homens que constroem suas visões e representações das diferentes temporalidades e acontecimentos que marcaram sua própria história. As análises sobre o passado estão sempre influenciadas pela marca da temporalidade. Ao se interpretar a história vivida, no processo de construção da história conhecimento, os historiadores são influenciados pelas representações e demandas do tempo em que vivem e a partir dessas representações e demandas, voltam seus olhos para o vivido reinterpretando-o (DELGADO, 2003, p.10).

A História Oral tem como mérito conferir aos indivíduos narradores de suas memórias o status quo de sujeitos históricos. Nesse sentido, Paul Thompson (1992) defende a tese que este recurso metodológico é dotado da capacidade de “poder devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras, ser protagonista de sua história” (THOMPSON, 1992, p.243). Deste modo, ao escolher a H.O, o historiador necessita de certos atributos que, segundo Thompson (1992), são:

Essenciais [e] que o entrevistador bem sucedido deve possuir: interesse respeito pelos outros como pessoas e flexibilidade nas reações em relação a eles; capacidade de demonstrar compreensão e simpatia pela opinião deles; e, acima de tudo, disposição para ficar calado e escutar. Quem não consegue parar de falar, nem resistir à tentação de discordar do informante, ou de lhe impor suas próprias ideias, irá obter informações que, ou são inúteis, ou positivamente enganosas (THOMPSON, 1992, p.253).

No que concerne à tipologia de História Oral empregada nesta pesquisa, é relevante dizer que optou-se pelo alinhamento com a chamada História Oral Temática (HOT), tendo em vista que os sujeitos entrevistados são capazes de elaborar narrativas sobre as dinâmicas de sociabilidade e lazer as quais estão inscritos, historicamente, na orla dos Balneários do Laranjal.

De acordo com Meihy e Holanda “a hipótese de trabalho nesse ramo da história oral é testada com insistência e o recorte do tema deve ficar explícito de tal maneira que conste das perguntas a serem feitas ao colaborador” (2015, p.39). Outra característica marcante neste tipo de abordagem é o apreço pela comparação de versões, já que se necessita de, pelo menos, um número razoável de entrevistados para abarcar o assunto. Acerca dos roteiros/questionários de entrevistas em História Oral, Gill e Silva (2016) ponderam que eles devem

[...] possibilitar perguntas amplas através das quais o narrador possa abordar diferentes aspectos, evitando a possibilidade de respostas simplistas como sim ou não. No caso da história oral temática (HOT) as perguntas são mais diretas que na história oral de vida (HOV), mas ambos os roteiros precisam ser flexíveis, permitindo diferentes formas de rememorar e contar histórias, visto que, quem significa suas memórias, em primeira instância, é o narrador. Então, se ele decide contar uma história, mesmo que fuja do tema, o entrevistador deve ouvir, ainda que depois precise retomar a questão anterior. As entrevistas, preferencialmente, devem começar pelas pessoas mais idosas ou por aquelas que são mais representativas do grupo. (GILL e SILVA, 2016, p.2).

Contudo, por mais que a pesquisa esteja vinculada à História Oral Temática (HOT), isto não exclui o fato de que haja uma prática de complementação entre as narrativas orais e o restante das fontes, sejam elas oriundas de periódicos jornalísticos, documentos fotográficos ou mesmo da

bibliografia existente. Ao praticar tal análise, este estudo também inscreve-se naquilo que os historiadores orais chamam de História Oral Híbrida (MEIHY; HOLANDA, 2015).

Isto posto, convém reforçar que este trabalho utiliza-se de um total de 19 entrevistas, onde: seis depoentes estão ligados ao Balneário Santo Antônio; quatro ao Balneário dos Prazeres e o restante ao Valverde. O critério de escolha destes sujeitos, como já foi dito, tem a ver com o seu efetivo envolvimento e participação nos espaços de convivência, lazer e entretenimento, instituídos em cada um destes espaços de praia, dentro do recorte temporal aqui proposto. Todas as entrevistas realizadas e transcritas datam do ano de 2012 até 2022. É relevante esclarecer que o ano de 2012 torna-se um marco de início das entrevistas porque este tipo de metodologia também foi utilizada na elaboração do trabalho de conclusão de curso do autor, representando, inclusive, a sua primeira incursão acadêmica sobre os balneários do laranjal.

Como a pesquisa desenvolveu-se em um contexto de pandemia do COVID-19, onde o isolamento social foi uma das principais medidas de prevenção da doença, nem todos os entrevistados concordaram em conversar de forma presencial. Dessa forma, recorreu-se ao uso da internet e as suas diferentes plataformas de comunicação para conversas e chamadas em tempo real. Com seis entrevistados, utilizou-se a plataforma Google Meet e Skype para a execução das entrevistas a distância.

As discussões em torno dos prejuízos e vantagens sobre uma História Oral feita “online”, sem que haja uma interação física entre pesquisador e entrevistado, são inúmeras. Aqui, preferiu-se explorar os benefícios deste tipo de abordagem, lidando com as limitações existentes, e sabendo usufruir os aspectos positivos envolvidos. Nesse sentido, concorda-se com Santiago e Magalhães (2020) quando atentam para o seguinte:

Em lugar de uma forquedura partida entre a euforia adesista e a recusa absoluta a um tipo de história oral supostamente deformada (pela ausência da interação corpo-a-corpo), devem colocar-se experiências empíricas de entrevistas online, discussões técnicas e procedimentais, debates teóricos e filosóficos vários, todos eles vigiados pelos princípios basilares da história oral: o compromisso com a criação e a preservação

de novas fontes, a atenção e o respeito ao entrevistado, a garantia de pluralidade de pontos de vista na pesquisa, a compreensão das implicações das circunstâncias de produção sobre a fonte, e assim por diante. Em práticas profissionais e eticamente responsáveis, essas premissas não serão rompidas, seja em ambiente real ou virtual. (SANTIAGO; MAGALHÃES, 2020, p.15)

Com o restante dos colaboradores que concordaram com a presencialidade, as entrevistas foram gravadas em áudio e posteriormente, passaram pelo mesmo processo de transcrição que os relatos orais feitos à distância.

1.2. Sociabilidade e lazer: um olhar histórico-cultural sobre a Praia do Laranjal.

Para estudar os Balneários do Laranjal, dando a eles alguma inteligibilidade sobre as dinâmicas de participação da vida coletiva Pelotense e, as suas respectivas formas de usufruto do tempo livre à beira da Praia, optou-se por duas categorias relativamente novas ao *métier* dos historiadores culturais que são: a sociabilidade e o lazer.

Originário da sociologia, o conceito de sociabilidade ganhou notoriedade nos meios acadêmicos graças aos estudos empreendidos por Georg Simmel, Max Weber e Georges Gurvitch. De acordo com Muller (2010), Max Weber foi quem teria dado a sociologia a missão de estudar a respeito das estruturas sociais, ou seja, tudo aquilo que encontra-se organizado e representado em instituições como o estado, a igreja e a comunidade familiar. A mesma autora salienta que Gurvitch foi aquele quem empregou a noção de sociabilidade dentro de uma lógica micro-sociológica, ou seja, na estreiteza da relação entre o indivíduo e o outro.

Georg Simmel, por sua vez, foi aquele pensador que enxergou a sociabilidade como um vetor autônomo ou lúdico de sociação¹⁸. Segundo esse autor, os interesses e necessidades específicas fazem com que os homens se

¹⁸[...] A sociação é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, quer sejam sensuais ou ideais, temporários ou duradouros, conscientes ou inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base das sociedades humanas” (SIMMEL, 1983, p.166)

unam em diferentes associações, como econômicas, religiosas, políticas, as quais se caracterizariam pelo sentimento de estarem sociados e pela satisfação provocada por isto. Para o sociólogo alemão, “a sociabilidade não tem propósitos, objetivos, conteúdo ou resultados exteriores, depende inteiramente das personalidades entre as quais ocorre” (SIMMEL, 2006, p.66). O ponto nodal da sociabilidade, de acordo com esse pensamento, estaria no sucesso do instante sociável, isto é, uma interação pura entre si. Em outras palavras, “é quase uma forma, um tipo ideal que Simmel vai construir” (VELHO, 2001, p.203).

Depois desses autores, o conceito de sociabilidade atingiu outros campos disciplinares, assumindo novos significados e usos. Assim, esta pesquisa não ignora essas contribuições. Muito pelo contrário. Porém, tratar-se-á a sociabilidade dentro de uma perspectiva histórica.

Nos domínios da Clio, a sociabilidade foi um daqueles conceitos que, por algum tempo, oscilaram entre o excesso de definições e a carência de um, em específico. Desfrutando de uma aparição secundária e periférica no plano da História das Mentalidades, a sociabilidade só ingressou, mais seriamente no interior do vocabulário historiográfico, entre finais da década de 1960 e início da década seguinte, fomentada pelos movimentos da chamada nova História Cultural. (CANAL, 2003).

Mas foi pelas mãos do historiador francês Maurice Agulhon que a sociabilidade adquiriu notoriedade e foi “redescoberta” enquanto categoria de análise histórica. Mesmo não sendo ele o inventor da noção de sociabilidade, o mérito do autor reside no fato dele ter apresentado novos caminhos e abordagens diferenciadas. Nesse sentido, Muller (2010) salienta que a produção historiográfica de Agulhon foi responsável por disseminar a ideia de sociabilidade, seja do âmbito geográfico, dos séculos XVIII e XIX para o cronológico, ou até mesmo da vida associativa para uma dimensão mais temática. Foi pelas mãos de Agulhon que “a sociabilidade adquiriu um sentido mais extenso e aberto, incorporando aspectos mais informais da vida social, chegando a se assemelhar com a história da vida cotidiana” (CANAL, 2003, p.113).

A partir disso, os historiadores começaram a refletir mais detidamente sobre assuntos como: “os cafés e as tabernas; a vida familiar e as praças; as associações de trabalhadores e militares; o termalismo e a vida de salão; os agrupamentos políticos e as lojas maçônicas; os orfeões e esportes” (MULLER, 2010, p.35).

Assim, a sociabilidade é composta tanto por estruturas de organização formais, como por dimensões informais, que oferecem a possibilidade dos indivíduos construírem relações, vínculos ou interagirem em prol de algum objetivo em comum. Como bem lembra o próprio Agulhon, “as pessoas associam-se não somente para fazer alguma coisa; muitas vezes o fazem, em primeiro lugar, para gozar da vida em grupo e, em seguida, para realizar alguma atividade” (AGULHON, 1992, p.7).

Para elaborar uma proposta conceitual sobre o termo sociabilidade, Agulhon dirigiu-se, inicialmente, às definições oriundas dos dicionários. Ali, deparou-se com duas propostas distintas. A primeira, em tom mais generalizante, fala de uma “aptidão que a humanidade teria de viver em sociedade”. Já a segunda, mais restritiva, trata da “capacidade do indivíduo a frequentar seus semelhantes de forma agradável”. Convencido de que ambas não se coadunam muito bem aos propósitos da História, pois “os objetos [dela] estão precisamente no meio, além do singular e aquém da espécie” (AGULHON, 1977, p.8.). Agulhon recorreu a psicologia coletiva para a elaboração de uma terceira via de definição. A partir disso, a sociabilidade passou a ser vista como um comportamento coletivo, onde o homem teria a qualidade de ser sociável, isto é, de um indivíduo que “busca a sociedade, que busca encontrar o outro, associando-se a ele” (MULLER, 2010, p.36).

Ao aglutinar estas três perspectivas, o autor conclui que a sociabilidade é a maneira pela qual o homem vive em sociedade, sendo ela suscetível à variação. Para o autor, ela “aplica-se a conjuntos mais vastos que a pessoa individual, e menos vastos que a espécie inteiras, atingindo coletividades definidas no tempo, espaço e na escala global” (AGULHON, 1982, p.24). Dessa forma, ao assumir seu caráter coletivo, a sociabilidade varia no tempo e espaço, tornando-se, portanto, um objetivo da ciência histórica. (AGULHON, 1982).

Ao desenvolver uma pesquisa, sobre o viés da sociabilidade, o historiador deixa explícito o seu desejo em investigar as múltiplas formas de convivência do homem em sociedade. Mais do que isso, ao aventurar-se por esse caminho estará ele buscando analisar as expressões mais ou menos formalizadas da vida em grupo, de acordo com o tempo e espaço.

Para Caldo e Fernandez (2008), no cerne da sociabilidade existe um sistema relacional cuja natureza, nível de sujeição dos indivíduos e estabilidade não possuem pauta definida, mas que, por outro lado, provocam a vinculação e a gestação de sentimentos de pertencimento e solidariedade entre os seus integrantes.

De acordo com Maffesoli (1984), a sociabilidade está objetivada em conectar os sujeitos seja pelo sentimento de proximidade existente na vida cotidiana, seja pelo compartilhamento de interesses e necessidades em comum. Nessa mesma direção, Baechler (1995) acrescenta que na seara da sociabilidade, os sujeitos são capazes de estabelecer “redes” de interação, através das quais as unidades de atividades, individuais ou coletivas, fazem circular as informações que exprimem seus interesses, gostos, paixões e opiniões. Ou seja, tem-se a efetiva construção de sociabilidades.

Mesmo que a sociabilidade esteja vinculada a tudo isso, isto é, a fruição e gozo da vida em coletividade, isso não quer dizer que diferenças e disputas estejam fora deste território de interação. A esse respeito, Rezende (2001) acredita que existam certos estilos de sociabilidade que são capazes de iluminar distinções e descompassos entre as pessoas.

Mesmo a sociabilidade entre pessoas de semelhantes classes sociais, há outros eixos de disputa, seja uma identidade de gênero ou o status associado a um estilo de vida particular. Ao mesmo tempo que implica a associação prazerosa entre um grupo específico de pessoas, destacando certos valores seus, delimita por contraste, e exclui, outros grupos distintos [...] a sociabilidade perpassa por dinâmicas de diferenciação social e por relações de poder. (REZENDE, 2001, p.34).

Outro equívoco recorrente sobre este conceito é colocá-lo, unicamente, como sendo um cenário da espontaneidade e do descompromisso social. Sobre isso, Maia (2002) afirma que:

Se ignorarmos as instituições, as tradições, os padrões regulares de comportamento e de expectativas, estaremos atribuindo ao ator uma soberania absoluta, concebendo-o como um criador indeterminado, capaz, contudo, de determinar tudo no mundo. Teremos, assim, perdido recursos cruciais para apreciar o modo pela qual os indivíduos organizam as demandas práticas da existência na sociedade hierarquicamente organizada e as transformam; como relações de poder atravessam os grupos sociais e formas de dominação e subordinação se impõem. Neste quadro, sim, estaríamos arremessados num *continuum* de aparências em monótona transformação, sem qualquer vinculação com significações das estruturas histórico-sociais ou de configurações culturais (MAIA, 2002, p.13).

No tocante aos tipos de sociabilidade, o presente trabalho tanto analisa os espaços e relações informais de convivência voluntária e ação autônoma, cuja as dimensões públicas são marcas registradas do território de praia, como também transita-se sobre as instituições privadas (mas que são de caráter público), organizadas por estatutos, normas e regulamentos, como é o caso dos clubes sociais pertencentes a orla do Laranjal. Nesse sentido, vale dizer que o foco do trabalho está muito mais dirigido à compreensão da orla do Laranjal enquanto cenário histórico de múltiplas sociabilidades, independente se nela estão expressões formais ou informais da vida humana.

Como afirma Navarro (2006), os espaços e formas de sociabilidade são inúmeros e variados, coexistindo manifestações formalmente estruturadas e estabelecidas e vertentes carentes de institucionalidade. Assim, fica nítida a importância de estudar conjuntamente essas manifestações, pois “convivem e em alguns casos se integram” (NAVARRO, 2006, p.111). Nesse aspecto, também conflui-se com Escalera (2007) quando diz que a dicotomia entre sociabilidade informal e formal se revela, na prática, bastante forçada, sendo difícil estabelecer um parâmetro qualitativo que justifique uma fronteira clara entre ambas, pois não há nem mesmo distinções em suas funções socioculturais desempenhadas.

A partir desta reflexão, reitera-se que esta dissertação centra-se nas múltiplas sociabilidades instituídas nos balneários do Laranjal sob um enfoque mais amplo abordando de maneira articulada, as chamadas sociabilidades

informais, semi informais e formais. Assim, busca-se o máximo de compressão das dinâmicas da vida coletiva nesta enseada lagunar em Pelotas.

Outro conceito caro a este estudo é o lazer. Assim como a sociabilidade, “os estudos sobre o lazer envolvem questões culturais, econômicas, políticas, biológicas, sociais, tornando-o assim, uma categoria tensa, ambígua, complexa, polissêmica” (BARRAL, 2012, p.194).

No campo das ciências sociais tem-se, entre as grandes tradições dominantes sobre o lazer o pensamento americano, a abordagem antropológica, o pensamento social britânico, a tradição popular iniciada com Paul Lafargue e sistematizada em Joffre Dumazedier, a sociologia dos tempos sociais (PRONOVOST, 2011).

Mesmo que em todas as culturas e sociedades históricas seja possível observar formas de divertimento, jogos, brincadeiras e entretenimento lúdico, as primeiras reflexões em torno dessas práticas só emergem no meio acadêmico internacional na segunda metade do século XIX.

Segundo Gomes e Melo (2003), naquela época, o lazer era entendido apenas como um tempo disponível depois das ocupações, como pode ser constatado no Dictionnaire de la langue Française, elaborado por Maximilien Littré no decorrer dos anos de 1860. De acordo com o sociólogo francês Joffre Dumazedier (1973), este tipo de definição foi reproduzida por vários autores, e somente em 1930 o Dictionnaire, de Claude Augé, acrescentou um novo significado a este verbete: o lazer passou então a ser concebido como formas de distração e ocupação às quais os indivíduos poderiam entregar-se de espontânea vontade, durante o tempo não ocupado pelo trabalho.

No Brasil, as análises em torno da “questão lazer” começaram a surgir nas primeiras décadas do século XX. Para Santos (2014), ainda hoje são deficitárias as pesquisas empíricas que versam sobre a história do conceito de lazer no país. Para a autora, os pesquisadores ainda não têm clareza sobre os marcadores que devem ser usados para definir se uma prática pode ou não ser denominada de lazer, ou o que pode ou não ser englobado por este conceito. A mesma assevera, ainda, que:

Tão pouco há um entendimento minimamente consensual sobre até onde podemos recuar no tempo usando o conceito de lazer. Tais determinações, quando necessárias, têm sido feitas a partir da reprodução de um modelo europeu, ou da construção de inferências lógicas, o que demonstra uma certa compreensão do fazer historiográfico e da própria história, como se esta última fosse apenas avanços e linearidade (SANTOS, 2014, p.189).

Durante muito tempo, os pesquisadores brasileiros, incluindo os historiadores, persistiam em associar as dinâmicas do lazer com o advento da industrialização e o mundo do trabalho.

Dentro dessa chave de leitura, a tese que mais teve aceitação e espalhou-se como rastro de pólvora entre os estudiosos foi aquela advinda de Joffre Dumazedier onde: O “lazer possui traços específicos, característicos da civilização nascida da Revolução Industrial” (1999, p.26).

Segundo o sociólogo francês, o contexto industrial reúne atributos que são elementares e definidores desse novo fenômeno social, sendo inclusive, fundamentais à sua existência. O principal deles, uma premissa clássica dos estudos do lazer, é a demarcação rígida dos tempos. No caso inglês, Thompson (1988) denominou como “disciplina do tempo”, isto é, a delimitação clara entre o tempo destinado ao trabalho e o tempo livre¹⁹ dele, no qual o lazer acontece.

De acordo com Dias (2018), as pesquisas historiográficas sobre o lazer, ao dialogarem com este tipo de abordagem sociológica, buscam uma explicação para as transformações históricas que ocorreram nas formas de fruição do tempo livre. No fundo, diz o autor, “existe uma preocupação maior em compreender o processo de transição entre os mundos pré-moderno e moderno” (DIAS, 2018, p.6).

Assim, as breves críticas aqui mencionadas têm a intenção de esclarecer que o campo de estudos sobre o lazer ainda tem um caminho epistemológico a percorrer. Além disso, mesmo reconhecendo as fragilidades conceituais de

¹⁹ Para Javier Escalera, “o tempo livre cumpre uma função social genérica como contexto que propicia o contato social, o estabelecimento e o desenvolvimento de relações interpessoais primárias de natureza informal, ao mesmo tempo que proporciona instâncias concretas para a extensão dessas redes de relações. Deste ponto de vista, o tempo ócio aparece como um valor potencial suscetível de ser capitalizado pelos indivíduos em suas estratégias em relação à competição pelo prestígio e pela influência, pelo poder social e político” (ESCALERA, 2000, p.12).

alguns autores da sociologia, isso não quer dizer que os pontos positivos de seus modelos explicativos, por outro lado, não sejam contemplados aqui neste trabalho. Por último, ressalta-se que pela inexistência de um consenso teórico acerca da definição de lazer, optou-se em trazer os elementos que melhor se coadunam à área em estudo que é a praia.

Na obra “A Busca da Excitação”, escrita por Norbert Elias e Eric Dunning (1992), é interessante a forma como o lazer é entendido. Segundo os autores, ao contrário do que o senso comum afirma, os indivíduos não procuram as atividades de lazer apenas para extravasar suas tensões ou aliviar as suas cargas emocionais ou psicológicas, procuram-nas, justamente, para elevar os níveis de tensão, desfrutando de situações estimulantes, vivenciando, assim, momentos que proporcionem o desabrochar de múltiplas emoções. Para eles, o ingrediente primordial para se ter satisfação no lazer estaria ligado a um tipo atrativo de tensão/excitação que é procurado, voluntariamente, pelos indivíduos. Algo “bem diferente da inescapável tensão estressante, extenuante e desagradável proveniente das situações rotineiras da vida (ELIAS; DUNNING, 1992, p.101). Em outras palavras, o lazer estaria ligado a uma esfera da vida que oferece mais oportunidades às pessoas de “experimentarem uma agradável estimulação das emoções, uma divertida excitação que pode ser experimentada em público, partilhada com outros e desfrutada com aprovação social e boa consciência” (ELIAS; DUNNING, 1992, p.151).

Outra instância fundamental a ideia de lazer é a questão do prazer. Para Gutierrez (2011, p.11), ele “é uma categoria primordial ao lazer, pois não existe lazer sem a expectativa de realizar alguma forma de prazer”. Ao buscar uma definição de lazer vinculada ao prazer, o autor assinala o seguinte:

Podemos começar destacando a diferença fundamental entre sentir prazer e buscar prazer. Mesmo esquecendo, por enquanto, a fronteira misteriosa que o prazer deve atravessar para se transformar em dor, e vice-versa, ou a relação entre a intensidade do prazer e o sofrimento prévio que antecipa sua conquista. Assim, e apesar de tudo isso, o lazer não pressupõe necessariamente a consumação do prazer. Seu compromisso é com a busca do prazer, com a luta por uma sensação de prazer que pode, ou não, vir a ocorrer. O exemplo típico é o torcedor de algum esporte: acompanhar uma derrota numa competição não pode ser classificado como uma experiência prazerosa, mas

constitui, sem dúvida, uma atividade de lazer. (GUTIERREZ, 2001, p.7).

Mesmo parecendo óbvio, é preciso dizer que dentro das dinâmicas do lazer existe um viés recreativo, composto pelo universo da brincadeira, diversão e satisfação. Além disso, a recreação representa a adequada utilização do tempo de lazer, onde se efetiva a construção de espaços e ferramentas de educação e desenvolvimento individual e coletivo.

Ao tratar o lazer como um fenômeno da vida humana gerado, historicamente, e capaz de influenciar as estruturas sociais vigentes, Marcellino (1987) afirma que ele é

A “cultura” – compreendida no sentido mais amplo – vivenciada no tempo disponível. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (MARCELLINO, 1987, p.31).

Para Dumazedier (1976), autor predileto dos pesquisadores brasileiros, quando o assunto é lazer, ele o descreve como sendo:

Um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora (DUMAZEDIER, 1973, p.34).

Por último, tem-se, novamente, os contributos do historiador Alain Corbin. Na sua clássica obra *“História dos tempos livres: o advento do lazer”* (2001), o autor acredita que a crescente pressão envolvendo o tempo no cotidiano dos indivíduos, junto à permanente sensação da falta dele, são os fatores que influenciam os pesquisadores a pensar sobre um tempo livre, aberto a espontaneidade. Para ele, o lazer corresponde a um fenômeno instituído pela liberdade, onde as pessoas podem usar a disponibilidade em prol de momentos de distração ou ocupações que lhes sejam convenientes, entregando-se voluntariamente e não como consequência temporal da ausência de trabalho.

Perante a tudo isso, reitera-se que tanto a sociabilidade como o lazer são abordados aqui, a partir da perspectiva da História Cultural, campo historiográfico atravessado pela noção de cultura e seus mecanismos de produção e recepção (BARROS, 2003; DUBY, 1990). Pois como se sabe, é também no tempo de lazer que o homem constrói o mundo e constrói a si mesmo. Os usos que foram sendo dados para a praia do Laranjal foram também responsáveis por constituir esse espaço.

Enquanto horizonte de análise, os historiadores que se valem dela, geralmente objetivam identificar a maneira como em distintos lugares e momentos “uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p.16-7).

De posse disso, ao refletir sobre as narrativas memoriais, logo o historiador se dá conta que está perante a um entrecruzamento importante: a íntima relação entre a memória e representação. Sobre a última, Chartier (1991) a define como sendo um “instrumento imediato que faz ver um objeto ausente, substituindo-lhe pôr uma imagem capaz de repô-lo em memória e de pintá-lo tal como é” (CHARTIER, 1991, p.184). O mesmo autor ainda salienta o seguinte aspecto sobre as representações:

As representações do mundo social assim constituídas, embora aspirem universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que a forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p.17).

Para Paul Ricoeur (2003), o passado só é perceptível pelos caminhos das suas representações, pois só a partir dela que consegue-se observar a maneira pela qual a sociedade expressa-se a si mesma e ao mundo em que está imersa. Dosse (1995) vai além, pois acredita que o território das representações pode ofertar aos historiadores outros ângulos de análise. Para ele

Considerar que se pode ter acesso ao passado significa pensar que existe, para além das variações, das transformações e rupturas entre a cultura de hoje e a de ontem, alguma coisa que permita uma possível comunicação entre elas, logo, uma mesma “comum humanidade” (DOSSE, 2017, p.259-260).

Outro aspecto interessante a se dizer sobre a manifestação mnêmica e a representação é que ambas circulam socialmente. No campo da memória individual, por exemplo, e não só nela, é comum a vinculação da representação às significações inscritas no coletivo. Ou seja, o sujeito delibera “tomar emprestado” do seu contexto, aquelas representações capazes de subsidiar e validar a sua própria memória.

Qual historiador oral nunca escutou em uma entrevista a seguinte frase: “Esses dias estava conversando com minhas vizinhas, e ela lembrou como era bom aqueles tempos, ela até me fez recordar de coisas que eu nem sequer sabia que havíamos feito juntas, mas que agora, parando para pensar, ela tinha razão. Era muito bom mesmo”.

1.3. O conceito de Espaço Público em prol da narrativa histórica.

Ao longo das últimas décadas, tem se observado que o ritmo da vida urbana e, conseqüentemente, as relações humanas podem estar se modificando sob o impacto de novas tecnologias de comunicação. No âmbito social, observando sob uma ótica simplista, as relações humanas atuais estão ocorrendo de certa forma, de modo transitório, impossibilitando um nível de trocas e vínculos mais aprofundados, podendo ser consideradas virtuais (sem contato físico), como por exemplo, os contatos realizados através do telefone, do celular ou pela internet.

Esta diminuição do contato “face a face” entre os indivíduos, provavelmente vem ocorrendo devido à falta de priorização do tempo destinado ao lazer e aos encontros sociais, ou talvez devido à “real” falta de tempo, gerada pelo excesso de obrigações com o trabalho e pela excessiva oferta de informações, as quais os indivíduos contemporâneos vêm sendo expostos, informações estas que supostamente devem ser processadas rapidamente.

Grande parte dessas alterações contemporâneas vem causando reflexos, por exemplo, nas dinâmicas de interação e convivência em antigos espaços públicos como é o caso de praças, teatros, praias e outros ambientes de notória circulação social. Alguns indícios apontam que espaços públicos projetados no

passado estão “desaparecendo”, ou talvez estejam “desfuncionalizados”, enquanto outros vêm sofrendo ressignificações através de outras formas de apropriação e usos.

Assim, ao estudar os balneários do Laranjal, enquanto espaços públicos de sociabilidade e lazer, exige uma clareza e posicionamento teórico sobre o que de fato entende-se aqui por “espaço público”, um conceito complexo e multifacetado. Portanto, as linhas abaixo servem para demonstrar quais referências foram escolhidas para este trabalho.

Jürgen Habermas, através de sua obra *“Mudança Estrutural da Esfera Pública”*, publicada em 1962, tornou-se uma importante referência a quem se dedica ao assunto. Se bem o autor repensou seu conceito no contexto das sociedades atuais e em meio às demais questões que emergiram ao longo deste período para a teoria social²⁰, alguns aspectos da concepção original de esfera pública são relevantes para o presente estudo.

Imerso no contexto moderno, Habermas explícita que a esfera pública burguesa é uma categoria típica dessa época e não pode ser pensada ou deslocada para uma análise que extrapola esse momento da sociedade burguesa europeia do século XVIII e XIX. Portanto, a esfera pública está inicialmente limitada por seu caráter de categoria histórica.

A “burguesia” é vista como uma camada social intelectualmente instruída, que além de fomentar a circulação de mercadorias e capital, é capaz de construir e manifestar uma opinião sobre assuntos de interesse geral. Para Habermas um sujeito só faz parte de uma esfera pública enquanto portador de uma “opinião pública” (HABERMAS, 2003a).

Para Habermas (1989), a comunicação entre os homens, especialmente a intermediada por aparatos tecnológicos, adquire um valor central na constituição do espaço público. A esfera pública é a arena discursiva, livre,

²⁰ Da década de 1960 aos anos de 1980, o autor teve as suas obras marcadas pela influência do pensamento da Escola de Frankfurt, sendo considerado um dos herdeiros desta corrente. Trabalhou com Adorno e escreveu livros e artigos em que, assim como outros filósofos da Teoria Crítica, apontava uma crise no projeto de emancipação propagado pelos iluministas.

aberta à participação e ao reconhecimento do outro como igual no direito de uso da palavra, lugar onde as interpretações serão negociadas comparativamente.

Atento às críticas e revisando o seu próprio pensamento, Habermas passou a defender a existência de uma multiplicidade de esferas públicas, em que os sujeitos estão permanentemente reestruturando suas relações e não apenas de uma esfera única totalizante. Há um grau de complexidade na sociedade que impede de vê-la de forma fechada.

O filósofo alemão não só reconhece a existência de outras esferas como passa a admitir que essa multiplicidade é capaz de garantir um acesso social mais amplo ao espaço público. Assim, a esfera pública seria justamente a totalidade de uma rede formada por inúmeras instâncias de públicos transversais, sobrepostos e em vários níveis diferentes, contudo, sempre ligados por algum ponto, seja de conteúdo, vínculos sociais, etc. Dentre seus exemplos estão: “esferas públicas literárias, eclesiásticas, artísticas, feministas e até, esferas públicas “alternativas da política de saúde, da ciência, entre outras” (HABERMAS, 2003b, p. 106).

Ressignificando suas propostas conceituais, Habermas vai além e define três tipos de esferas públicas parciais: a esfera pública episódica, a esfera pública da presença organizada e a esfera pública abstrata. As primeiras são aquelas que ocorrem em bares, cafés, praças, ruas, etc. As segundas são encontros organizados, ou seja, reuniões de partido, de pais, de vizinhos, de igreja, concertos de rock. O terceiro tipo de esfera pública é aquela produzida pela mídia, são leitores, espectadores, ouvintes, etc. distantes espacialmente, mas reunidos em torno de pensamentos semelhantes. Para Habermas, estes níveis diferentes de ambiente público estão sempre influenciando uns aos outros, sobrepondo-se e conectando-se de forma que estas esferas parciais sempre causam uma expansão daquilo que é produzido na esfera pública. Este trecho oferece maior clareza:

Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, constituídas através da linguagem comum ordinária, são porosas, permitindo uma ligação entre elas. Limites sociais internos decompõem o texto “da” esfera pública, que se estende radicalmente em todas as direções, sendo transcrita de modo

contínuo, em inúmeros pequenos textos, para os quais tudo o mais serve de contexto; porém sempre existe a possibilidade de lançar uma ponte hermenêutica entre um texto e outro (HABERMAS, 2003b, p.107).

Estas outras esferas também servem para resolver o problema da exclusão no interior da esfera pública. Uma vez que se abre uma brecha para a formação de outra esfera. Além disso, ele afirma que, tendo em vista que esferas públicas não podem se cristalizar, “não existe nenhuma regra de exclusão sem cláusula de suspensão” (HABERMAS, 2003b, p. 107).

Além desse importante modelo Habermasiano de espaço/esfera pública, há outros autores que também têm se dedicado à tarefa de refletir sobre as dimensões que engendram o espaço público.

Hannah Arendt (1958) foi outra pensadora que se dedicou à questão do espaço público. Para a autora, ele é, antes de mais nada, o espaço da palavra e da ação. Um lugar social e político, onde liberdades e possibilidades de exposição transitam perante o outro e a comunidade. O espaço público teria, como função, iluminar a conduta humana, permitindo que cada indivíduo se exponha através de palavras e ações, sendo o lugar do exercício da cidadania. Este ato de “exposição” estabeleceria assim, as relações sociais e possivelmente dariam uma significação à cidade. Neste sentido, Arendt (2014) coloca que “ser visto e ouvido por outros é importante pelo fato de que todos veem e ouvem de ângulos diferentes. Sendo este o significado da vida pública” (ARENDR, 2014, p.65).

Nessa perspectiva, o espaço público apresenta-se com um ambiente de enriquecimento do indivíduo e, conseqüentemente da sociedade, através da possibilidade de troca de múltiplas opiniões, levando em conta vários aspectos e pontos de vistas distintos.

O antropólogo Roberto da Matta (1985), em seu texto sobre a casa e a rua, assinalava que os espaços públicos não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas mensuráveis, mas acima de tudo são entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais, institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções,

reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.

Ao dialogar com a geografia, Paulo Cesar da Costa Gomes (2018, 2002 e 2008) faz algumas ressalvas sobre *os equívocos* que orbitam sobre a noção de espaço público.

(1) Espaços Públicos não podem ser tratados como se fossem dados gerais e absolutos;

(2) Espaços públicos não são lugares de plena consensualidade e perfeita igualdade;

(3) A reflexão dos espaços públicos não deve ser feita em dicotomia com o espaço privado. Só há análises consistentes quando ambas categorias são percebidas dentro de um mesmo universo.

Isto posto, Gomes (2018) salienta que, em primeiro lugar, o espaço público deve ser considerado dentro de uma perspectiva dialética entre a sua configuração física e práticas, usos e vivências socioculturais do público que nele interage. Sobre isso ele diz:

O público se constitui de uma reunião de entes, indivíduos, com qualidades, interesses, valores e projetos diversos. A convivência impõe regulações e limites para a satisfação parcial desses diferentes interesses. A pessoa pública, o cidadão é um sujeito de direito e de deveres. Tudo isso, é fácil perceber, variou e varia em termos de tempo e espaço. [...] A reunião é também física, se passa sobre um espaço, objeto ele também de regulações e limites, exprimindo na sua organização material os pactos e convenções. É a existência e a forma de viver nesses espaços que permite uma convivência pública e democrática. Por isso, ao contrário daquilo que intuitivamente se apresenta como definição, os espaços públicos são fortemente normatizados e discriminam, usos, comportamentos, funções, acessos etc. Os princípios da vida em comum em sociedades republicanas organizam materialmente esses espaços. Pistas de rolamento, calçadas, meio fio, faixas de pedestres, semáforos, entre outros elementos, são, nas ruas, expressões claras desses acordos e compromissos que regulam comportamentos, fluxos, funções, condições de acessos em diferentes circunstâncias e são derivados de direitos e deveres socialmente e republicanamente estabelecidos. Esse tipo de normatização constitui, pois, a qualidade primeira desse espaço e um dos seus componentes essencial (GOMES, 2018, p.117).

Outro elemento central de um espaço público, segundo o autor, é a heterogeneidade elementar que é subsumida na reunião de indivíduos. Nas palavras de Gomes (2008),

Os espaços públicos colocam ao abrigo a manifestação das individualidades e, portanto, oferecem condições para o reconhecimento das diferenças e encorajam ações afirmativas. Do ponto de vista político, espaços públicos respondem à questão de saber como estabelecer um terreno de vida comum sem que para essa convivência precisamos renunciar às nossas diversidades em termos de opinião, vontades, valores, atitudes e formas de apresentação. Trata-se, portanto, de uma copresença espacial sem que isso pretenda reduzir ou aplanar as características individuais. Não há por isso a promessa de que essa convivência seja sempre harmônica e sem conflitos, ao contrário, o resguardo da diversidade é a possibilidade de reconhecermos direitos em outras formas de pensar e de agir que, embora contrariem as nossas, encontram também legitimidade em se manifestar e existir socialmente. Aprenderemos a conviver com elas, não sem reação, mas encontrando formas e delimitações que compatibilizam a vida de diferentes indivíduos, dividindo um mesmo espaço. Quanto maior for a heterogeneidade de interesses, de valores, das formas de pensar e agir que um espaço é capaz de abrigar, maior é o seu grau de publicidade, ou seja, sua capacidade de operar a convivência entre indivíduos diferentes que dividem um espaço de vida (GOMES, 2008, p.24).

Por último, tem-se o poder comunicacional que os espaços públicos possuem. Estar junto sobre um mesmo espaço significa a possibilidade de exibir características próprias e independentes dos sujeitos. Ao torná-las públicas, colocá-las sob o julgamento e opinião dos outros indivíduos que ali estão. Pode-se dizer que trata-se de um exercício veiculado a partir de uma infinidade de repertórios, verbais, gestuais, comportamentais, do vestuário, das formas de apresentação, enfim, de tudo aquilo que produz significação social. A comunicação é ativada pelo compartilhamento de um mesmo espaço”. Ainda que as ações demonstrem pouca atenção ou indisponibilidade de entrar em contato, ao se passar sobre um espaço público, se transformam imediatamente em comunicação” (GOMES, 2002, p.15).

Assim, o espaço público contém um elemento comunicacional primário, não apenas na maneira como é organizado, mas também pelo modo como é ativado nas ações que aí têm lugar. São espaços de amplo diálogo social e evidentemente não restringe-se à expressão oral, atos, gestos, formas de

apresentação. Pois sabe-se que até mesmo a simples presença é portadora de sentido e de comunicação. Por isso, “espaços públicos convidam à observação e a vivência da alteridade” (GOMES, 2002, p.16).

Com base no que foi brevemente exposto, fica claro que esta pesquisa privilegia as dimensões da vida, do cotidiano e de práticas culturais que são próprias a um espaço público de praia como é o caso do Laranjal. Com diz o historiador alemão Reinhart Koselleck, o “espaço é algo que precisamos pressupor meta-historicamente para qualquer história possível e, ao mesmo tempo, é historicizado, pois se modifica social, econômica e politicamente (KOSELLECK, 2014, p. 77).

CAPÍTULO 2 – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DAS ESTAÇÕES BALNEARES NA ORLA DO LARANJAL

2.1. Os Primórdios da Sesmaria de Pelotas e a Estância do Laranjal

As disputas territoriais entre as potências ibéricas coloniais no extremo sul do Brasil, durante o decorrer do século XVIII, foram extremamente densas e complexas. A inexistência de definições claras de fronteiras fomentava inúmeros conflitos bélicos²¹ cujo objetivo máximo era o apossamento de novos domínios. Tal problemática comprometeu frontalmente qualquer composição geopolítica do meridião americano naquela época. A alternativa encontrada pelas forças luso-hispânicas para efetivar suas conquistas foi a doação/concessão de lotes de terras, mais conhecido como sesmarias²², a subordinados militares de alto escalão ou donatários.

Nas regiões compreendidas entre Laguna e Colônia do Sacramento, Portugal toma a dianteira na tentativa de garantir a proteção dos territórios até então fixados, construindo o forte Jesus-Maria-José, que veio dar origem à Província do Rio Grande de São Pedro.

As terras do atual município de Pelotas foram “doadas na forma de sete sesmarias: Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Pavão e Santana” (MAGALHÃES, 1993, p.27).

Em 18 de junho de 1758, o governador do Rio de Janeiro e comandante geral das capitanias do sul, Gomes Freire de Andrade agracia o coronel Tomás Luís Osório com a sesmaria de Pelotas, cujo território “extremava-se no

²¹ Um bom exemplo de conflito bélico ocorrido no século XVIII no extremo sul da América foi a Guerra Guaranítica (1753-1756), evento bélico deflagrado pelo levante dos índios rebeldes contra os demarcadores e exércitos de Espanha e Portugal. Motivou-se pela rejeição de seis cabildos situados a oriente do rio Uruguai, caciques de Misiones e jesuítas, ao contestaram cláusulas do Tratado de Madri (1750). A causa principal foi a previsão de permuta dos Sete Povos (espanhol) pela Colônia do Sacramento (português). (GOLIM, 2011, p.1).

²² s.f. Terreno sem culturas ou abandonado, que a antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo. Quem a recebia pagava uma pensão ao estado, em geral constituída pela sexta parte do rendimento através dele obtido. Disponível em: www.dicio.com.br/sesmaria. Acessado em 31/08/2011. Ver também: PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984. p.49.

Sangradouro da Lagoa Mirim e Arroio Pelotas até topar com o Arroio Corrientes e deste à Lagoa dos Patos no lugar de Canguçu” (OSÓRIO, 1962, p.17).

A respeito da atuação militar de Tomás Luís Osório, Pinheiro (1982) afirma que ele

Reforçou o contingente de Rio Pardo. Nessa ocasião, dirigiu as obras de reforço e ampliação da fortaleza, desbaratou seus inimigos e prendeu o próprio chefe e seu filho. Também teve participação decisiva na luta onde tombou o líder guarani Sepé Tiarajú (PINHEIRO, 1982, p.70).

Mesmo toda a bravura e presteza no campo de batalha não foram suficientes para livrar este militar das graves acusações de traição à coroa Portuguesa. Por muito tempo, historiadores e membros da família Osório dedicaram-se a desbravar os meandros do processo que envolvia a figura de Tomás Luís Osório, buscando elementos que comprovassem uma possível inocência. O que se sabe ao certo é que sobre este coronel Sul-Rio-Grandense, de origem nobre, recaiu a seguinte imputação.

Em 22 de novembro de 1763, em carta que instaura a presidência do inquérito de devassa sobre a invasão espanhola, Tomás Luís Osório foi acusado pelo vice-rei, Conde da Cunha, nos seguintes termos: “[...] Tomás Luís Osório a deixar-se surpreender no passo junto a Castilhos onde se achava postado com o seu regimento e mais gente se lhe agregará que fazia o número de novecentos homens sem a mais leve resistência [...] e se lhe fará sequestros de bens [...]” (MONTEIRO, 1937, p.8 apud GUTIERREZ, 2001, p.72).

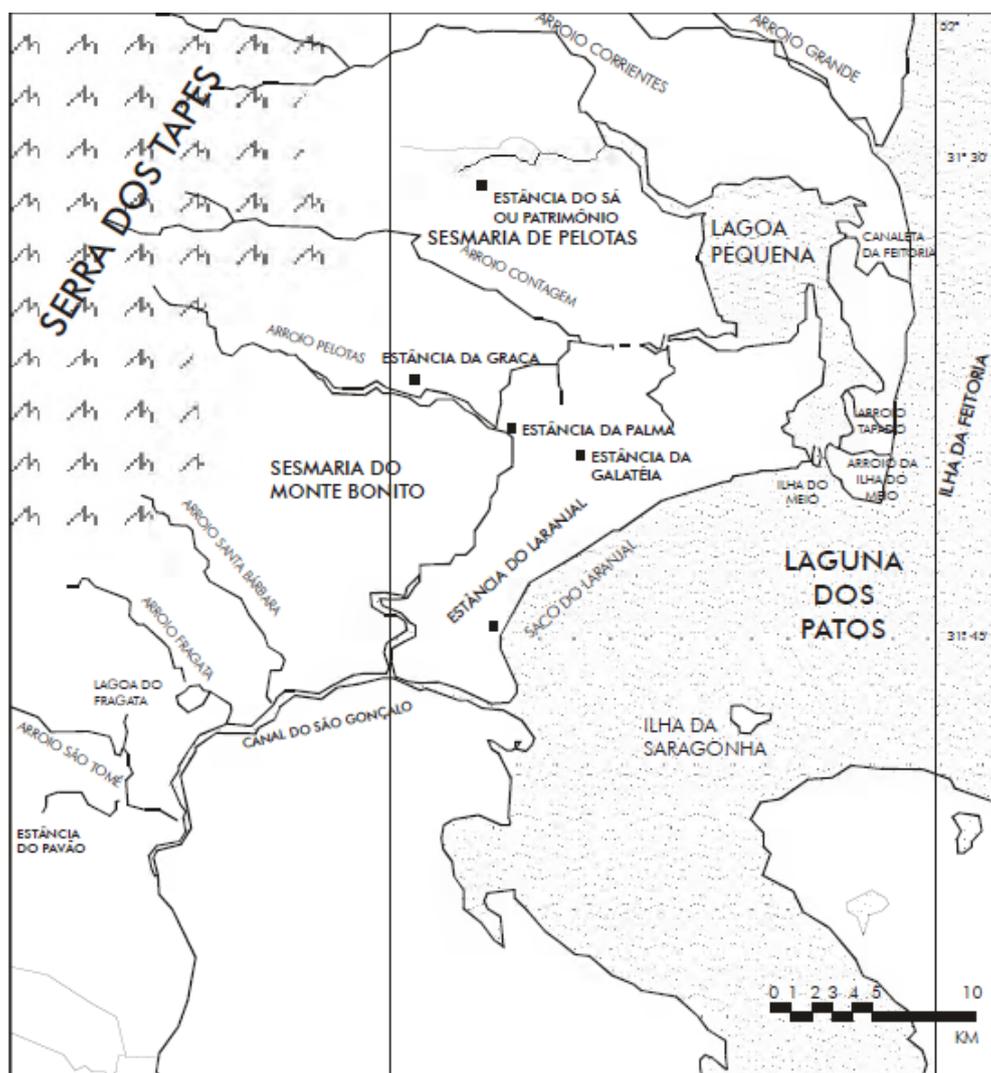
Além dessa acusação, o referido combatente também foi denunciado por proteger um jesuíta. O resultado foi a sua sumária condenação à morte, por enforcamento, em Lisboa. Após o ocorrido, a viúva, Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco, e os filhos, decidem vender a terra herdada ao capitão mor Manoel Bento da Rocha e sua esposa Isabel Francisca Eufrásia da Silveira, ambos naturais da região dos Açores. A comercialização das terras que originaram a cidade de Pelotas efetivou-se “no dia 4 de junho de 1779, pela quantia de um conto e duzentos mil réis” (ETCHEVERRY, 1996, p.27).

Com a morte de Manoel Bento da Rocha, a sua esposa Isabel Francisca herda e passa a administrar estância de Pelotas até o seu falecimento, ocorrido casualmente no mesmo ano da independência do Brasil.

Respeitando a vontade manifesta em testamento, as irmãs Maria Regina da Fontoura e Isabel Dorotéia da Fontoura recebem parte das terras que compunham a sesmaria de Pelotas.

Após uma extensa linha de sucessão e entrelaces matrimoniais entre as famílias Fontoura, Silveira e Simões Lopes, a sesmaria de Pelotas passa a ser representada por sete charqueadas e cinco estâncias que eram: Patrimônio, Graça, Galatéia, Palma e Laranjal.

Figura 5 - Mapa apontando a localização das estâncias de Pelotas no século XIX.



Fonte: GUTIERREZ, 2001, p.72

De todas essas propriedades rurais que integravam a sesmaria de Pelotas, concentrar-se-á na Estância Laranjal. Sabe-se hoje que ela tem a sua origem composta por duas fazendas: Costa e Fontoura. De acordo com Gutierrez (2001), o proprietário destas terras, Quincas Patrão, chamava-se Joaquim José D' Assumpção e era natural de Lisboa. Após o seu falecimento, as suas terras foram sendo repassadas aos seus herdeiros.

A fazenda Fontoura pertenceu aos irmãos José Maria e Manuel Bento, falecidos em 1896 e 1902, respectivamente. Já a fazenda da Costa está ligada à raiz do Laranjal devido ao casamento e conseqüente união de bens do casal Joaquim Augusto de Assumpção, tradicionalmente conhecido como Barão de Jarau, e Maria Francisca Mendonça de Assumpção

Figura 6 - Foto de Entrada – “Estância do Laranjal, 1758”.



Fonte: Acervo particular de Mara Regina da Silva Nunes (2019)

No que concerne às atividades econômicas desenvolvidas na Estância Laranjal, as fontes apontam, inicialmente, para a predominância da cultura do trigo. Ao que parece, a região do Laranjal, entre o fim do século XVIII até as primeiras décadas do XIX, teria sido um importante polo produtor e receptor deste cereal, chegando a movimentar aproximadamente 55 mil toneladas do

grão até a costa da Lagoa dos Patos, onde era embarcado em navios de médio calado e transportado para outras localidades do país (ETCHEVERRY, 1996).

Ao longo do século XX, o conjunto de latifúndios que compunham o que hoje é o território do Laranjal foram, paulatinamente, experimentando uma diversificação de sua dinâmica produtiva. Ao entrevistar Felipe Assumpção Gertum, sobrinho-neto de um dos fundadores da Praia do Laranjal, o mesmo assinala que estas propriedades rurais sempre mantiveram uma relação de proximidade com a criação de gado, porém, diferente de como era nos tempos do charque, a ênfase passou a ser dada a produção leiteira. O mesmo diz que:

[...] O charque sempre existiu, depois mais tarde vieram os tambos, grandes tambos de leite. Na Granja Santa Helena, havia um tambo enorme, cabia uma média de 120 animais. Aqui na vila Judith tinha outra leitaria, e ali onde é hoje a Vila Mariana tinha outra grande leitaria. Então eram as leitarias, o produto econômico daqui, era retirado mais ou menos do leite, da comercialização do leite, logo que começou a funcionar essas sedes que eram estabelecimentos rurais, que viviam e exploravam o “tambo” (GERTUM, 2021).

Outro ponto importante que notabilizou tanto as “fazendas dos Assumpção”, como o próprio município de Pelotas, foi a introdução do holandês no Brasil em 1908. “O meu avô, Artur Augusto Assumpção foi quem trouxe pela primeira vez este tipo de animal para o país” (GERTUM, 2021). Felipe relembra que “seu avô movimentou muitas vacas e touros para cá [Laranjal], embora tivesse uma estância, no Capão do Leão, que era o centro da criação desse gado” (GERTUM, 2021). No ano de 2008, a equipe jornalística da Revista Globo Rural publicou uma matéria alusiva ao centenário da chegada do gado Holandês no Brasil, destacando o pioneirismo dos Assumpção

Antes de compreender como parte dessas terras deram origem à chamada Praia do Laranjal, é relevante esclarecer uma questão primordial que é: Porque o nome “Laranjal” era usado para denominar uma das Estâncias da família Assumpção e, posteriormente, manteve-se na Praia Pelotense que aqui foi fundada?

Existem duas versões conhecidas sobre o assunto. A primeira, de cunho lendário, trata-se de um navio que, devido a uma forte tempestade que acometera a Lagoa dos Patos, havia naufragado próximo à costa, perdendo um

grande carregamento de laranjas que foram parar na praia, enfeitando o lugar com os belos frutos. Ficou tão bonito o lugar que começaram a chamá-lo de “Laranjal”. A segunda, calcada nas fontes, sugere que o termo foi motivado pela localidade, isto é, um terreno arenoso propício à produção de cultivos cítricos como laranja, bergamota e limão. “Como à grande maioria das espécies de frutas cultivadas nessa região possuía a cor de laranja na sua casca, o lugar foi coloquialmente sendo chamado de praia do Laranjal. (ETCHEVERRY, 1979). Curiosamente, essa fisionomia “alaranjada” de alguns latifúndios pelotenses chamaram a atenção, inclusive, de viajantes europeus que por aqui passaram no século XIX. No livro *Pelotas: Toda a Prosa*, escrito por Mario Osorio Magalhães, está presente o relato do viajante alemão Hermann Blumenau que diz o seguinte:

Visitei um negociante alemão que me acolheu muito bem. Tendo me oferecido pouso e um cavalo, dispendo-se a fazer uma excursão comigo [...] andei depois por ali assim, tendo visto, pela primeira vez, um lindo pomar de laranjeiras, que apresentava um esplêndido aspecto, as árvores de ramagens escuras e copas arredondadas, onde apontavam as maravilhosas frutas que estavam justamente amadurecendo. É um belo espetáculo observar-se os pomos dourados, um perto do outro, às centenas! Os pés já produzem no seu quinto ano e consta que já no décimo ano dão quatro a seis mil frutas anualmente. No interior me afirmaram que há laranjeiras de oito polegadas de diâmetro que renderiam de quatro a seis anos milhares de frutas por ano e teriam apenas oito. (BLUMENAU, apud MAGALHÃES, 2000, p.105).

Com o avanço da contemporaneidade, novos hábitos sociais e tendências culturais, advindos da Europa, desembarcam nas cidades brasileiras. Dentre eles estariam o ato de frequentar praias e as práticas de banhos. Segundo aponta Hobsbawn (1982), a popularização dos espaços balneares no velho mundo começa a acontecer a partir de meados do século XIX. O autor ainda ressalta que

O capitalismo industrial produziu duas formas de prazer: turismo e viagens de verão para a burguesia, e pequenas excursões mecanizadas para as massas, em alguns países como a Inglaterra. Ambas eram os resultados diretos da aplicação do vapor no transporte, já que pela primeira vez na história, viagens regulares e seguras eram possíveis para grande quantidade de pessoas e bagagens e por qualquer tipo de terreno ao mar (HOBBSAWM, 1982, p.216-17).

No Rio Grande do Sul, o veraneio de praia parece ter sido implementado pelos imigrantes europeus que aqui chegaram. Não tardou muito para estes perceberem que o amplo ambiente litorâneo, existente neste estado, era extremamente propício para tal prática cultural. Nessa direção, Schossler (2017) afirma que

A descoberta do espaço marítimo e a fundação das estações balneárias está ligada à presença de imigrantes europeus, que incorporaram a prática dos banhos de mar terapêuticos ao novo território de vida, agregando à beira-mar outros usos e significados. Para essa adaptação dos banhos nos mares do sul, a estrutura das estações balneárias foi projetada a partir dos modelos balneares de prestígio já existentes na Europa. Mas antes dessa configuração, foi necessário dominar a natureza, drenar e fixar dunas por meio do plantio de espécies adequadas, e então construir um espaço balneário para favorecer o convívio social (SCHOSSLER, 2017, p.3).

Em Pelotas, o desejo de apreciar um espaço nesses moldes, isto é, um lugar vocacionado à sociabilidade, lazer e contemplação da natureza, como é o caso da Praia, acabou tornando-se um projeto de primeira necessidade, mobilizando diferentes segmentos da sociedade local em prol da sua materialização.

2.2. A trajetória de edificação do primeiro balneário público no município.

Já no ano de 1885, o jornal Echo do Sul publicava as primeiras informações a respeito do planejamento do Balneário Villa Sequeira, empreendimento praieiro pertencente a cidade do Rio Grande, vizinha do município de Pelotas.

Vivenciando um processo de industrialização significativo, com a modernização e instalação de fábricas, Rio Grande logo alcançou notoriedade econômica, tornando-se sinônimo de progresso na região. Além da melhora de sua estrutura urbana, com abertura de ruas e construção de vilas, Enke (2005) destaca o papel de uma elite Rio-Grandina intelectualizada que foi, aos poucos, tomando conhecimento do que ocorria na Europa, através de revistas francesas, trazidas regularmente pelos navios transatlânticos. Estas revistas, segundo a autora, “possuíam ilustrações que serviram de modelo para as primeiras

construções do balneário Villa Sequeira, inaugurado no dia 26 de janeiro de 1890” (ENKE, 2005, p.57), hoje tradicionalmente conhecido como Praia do Cassino.

Além da inspiração europeia, é relevante salientar que muitos balneários sul-Rio Grandenses, como é o caso do Cassino e Laranjal, que surgiram no fim do século XIX e início do XX, também sofreram a influência dos modelos bem sucedidos das praias uruguaias.

Assim, enquanto a cidade do Rio Grande desfrutava com grande entusiasmo o veraneio, em seu recém construído balneário, grande parte da população de Pelotas adentrou, as primeiras décadas do século XX, tendo que se conformar em visitar outros espaços públicos de praia que não eram os seus.

É preciso ter claro que tal deslocamento, financeiramente, não estava ao alcance de todos. Somente uma parcela da elite Pelotense da época é que detinha condições de arcar com os custos relacionados a este tipo de lazer à beira mar, fora do município. “Para os mais abastados havia, e ainda há as tentações dos modernos balneários cassinos uruguaios²³, muitos apreciados pelas famílias da aristocracia pelotense” (RUAS, 2012, p.123).

Mesmo sendo uma cidade cosmopolita, com infraestrutura urbana desenvolvida, economicamente estruturada e geograficamente favorecida, Pelotas, ao que parece, demorou um pouco para ter um espaço de praia aberto a sua comunidade. Vai ser por volta de 1929 que a população local irá “descobrir” nas estâncias da família Assumpção, algo que mudaria para sempre a forma de veranejar na cidade de Pelotas. Ou seja, trilhas que desembocavam em uma paisagem de praia promissora, composta por dunas, banhados e mata nativa, às margens da Lagoa dos Patos.

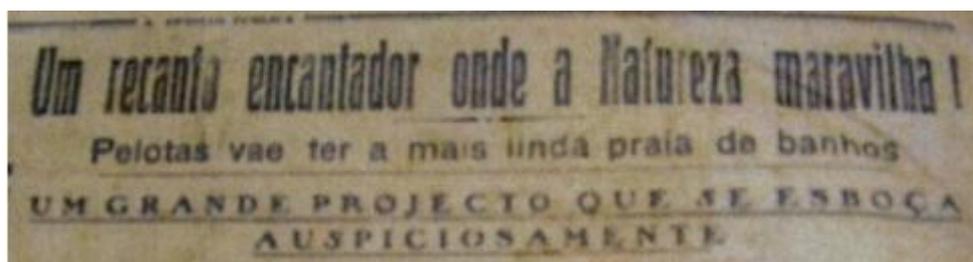
Um balneário no Laranjal. Vai tomando corpo a ideia da fundação de um balneário na linda praia da Estância do Laranjal, 2º distrito deste Município, em terras de propriedade do nosso respeitável amigo s.r. Dr. Antônio Augusto de Assumpção e de

²³ As praias uruguaias encantavam e continuam a encantar “muitos brasileiros principalmente aqueles que se identificam com os nobres anseios do povo irmão, cujo progresso é motivo de orgulho para toda a América, uma estadia na bela Praia de Artigas significa todas as vantagens de uma fuga ao cotidiano, sem esquecer o encanto de um idioma diferente, mas que se entende com facilidade” (DIÁRIO POPULAR, 13 de Setembro de 1952, p.8).

seu digno genro, o estimável capitalista s.r. Luiz A. de Assumpção, e distante da cidade menos de 10 quilômetros. O novel Rotary Club de Pelotas, que também se está interessando pela iniciativa do referido capitalista, esteve ontem naquele local, onde almoçou na residência de verão do seu consocio s.r. Francisco Rheingantz, também proprietário naquelas imediações. Pelo projeto em estudo, será ali levantado um bom hotel, dividindo-se uma área em lotes para ser vendida às pessoas que quiserem edificar. Oxalá o projeto alcance todo o êxito (O Lib., 21.01.1929, p.1).

O jornal Opinião Pública, em notícia de quase uma página inteira, já mencionava que a comunidade Pelotense, em breve teria um lugar aberto ao público para veranear e banhar-se na Lagoa dos Patos.

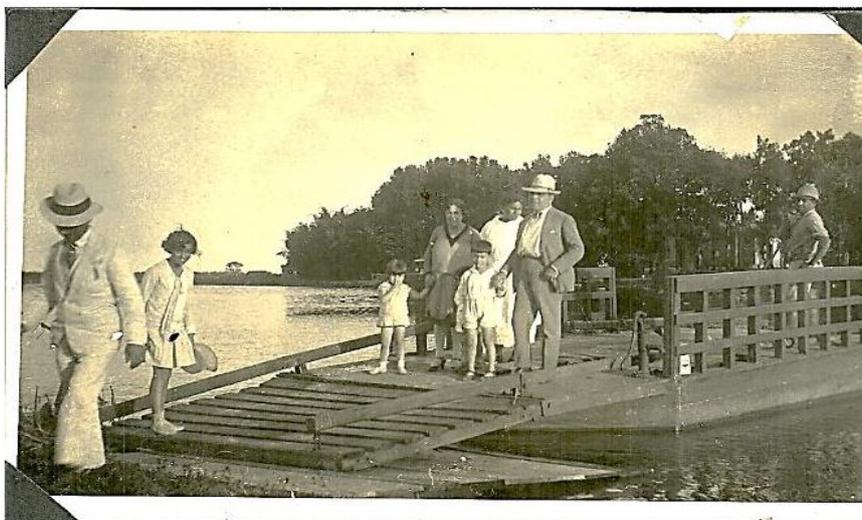
Figura 7 - Fotorreportagem destacando a existência de planos para a construção de um espaço de praia em Pelotas.



Fonte: Jornal A Opinião Pública, 31 de Dezembro de 1934, p.04.

Os primeiros movimentos de deslocamento até “o Laranjal dos Assumpção”, como popularmente passou a ser chamado o lugar, foram dados por uma elite composta de familiares, conhecidos e amigos íntimos dessa família. Esses grupos geralmente procuravam este resguardado espaço litorâneo nos finais de semana, feriados e nos períodos de férias do trabalho.

Figura 8 – Membros da elite pelotense atravessando o arroio pelotas em direção ao Laranjal em 1935.

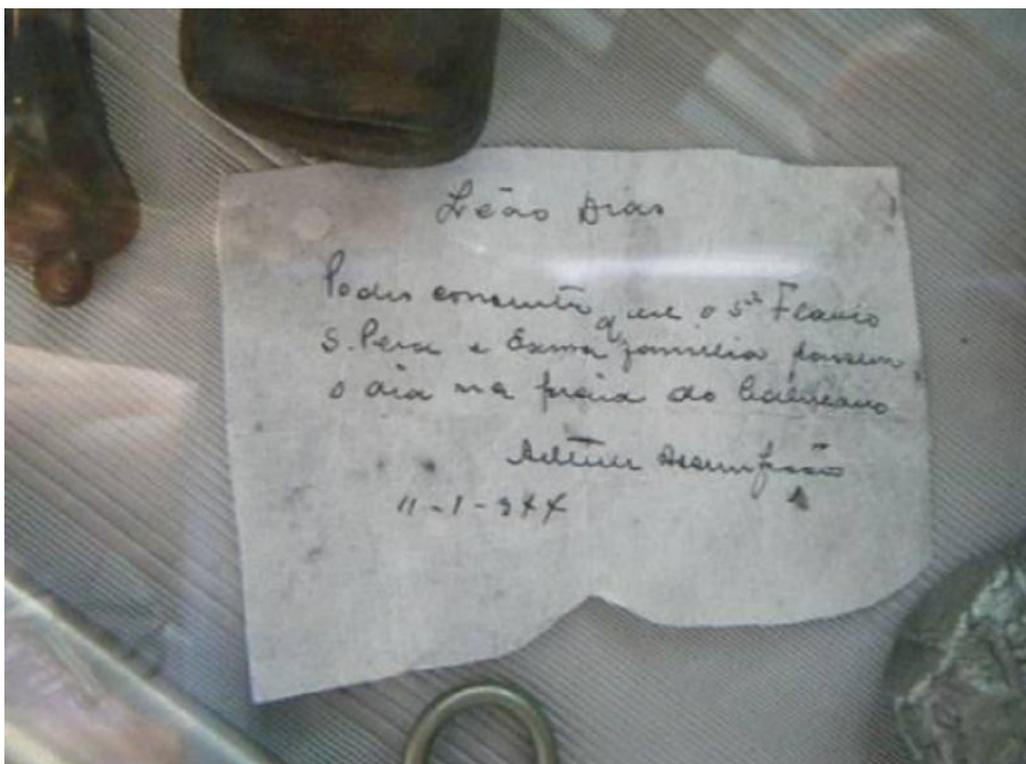


Fonte: Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção (INBRAJA)

O documento acima mostra um típico grupo familiar da elite pelotense que, trajando vestimenta elegante, adentra as terras dos Assumpção, com consentimento e escolta. Algo que, como já foi dito, era privilégio para alguns grupos seletos, inicialmente.

Não tardou muito para que esse hábito de veranear a beira do nativo Laranjal também atingisse o interesse das camadas mais populares do município que, igualmente, passaram a solicitar acesso a esta área. Felipe Assumpção Gertum relata que “começaram a se formar verdadeiras caravanas para ir passar os domingos e feriados na beira da Lagoa. Para controlar esse acesso, tinha um caseiro da família que passou a vigiar essa entrada do pessoal aqui para dentro das fazendas” (GERTUM, 2021).

Figura 9 - Autorização de acesso ao Laranjal, concedida pela família Assumpção (1944)



Fonte: Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção INBRAJA (2021).

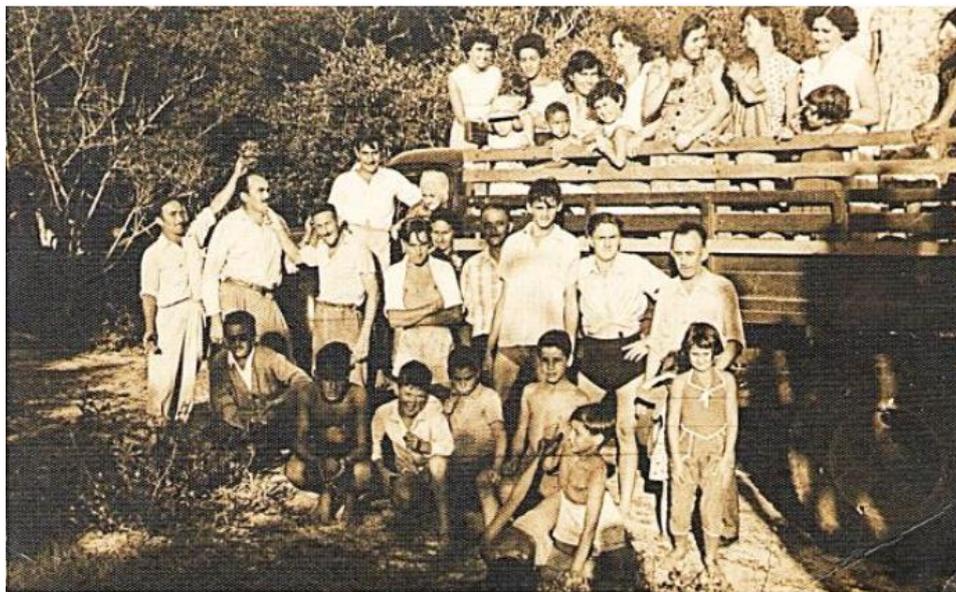
A fonte iconográfica acima permite fazer duas observações importantes sobre essa entrada em direção ao Laranjal. Em primeiro lugar, por mais requisitada que fosse na época, não se pode esquecer que estas propriedades ainda não estavam sob a tutela do poder público, portanto, qualquer coisa que acontecesse de ruim a população que para lá dirigia-se, a responsabilidade inevitavelmente recaia sobre os donos destas áreas rurais.

Além disso, com a presença de veranistas em suas terras, os Assumpção também tiveram que lidar com alguns contratemplos como “furtos de animais domésticos, destruição de produtos das hortas de suas estancias, além de outros aborrecimentos” (DE LÉON, 1997, p.80). Elementos esses que, talvez, justifiquem esse controle mais efetivo dos próprios donos sobre o acesso em direção ao interior de suas áreas.

No que tange as vias de acesso da cidade até a orla da praia, sabe-se que as condições eram extremamente precárias. Alvacir Corrêa, morador há mais de 40 anos no Laranjal, contou que “a travessia de pessoas e veículos era

feita através de balsas. Caminhões da Olaria Caruccio faziam excursões para a praia” (CORRÊA, 2019). O mesmo salienta que as saídas aconteciam da Praça do Colono, ponto de partida da época. O acesso da população citadina em direção ao Laranjal era feito pelo bairro Recanto de Portugal, costeando o arroio Pelotas, e atravessando as dunas que originalmente lá existiam.

Figura 10 - Caminhão, um dos meios de transporte mais utilizados pelas camadas populares para deslocarem-se até o Laranjal (1940)



Fonte: Acervo particular de Valdir da Silva Oliveira.

A fotografia concedida por Valdir Oliveira além de evidenciar o papel do caminhão, enquanto veículo de transporte, ela oportuniza a chance de observar a origem socioeconômica mais modesta dos veranistas que passaram a frequentar a praia, principalmente na parte com mais quantidade de mata nativa, onde na década de 1950 nasceria o Balneário dos Prazeres.

Enquanto a elite veranista, mais bem trajada e economicamente distinta, fazia as suas travessias até o Laranjal, desfrutando o conforto de seus automóveis, as numerosas famílias de bairros periféricos da cidade, por sua vez, submetiam-se ao improvisado de ser transportado na “boléia” de um caminhão qualquer, algo que não parecia acabar com a alegria e satisfação das pessoas em irem até a praia, conforme observa-se na fotografia exposta acima. Como diz

Valdir: “Para o povo o que interessava era ir à praia, descansar, seja como fosse” (OLIVEIRA, 2020).

Assim, mesmo estando muito longe da infraestrutura existente em outros balneários da época, o fato é que o lazer à beira da Lagoa dos Patos, obtido provisoriamente no interior das terras dos Assumpção, rapidamente ganhou aderência entre os diferentes segmentos sociais em Pelotas.

O jornal Opinião Pública mencionava com ênfase, a expansão deste hábito relacionado à praia e o respectivo contato social com o ambiente “in natura” que ali existia. Conforme evidenciava o periódico, já no final dos anos 1930, “assistimos em vários domingos afluírem ao Laranjal para mais de 150 automóveis” (OPINIÃO PÚBLICA, 31 de Agosto de 1938, p.7). Ao contrário do que ocorria em balneários marítimos no norte do estado do Rio Grande do Sul na época, cuja função terapêutica era a sua principal atratividade, a Praia do Laranjal torna-se um local procurado para o desfrute do descanso e ludicidade.

Com esse aumento expressivo de pessoas que passaram a ir no “Laranjal dos Assumpção”, a ideia de abrir ao domínio público e, quem sabe, transformar este espaço em um balneário, passou a ganhar força. Por volta do ano de 1938, iniciou-se uma verdadeira campanha em prol da materialização deste projeto, envolvendo diferentes setores da sociedade pelotense.

A cobertura midiática de todo o processo envolvendo a fundação deste Balneário esteve a cargo do jornal Diário Popular. Mostrando engajamento favorável a este empreendimento, o periódico local apresentava diariamente (em aquele ano) toda e qualquer informação envolvendo a evolução desta ideia entre instituições e autoridades públicas do município. Postura que pode-se observar abaixo.

“A palavra do prefeito Albuquerque Barros”.

Pode afirmar em seu jornal que a prefeitura tem a mais decidida boa vontade de cooperar, tanto quanto possível, para que Pelotas tenha um balneário. A estrada que conduz até as margens do arroio Pelotas e a que vai daí até a praia, serão reparadas às expensas da prefeitura.

“Fala o Dr. Delegado de Polícia”

Entrevistado, assim falou o delegado de polícia, Dr. Camerino de Oliveira: “Ainda anteontem fui conhecer a maior maravilha do

município de Pelotas – a praia do Laranjal. Prometo que, uma vez instalado o Balneário, fornecerei, com prazer, o policiamento necessário!

Com a palavra, o Rotary Club.

O Rotary julga de alcance fundamental a fundação do Balneário Pelotense, como medidas de saúde e higiene públicas. (DIÁRIO POPULAR, 2 de Setembro de 1938, p.5).

Observando toda a comoção pública em torno da criação de um Balneário, dentro do seu quinhão de terras, a família Assumpção logo se mostrou receptiva a dialogar sobre o processo de loteamento deste espaço. Nesse processo, destacam-se a participação dos três irmãos: Artur Augusto de Assumpção, Luiz Assumpção e Antônio Augusto de Assumpção Junior, considerados os idealizadores deste empreendimento. Acerca da atitude de lotear parte de seu território em prol da comunidade pelotense, as fontes consultadas mostram-se tendenciosas na medida em que colocam essa “disponibilização fundiária” como sendo uma postura completamente filantrópica por parte dos Assumpção. Ou seja, a materialização de uma Vila Balnear, em tese, não estaria vinculada a objetivos financeiros. Isso fica evidente quando Heloísa Assumpção Nascimento, historiadora e filha de Antônio Augusto afirma que, “os balneários nunca deram lucro aos proprietários, mas só a satisfação de proporcionar aos Pelotenses lugar de saúde, repouso e lazer” (NASCIMENTO, 1989, p.17). Nessa mesma linha, o jornal Diário Popular publica uma entrevista com Luiz Assumpção com a seguinte chamada:

Com a palavra, Luiz Assumpção, “um amigo de sua terra”

Nunca fui contrário à ideia de proporcionar a Pelotas a oportunidade de usufruir da praia do Laranjal. Sou filho desta terra e, como todos os da minha família, tenho me empenhado sempre para cooperar para o seu progresso e demonstrado, tanto quanto possível, ser um pelotense amigo de sua terra e de sua gente. Tenho conservado o Laranjal para Pelotas. (DIÁRIO POPULAR, 20 de Março de 1939, p.2).

É importante dizer que por mais que seja possível admitir um apreço sincero por parte dos Assumpção para com o município de Pelotas, isso não anula o fato de que todo o processo de loteamento e construção dos futuros

balneários mostrava-se uma excelente oportunidade de capitalizar e auferir grandes lucros perante a uma gleba de terras cujo auge produtivo já havia passado. Nesse sentido, concorda-se com Ruas (2012), quando afirma que Antônio Augusto Assumpção Junior, além de ser uma figura política ativa em Pelotas, era também um homem empreendedor. Sendo assim, é muito mais coerente pensar que, tanto ele, como o restante dos membros de sua família, “buscaram, efetivamente, converter uma área de produção agrícola secundária em um espaço de exploração econômica, através do setor imobiliário, voltado para o turismo e lazer” (RUAS, 2012, p.126).

Inspirando-se nos exemplos bem sucedidos de outras praias brasileiras e uruguaias, os empreendedores envolvidos neste projeto vislumbravam construir um balneário que contasse, entre outras coisas, com: (a) um conjunto de moradias diferenciadas, (b) uma ponte de concreto armado, (c) pavimentação, (d) instalações elétricas e higiênicas adequadas, (e) clubes sociais e desportivos e (f) um hotel à beira da Lagoa. Segundo foi publicado no diário local, “o capital da grande organização do Laranjal deverá advir dos meios capitalista, comercial e industrial de Pelotas, e, outra parte, em Porto Alegre e Rio de Janeiro” (OPINIÃO PÚBLICA, 3 de Março de 1938, p.4). Em 1948, um empresário chamado Antônio Dias da Costa, proprietário de um Hotel Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, demonstrava interesse em investir na construção de um empreendimento similar no Laranjal. A ideia logo ganhou as páginas do jornal Diário Popular com a seguinte manchete: “a uns 20 metros da praia será construído um cassino, com ótimo restaurante, pista de dança, salas de estar, etc.” (DIÁRIO POPULAR, 31 de Janeiro de 1948, p.11).

Em entrevista concedida ao autor, Gilberto Demari Alves, esposo de uma das sobrinhas netas de Luiz Augusto de Assumpção, afirma o seguinte sobre a possível construção do Hotel no Laranjal:

O cassino seria uma coisa muito atrativa para a época e para o empreendimento. Considerou-se o fato de Pelotas ter uma vida social muito ativa. A cidade sediava espetáculos, e orquestras que muitas vezes preferiam se apresentar aqui em nossos teatros do que em Porto Alegre. Este investimento não chegou a se concretizar, porque em seguida o presidente da época, proibiu os cassinos no Brasil. O prédio que abrigaria o Hotel Cassino do Laranjal seria onde hoje se situa o Shopping Mar de Dentro (ALVES, 2022).

Apesar de toda expectativa gerada entre os frequentadores deste tipo de empreendimento, a sua efetiva construção nunca ocorreu. Em 30 de abril de 1946 o presidente marechal Eurico Gaspar Dutra assinou o decreto federal nº 9.215, proibindo qualquer jogo de azar no país, determinando o fechamento de todas as casas, centros e cassinos que mantinham os jogos de azar, sem exceção. Perante a isso, Ivone Assumpção afirma que “seu pai resolveu substituir a construção do hotel-cassino, pela edificação do Laranjal Praia Clube” (ASSUMPÇÃO, 2022). Acerca desse espaço de interação social, refletir-se-á sobre ele no próximo capítulo.

Outro assunto que ganhou as páginas dos jornais de Pelotas pelo seu grau de relevância dentro da elaboração de um empreendimento balnear, como o que se previa no Laranjal, foi a construção da ponte sobre o Arroio Pelotas. Buscando materializar esta via de acesso entre a cidade e a praia, Antônio Augusto Assumpção Júnior acabou procurando o apoio da sociedade civil e do poder público municipal que parecia demonstrar interesse em contribuir nesta demanda emergencial.

A palavra do prefeito José Júlio Albuquerque Barros

Pode afirmar em seu jornal que a prefeitura tem a mais boa vontade de cooperar, tanto quanto possível, para que Pelotas tenha um balneário. A estrada que conduz à margem do Arroio Pelotas e a que vai daí até a praia do Laranjal, desde que seja efetivado o plano de instalação, ali, de um balneário, serão reparadas às expensas da prefeitura.

[...] o prefeito declarou, ainda, com referência a passagem do Arroio Pelotas, atualmente feita por meio de balsa, que, caso se torne realidade o empreendimento, a prefeitura estudará e porá em prática uma forma mais rápida dos veículos transporem o arroio (DIÁRIO POPULAR, 12 de Setembro de 1938, p.5).

Na mesma época, no Jornal Opinião Pública, o mesmo prefeito coloca contundentemente o assunto em tom de compromisso dizendo que “a municipalidade promete construir a ponte sobre o arroio Pelotas” (OPINIÃO PÚBLICA, 21 de Maio de 1938, p.4). Conforme apontam os autores Hall, Lumley, Mc Lennan (1983, p.67), “na organização da hegemonia na sociedade capitalista, o bloco dominante mobiliza os órgãos tanto da sociedade civil como do Estado”. No entanto, mesmo afirmando publicamente tal apoio, um conjunto

de serviços e demandas prioritárias parecem ter forçado a prefeitura de Pelotas a recuar em sua promessa, relegando a edificação desta a um segundo plano.

As expectativas sociais em relação à construção da ponte eram altas, animando os Pelotenses que “há muitos anos ansiavam para que a linda praia do Laranjal – esse maravilhoso recanto do nosso município, beijado docemente pela brisa fagueira da Lagoa dos Patos – tornasse um dia, na mais palpitante realidade” (OPINIÃO PÚBLICA, 11 de Agosto de 1941, p.9). O aporte financeiro do poder público para a edificação da ponte não aconteceu na velocidade esperada, sendo ele realizado bem mais tarde.

Segundo Ruas (2012), as obras da ponte iniciaram somente em Julho de 1947, fomentadas pelo capital privado. Para a construção da avenida de acesso à praia, como apontou Soares (2002), foi doada parte dos terrenos de Luiz Assumpção, Edgar Maciel de Sá e Hugo Almeida. O autor ainda aponta que essas doações de terrenos por esses proprietários foram planejadas e que suas terras obtiveram uma fabulosa valorização por parte da infraestrutura pública.

Com o aumento constante da população interessada em acessar o Laranjal, a necessidade de concluir as obras desta ponte foi noticiada por diversas vezes no Diário Popular, forçando a municipalidade a envolver-se, pelo menos, com o seu término.

Em 1948, a prefeitura, sob a gestão do Dr. Procópio Duval Gomes de Freitas, resolveu pôr fim a essa “trama novelística” que foi a edificação desta ponte. A lei orgânica do município, promulgada em 1948, indicava que o município deveria “fomentar o turismo, proporcionando condições de acesso à praia do Laranjal, onde seria construído um balneário com higiene e conforto”. Enquanto o projeto de conclusão da ponte encontrava-se agora nas mãos do poder público municipal, as notícias jornalísticas davam conta de emitir palavras de otimismo aos cidadãos sobre o assunto. “Tudo faz crer que a ponte para o Laranjal será, dentro em breve, uma realidade auspiciosa para os pelotenses” (DIÁRIO POPULAR, 06 de Novembro de 1948, p.8). Assim, ao se aproximar do período do veraneio, o Sr. Adolfo Fetter, vice-prefeito e futuro investidor no balneário, determinou que os trabalhos fossem acelerados.

Na câmara municipal, o vereador Jaime Gonçalves Wetzel apresentou um projeto que propunha o estabelecimento de uma taxa de pedágio para cruzar a ponte que ligava a cidade a Praia do Laranjal. Após ser submetida a votação, a proposta foi aprovada, dando origem a Lei nº089 de 22 de dezembro de 1948, que continha as seguintes premissas:

“Art 1º - É criada a taxa de pedágio para todos quantos desejam transpor a ponte sobre o arroio Pelotas, de acesso a Praia do Laranjal, com as exceções previstas nesta lei.

Art 2º - A taxação obedecerá a seguinte tabela: Caminhões Cr\$ 20,00; Caminhonetes Cr\$ 10,00; Automóveis Cr\$ 5,00; Carroças com 4 rodas Cr\$ 3,00; Charretes Cr\$ 2,00; Gado, por cabeça, Cr\$ 0,50.

& único – Ficam isentos de taxas os cavaleiros, ciclistas e pedestres.

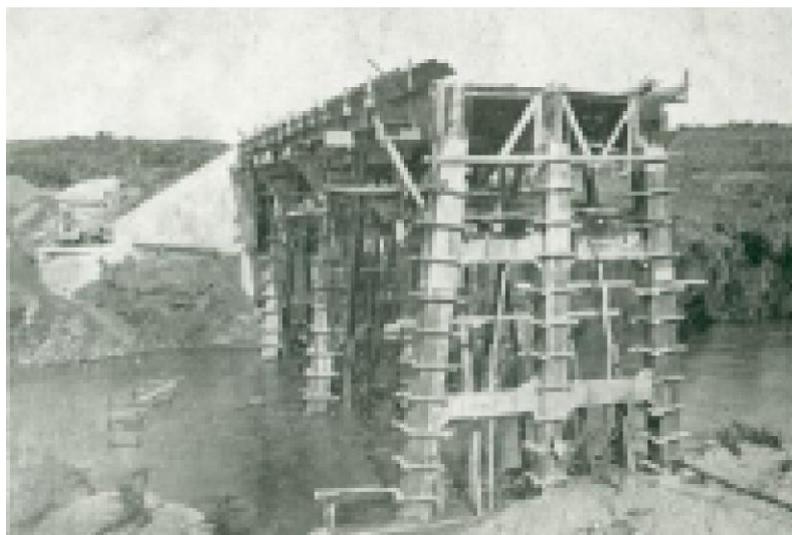
Art 3º - O produto da arrecadação com a taxa de pedágio, será empregado na construção da estrada que liga a cacimba do Areal à ponte, e desta, ao logradouro do Laranjal. Terminada esta obra a Prefeitura se cobrará da importância despendida na construção da ponte

Art 4º - Indenizada a Prefeitura das despesas com a construção das estradas e da ponte, cessará a cobrança da taxa de pedágio (ETCHEVERRY, 1992, p.67).

Já no verão 1948-1949, o projeto de lei mostrava seus bons resultados, apesar de também existirem aqueles contrários ao pagamento do pedágio. Esses foram chamados de “pão-duro” pela imprensa, que considerou o valor de dez cruzeiros para a passagem de caminhonetes um valor simbólico. O argumento era que se tratava de um investimento com retorno ao povo pelotense. “Vamos pagar o pedágio, pelotenses, sorrindo, sorrindo sempre” (ETCHEVERRY, 1997, p. 14). Contudo, a inauguração oficial da ponte de madeira só aconteceu em dezembro de 1948, sendo que a primeira etapa do loteamento foi protocolada pelo empreendedor no verão de 1949.

Sobre a história desta ponte, vale ressaltar que a sua estruturação com concreto armado (que permanece até os dias de hoje) e contenção lateral só foi realizada entre 1964 a 1968. “Sua pavimentação foi feita utilizando pedras irregulares no ano de 1969. E foi somente em 1982 que esta ponte recebeu a primeira camada asfáltica, melhorando significativamente as condições de acesso no percurso Centro-Praia” (BERTONI, 2002, p.52).

Figura 11 - Imagem da modernização arquitetônica da ponte que liga a cidade a Praia do Laranjal (1966)



Fonte: Ponto de Cultura UCPEL.

Resolvido o problema da edificação da ponte, a municipalidade, os empreendedores do Balneário e a imprensa local ainda tiveram que lidar com a “romaria de problemas” (termo usado pelos jornais da época) que ainda assolavam este território lagunar.

A falta de controle do tráfego da cidade em direção ao Laranjal era um aspecto que causava insegurança e gerava reclamações entre o público frequentador da praia. Sem efetivo suficiente de guardas de trânsito para dar conta do frenético fluxo de veículos que se dirigiam ao litoral, acabou-se criando um ambiente de caos e perigo.

Da ponte ao Laranjal, já não existe mais lei do tráfego. Grande número de motoristas mete-se em proezas [...] domingo último os moços que morrem de amores pela velocidade fizeram coisas de arrepiar os cabelos, principalmente depois da parte propriamente de areia (DIÁRIO POPULAR, 12 de Janeiro de 1949, p.6).

Além dos riscos advindos da imprudência dos motoristas, havia outros impeditivos que comprometiam o acesso de uma parcela significativa dos pelotenses até o Laranjal. A impossibilidade de algumas famílias arcarem com os custos de transporte e a constante lotação dos ônibus que saíam em direção ao Laranjal, nas primeiras horas da manhã, fizeram com que a municipalidade

tomasse algumas providências para contornar essas questões envolvendo o acesso até a praia. De acordo com Ruas (2012), a prefeitura conseguiu uma licença junto a diretoria Estadual de Trânsito para que o transporte de passageiros fosse feito por caminhonetes, até que se organizasse um serviço completo de condução para a orla. Em 4 de janeiro de 1949, a empresa de transporte chamada “Expresso Glória Ltda.” publica o seguinte anúncio no jornal.

A Expresso Glória Ltda. tem o prazer de avisar aos interessados que transportará passageiros para a aprazível praia do Laranjal, em suas confortáveis caminhonetes, aos sábados e domingos, obedecendo ao seguintes horários: Sábados – das 13:30 em diante; domingos – das 5 da manhã em diante. Ponto de saída e venda de passagens no escritório da empresa na rua General Osório, 605. Reserve sua passagem com antecedência (DIÁRIO POPULAR, 23 de Fevereiro de 1949, p.11).

Outro ponto a salientar sobre o acesso ao Laranjal diz respeito ao horário de funcionamento da ponte. Depois das 21:00 horas, não havia a possibilidade de transitar sobre ela por ambos os lados. Tal aspecto acabava gerando transtornos aos veranistas que não mais podiam contar com a utilização dos serviços das balsas, pois elas não funcionavam mais. Ocorreram casos de pessoas que adoeceram, ficando completamente impossibilitadas de receber atendimento médico ou medicamentos vindos da cidade. Esse fato provocou reclamações ao executivo e à Câmara de Vereadores. No entanto, o problema só foi resolvido em fevereiro de 1951, quando o vice-prefeito, o Sr. Adolfo Fetter, realizou a obra de uma estrada ligando o Barro Duro à localidade do Retiro, na BR-116. A produção do arroz deixaria de ser escoada pelo arroio Pelotas, passando a usar a nova estrada, liberando o acesso total da ponte.

O usufruto prematuro da praia, sem que as obras de saneamento da primeira fase do balneário fossem concluídas, também foi um aspecto bastante alarmante. A qualidade da água, tanto para o banho na Lagoa, como para o abastecimento doméstico das futuras residências que ali seriam construídas, esteve seriamente comprometida por muitos anos. “Fica-se sabendo que a água do Laranjal está contaminadíssima, acusando vinte mil colibacilos” (ETCHEVERRY, 1948, p.18). O Centro de Saúde Municipal advertia e recomendava à população ter certos cuidados com as doenças propagadas pela

água. “Até ontem vinham os banhistas bebendo uma água impura e deveras perigosa para a saúde, tanto que o que colhemos já se verificaram alguns casos de tifo e muitas outras moléstias gástricas” (ETCHEVERRY, 1948, p.19).

Outro problema apontado na época era a falta de policiamento no Laranjal. Nesse caso, como no verão não havia jogos de futebol, os policiais utilizados nos eventos esportivos da cidade passaram a auxiliar no patrulhamento da praia.

Para pôr em prática os planos de transformar as suas terras em um grande investimento balnear, a família Assumpção, mais ativamente Antônio Augusto de Assumpção Junior, recorre a um conjunto de profissionais associados do setor imobiliário, dentre eles, o arquiteto uruguaio Juan Carlos Di Luca. Contribuindo tanto na elaboração do projeto e, depois, nas vendas dos lotes, Di Luca mostrava-se “entusiasmado” em transformar o Laranjal numa cidade balneária aos moldes das praias de sua terra natal.

A parte técnica de execução do projeto balnear teve como figura principal o engenheiro agrônomo Adolfo Bender. Segundo Ruas (2012),

Esse profissional orientou a drenagem das áreas de banhados e os aterros, trabalho dificultoso devido à baixa declividade do terreno, estando muito próximo ao nível da praia. Na abertura das ruas, o agrônomo procurou desviar algumas vias, para preservar as figueiras existentes, assim como ajudou no transplante de figueiras e coqueiros para a beira da Laguna. Bender também atuou nas vendas das unidades (RUAS, 2012, p.139).

Os demais envolvidos neste empreendimento foram o Srs. Francisco Agrifoglio e Washington Peres Ortegui. O primeiro era chefe de vendas, o segundo, assim como Di Luca, era um entusiasta do projeto balnear em Pelotas. Conforme consta em notas jornalísticas, esses dois profissionais participaram juntamente com os proprietários fundiários representados por Antônio Augusto de Assumpção Junior, seu irmão Artur de Assumpção e o engenheiro agrônomo Adolfo Bender, de um estudo através do qual foi avaliado o potencial econômico de Pelotas para receber um empreendimento desta natureza. A partir desse grupo de pessoas foi criada a firma J.C.Di Luca & Bender, cujo procurador

proprietário era Adolfo Fetter, vice-prefeito da cidade naquela ocasião. Assim formou-se uma equipe de promotores imobiliários disposta a “vender o sonho” de morar na futura Vila Residencial Balneária Santo Antônio. Nesse sentido, concorda-se com Lefebvre (1960) quando afirma que

O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiado: lugar da felicidade numa vida quotidiana miraculosamente e maravilhosamente transformada. [...] a ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo adaptado a sua nova missão (LEFEBVRE, 2008, p. 28-29).

Para alcançar êxito neste tipo de capitalização dos lotes de terras no Laranjal, esses empreendedores e profissionais envolvidos contaram com o apoio primordial da imprensa jornalística Pelotense, principalmente a cobertura “militante” do Diário Popular²⁴. Adotando uma linguagem persuasiva e envolvente, o periódico matinal trazia matérias enaltecendo as belezas naturais da orla lagunar. Usando títulos ufanistas, o jornal dizia o seguinte: “O laranjal será transformado numa das mais belas praias da América. Pelotas construirá uma História em torno do Paraíso plantado às margens da Lagoa dos Patos”. (DIÁRIO POPULAR, 2 de Maio de 1950, p.7). Óbvio que por trás desse trabalho de “marketing jornalístico” havia o objetivo de fazer com que a comunidade pelotense adquirisse terrenos no Balneário que estava por ser inaugurado.

Visite o pitoresco e encantador recanto à margem da Lagoa dos Patos, onde se está iniciando a construção de uma cidade em miniatura. Visitando-o, conhecerá a ousada e já vitoriosa iniciativa que é a vila residencial balneária Santo Antônio. Sob o encanto de uma paisagem magnífica, onde as cores variegadas da vegetação contrastam com as plácidas águas da lagoa e com as límpidas areias de uma belíssima praia, sem dúvida sentirá que descansar ante tal cenário constitui uma forma toda particular de aproveitar as horas de lazer, retemperando as forças para o trabalho diário e caminhar menos depressa para a velhice. E tudo isso está a apenas quinze minutos de automóvel da cidade. Ante tais circunstâncias, estamos certos de que lhe ocorrerá a ideia de adquirir um terreno na praia do Laranjal. (DIÁRIO POPULAR, 7 de Maio de 1950, p.4).

²⁴ O jornal Diário Popular, historicamente, é vinculado a grupos políticos específicos: primeiro, ligado à Arena e, depois, ao PDS. A família Fetter assumiu a liderança da empresa em 1949 e permanece até hoje. Não por acaso, encontramos propagandas “otimistas” com relação à criação dos balneários do Laranjal.

No que concerne à essa utilização dos veículos de comunicação em prol de um projeto dessa magnitude, Baczko (1991, p.31) acredita que “para conseguir a dominação simbólica é fundamental controlar os meios que são outros tantos instrumentos de persuasão, de pressão, de inculcação de valores e de crenças”. Nessa mesma linha, refletindo a respeito da importância simbólica na efetivação de novas práticas e usos sociais, Pierre Bourdieu (1992, p.LX) pondera que “a reelaboração simbólica que o discurso efetiva é parte integrante da realidade social e, por esta razão, tal realidade é constituída, ou melhor, determinada pela própria atividade de simbolização”.

Mesmo sendo considerado um “paraíso perdido”, os atores sociais envolvidos neste empreendimento tinham alguma consciência do potencial turístico limitado que este espaço lagunar apresentava frente a alta procura social pelos balneários marítimos na estação de verão. Talvez seja por isso que investiu-se tanto em estratégias de convencimento midiático como forma de “vender a ideia” de que uma praia de água doce, como o Laranjal, poderia ser igualmente atraente como uma orla balnear oceânica.

Como era de se esperar, os agentes imobiliários uruguaios buscavam replicar em Pelotas o sucesso turístico experimentado nas praias platinas do mesmo período. Sabia-se que no país vizinho, o turismo era a principal “indústria”, “com praias colossais, bem organizadas, cheias de atrativos, contando com ótimos hotéis e cassinos” (OPINIÃO PÚBLICA, 1950). Logo eles concluíram que, “a circulação de capitais dependeria de dotar o balneário de todos os recursos necessários ao conforto e bem estar da população” (OPINIÃO PÚBLICA, 04 de Janeiro de 1950). Valendo-se desses conhecimentos de seus agentes imobiliários, Antônio Augusto de Assumpção Junior previu, além da construção do referido hotel-cassino, a elaboração de uma infraestrutura balnear que contivesse

Uma moderna “Pelouse” de tênis, dotada do que de mais moderno existisse, com arquibancadas e etc; campo de Golfe, de acordo com os “fields” ingleses e norte- americanos, num terreno propício para a prática desse conhecido e aristocrático esporte; grande piscina; cancha de basquete e de vôlei (DIÁRIO POPULAR, 5 de Março de 1950, p.11).

Além da implementação desse tipo de lazer refinado, voltado a agraciar a elite pelotense, estava nos planos deste empreendedor desenvolver uma orla urbanizada diferenciada, capaz de atrair, inclusive, compradores de outras regiões do país e fora dele. Dessa forma, como apontam os jornais da época, a cidade balneária estava planejada para ser dividida em dois mil lotes. “A construção das casas obedeceria a estilos elegantes, não permitindo a construção de barracos. Todas as residências, antes de iniciado o trabalho, terão suas plantas submetidas à nossa apreciação” (DIÁRIO POPULAR, 6 de Maio de 1950, p.7).

Quanto aos preços praticados na comercialização dos terrenos, que viriam a dar origem ao Balneário Santo Antônio, parece que eram valores viáveis apenas para a elite de Pelotas. Quando questionado sobre a existência de diferenças nos valores dos terrenos vendidos na época em que foram loteados os três balneários do Laranjal, Felipe Assumpção Gertum diz que

Os preços dos terrenos tinham uma diferença muito expressiva. Os Prazeres ficou conhecido por ser o balneário que dava mais acesso a compra e a venda de terrenos porque os preços eram mais baixos, assim como sua metragem também era menor. Enquanto que aqui no Santo Antônio os terrenos eram maiores (...) e o balneário se tornou elitista desde o início porque os preços eram mais altos, formando essa distinção entre um balneário e outro (GERTUM, 2021).

Nessa mesma direção, Ruas (2012) afirma que os melhores terrenos da orla do Laranjal foram sendo ocupados pelas classes de maior poder aquisitivo, enquanto as áreas mais baixas do território, por demandarem maior número de aterros e infraestruturas, custavam mais barato, tornando-se alvo da classe média. Quanto à ocupação por pessoas de baixo poder aquisitivo, elas ocorreram a posteriori no Balneário dos Prazeres e nas áreas públicas à margem dos loteamentos do Laranjal – Vila do Trapiche e Pontal da Barra como se observará ainda neste capítulo.

Com a enxurrada de propagandas jornalísticas que bombardearam a opinião pública da época, uma parcela da população de alta renda, antes mesmo da inauguração oficial do primeiro balneário, já haviam sido seduzidos pela “demanda” de uma segunda residência à beira da praia. Entusiasmados, os

jornais da região noticiavam, por exemplo, que “a procura tem ultrapassado a mais otimista das expectativas, pois, somente em dois dias, foram transacionados mais de cem terrenos” (DIÁRIO POPULAR, 12 de Abril de 1950, p.5).

De acordo com Mascarenhas (1994, p.13), “os preços iniciais dos terrenos foram de quatro e seis mil cruzeiros, passando imediatamente para doze, dezoito e vinte mil cruzeiros e ninguém mais segurou a valorização e o progresso da Vila Residencial Balneário Santo Antônio”. Importante salientar que, no ano de 1952, quando foi inaugurado o referido balneário, o salário mínimo era de Cr\$1.200,00. Esse valor também sofreu reajustes nos anos seguintes, passando para Cr\$2.400,00 em 1954, e Cr\$6.000,00, em 1959. No entanto, com base nesses valores, pode-se inferir que a população de baixa renda não tinha muitas chances de adquirir uma segunda residência na praia.

Na atualidade, o dinamismo e aquecimento do mercado imobiliário pelotense fizeram com que o m² dos terrenos no Laranjal, assim como no passado, experimentasse uma expressiva valorização e procura. Segundo Pereira (2013), as regiões próximas ao São Gonçalo e Laranjal hoje estão sendo o palco favorito para a construção de empreendimentos condominiais de alto valor agregado. A mesma autora ressalta, por exemplo, que os residenciais Lagos dos São Gonçalo e Veredas, próximos ao Balneário Santo Antônio, “possuem lotes cujo os preços variam entre R\$140.000,00 e R\$ 317.000,00” (PEREIRA, 2013, p.45).

De acordo com Ruas (2012) a região loteada para a futura Vila Balnear contava com aproximadamente duas mil porções de terras, cerca de mil e quinhentos metros de praia. Dentro deste montante, “o empreendedor também doou alguns terrenos em áreas nobres do loteamento para ordens religiosas como a Igreja Santo Antônio e a Mitra Diocesana, além de entidades como o Laranjal Praia Clube e o Hospital Pronto Socorro” (RUAS, 2012, p.139).

2.3. Vila Residencial Balneário Santo Antônio

Em 31 de Janeiro de 1952, após uma longa jornada de especulações e articulações, finalmente é inaugurada a segunda etapa do loteamento, marcando, assim, a oficialização da Vila Residencial Balneário Santo Antônio, primeiro espaço público de praia do município de Pelotas.

O primeiro ato envolvendo a recém-nascida Vila praieira foi a celebração de uma missa de entronização de Santo Antônio, padroeiro oficial deste Balneário. Na ocasião, destacou-se a presença do então prefeito Mário Meneghetti, o bispo Dom Antônio Zattera, o comandante do corpo de bombeiros, membros da família Assumpção e um contingente significativo de fiéis, devotos ao catolicismo, ligados à elite local.

Figura 12 - Foto da procissão que carrega a imagem de Santo Antônio.



Fonte: Jornal Diário Popular, 03 de Fevereiro de 1952, p.06.

O bispo, em suas palavras, fez questão de elogiar a iniciativa do casal Antônio Augusto Assumpção Jr. e Zilda Tavares de Assumpção pelo consentimento de parte de sua gleba para agraciar a cidade com uma praia de livre acesso de todos. Segundo Leitzke (2010), o líder religioso congratulou os envolvidos pelo primeiro ato oficial ter sido a introdução do padroeiro, ou seja, por terem colocado as questões religiosas acima das mundanas. “O bispo também cumprimentou os empresários do balneário pelo rápido progresso que estavam imprimindo ao empreendimento, destacando que disso só adviriam vantagens para a população desta cidade” (LEITZKE, 2010, p.19). A imagem

conduzida na procissão está guardada na sacristia da Igreja Santo Antônio, erguida na década de 1960 ao lado do santuário original²⁵.

A seguir, no ato inaugural, inicia-se um fluxo de visitas à Vila Balneária, na qual já se encontravam várias obras particulares em andamento, assim como a construção da caixa d'água, que seria responsável pelo abastecimento das residências que estavam surgindo. Conforme Leitzke (2010), “ao chegar no nascente balneário, já era possível visualizar algumas casas já edificadas com apurado gosto artístico, transmitindo a impressão de uma vila em pleno desenvolvimento” (LEITZKE, 2010, p.23).

Na mesma data, o jornal Diário Popular destacava a inauguração da Taberna da Lagoa, enaltecendo a qualidade dos serviços prestados e a festa de comemoração da fundação do primeiro balneário no Laranjal. “Festivamente inaugurada, a Taberna da Lagoa, figura-se como o mais novo e aprazível recanto para a sociedade da Princesa do Sul” (DIÁRIO POPULAR, 3 de Fevereiro de 1952, p.6).

Ao consultar as fontes disponíveis, pode-se afirmar que o referido estabelecimento situava-se na Avenida Antônio Augusto Assumpção 9301, atual endereço do Restaurante e Padaria Colosso. Este ponto comercial, inclusive, ficou por muito tempo conhecido na cidade por Restaurante da Figueira, a qual se tecerá algumas reflexões no capítulo seguinte.

Ainda sobre a cobertura jornalística envolvendo a Taberna da Lagoa, a edição do periódico destacou o seguinte:

Inaugurado no mesmo dia, na Vila Balneária Santo Antônio, um moderno prédio com bar e restaurante, de propriedade de Alfredo Fischer. Nesta noite, teve início o super-froid, uma espécie de festa dançante, às 22 horas, prolongando-se até as 3 horas da madrugada com grande distinção e animação do conjunto Cancioneiro do Ritmo (DIÁRIO POPULAR, 03 de Fevereiro de 1952, p.6).

²⁵ Informação obtida em entrevista com o presbítero Jaime Souto no dia 13/05/2022.

O referido bar logo tornou-se a primeira referência de festividade em Pelotas na estação de Verão.

Em 6 de Abril do mesmo ano, após ser acometido por doença, Antônio Augusto de Assumpção Junior, através de transação comercial, transferiu todas as responsabilidades administrativas e executivas envolvendo o loteamento no Balneário Santo Antônio, ao vice-prefeito da época, o Sr. Adolfo Fetter.

Em 1954, com a piora do seu quadro de saúde, Antônio Augusto de Assumpção Junior vem a falecer. A avenida principal do Balneário Santo Antônio, à beira da Lagoa, inclusive, recebeu o seu nome como forma de homenagem póstuma a aquele que foi um dos precursores do projeto Praia do Laranjal na cidade de Pelotas.

Figura 13 - Adolfo Fetter e Antônio Augusto Assumpção Jr., respectivamente, assinando o contrato de compra e venda dos terrenos da Vila Balneária Santo Antônio.



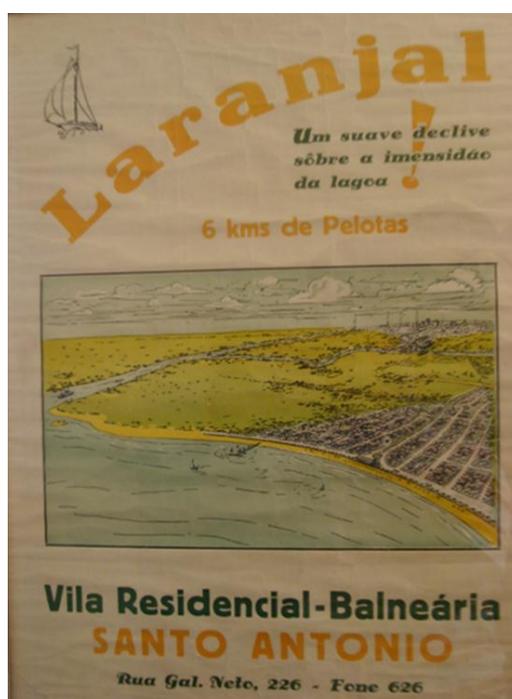
Fonte: Jornal Diário Popular, 06 de Abril de 1952, p.10.

Após tornar-se legalmente responsável pela gestão comercial dos lotes pertencentes ao Balneário Santo Antônio, Adolfo Fetter, juntamente com seus filhos, genros e nora, criam a chamada Sociedade Praia do Laranjal Ltda. A primeira medida adotada pelos novos responsáveis pelo projeto foi fomentar a venda dos terrenos ainda disponíveis, amealhando, assim, mais capitais que seriam injetados nas obras de infraestrutura necessárias à Vila Balnear.

Para gerir as negociações foi montado um escritório no centro da cidade para receber os potenciais compradores dos lotes. “A propaganda era feita numa caminhonete com carroceria de madeira que levava os clientes até a praia” (LEITZKE, 2010, p.20).

Outros dois recursos utilizados foram a distribuição de pequenos folhetos/folders no centro da cidade e a publicação de matérias nos jornais da cidade.

Figura 14 - Folder de propaganda dos terrenos disponíveis para comercialização no Santo Antônio.



Fonte: Acervo particular de Gilberto Demari Alves.

A nova empresa que assumiu o empreendimento rapidamente passou a dedicar-se às obras de infraestrutura do balneário, principalmente aquelas envolvendo saneamento, rede elétrica e água. O jornal local fazia questão de comunicar essas movimentações trazendo notas como a seguir: “há poucos dias chegaram ao porto de Pelotas, vindos de São Paulo, 5000 metros de canos de ferro fundido de três e quatro polegadas, para que seja construída a rede de água” (DIÁRIO POPULAR, 8 de Maio de 1952, p.10).

A edificação do Balneário Santo Antônio também marcou o início da transformação da paisagem natural do litoral de Pelotas. Para a execução de todo este processo de remodelagem territorial, foi necessário implementar uma série de intervenções no meio físico, demandando importantes somas de capital.

Em paralelo às obras de instalação de água e luz, a abertura de ruas, o nivelamento de terrenos, drenagem de banhados e a transferência de árvores, foram medidas tomadas de imediato pelos responsáveis técnicos do projeto.

Hoje, tem-se plena consciência de que o litoral de Pelotas, principalmente na região do Laranjal, “figura com um dos espaços periféricos da cidade que mais possuem áreas verdes, além das matas nativas, e muitos outros exemplares da flora pampeana que aqui foram plantados” (RUAS, 2012, p.145). Na orla lagunar do Balneário Santo Antônio, as figueiras e os coqueiros (jerivás) foram transplantados das matas próximas para a beira da praia.

Figura 15 - Arborização da orla no Balneário Santo Antônio nos anos de 1960



Fonte: Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção INBRAJA.

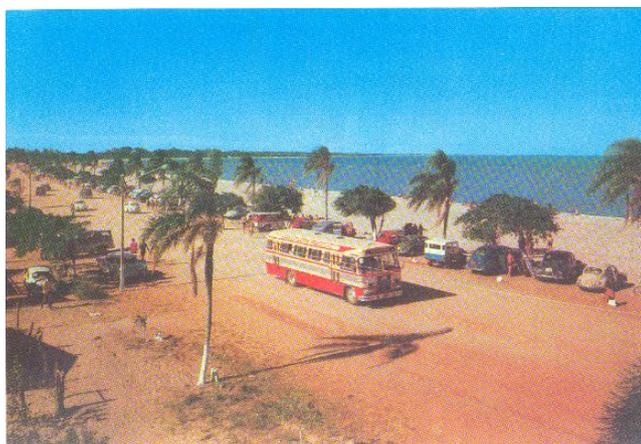
Esse tipo de contorno arbóreo, presente na imagem acima, sobrevive até hoje na orla do Santo Antônio. Obviamente que junto a todo o processo de urbanização, também foram sendo introduzidas novas espécies de plantas e canteiros públicos. “É comum encontrarmos jardins e árvores exóticas como o

plátano, o álamo, o salso chorão, o eucalipto, a aroeira da praia e a oliveira” (POLIDORI, 1992, p.6).

Outro ponto a salientar é que para os veranistas que não detinham condições de deslocarem-se à praia de automóvel, a prefeitura de Pelotas firmou um contrato de parceria com a empresa Santa Maria. A mesma ficou responsável pelo transporte dos habitantes da cidade que desejavam ir até a orla do Laranjal.

Ao entrevistar o motorista aposentado de 60 anos, José Francisco Madruga Costa, o mesmo relembra o período de inserção desta empresa na região. “De 1976 a 1984, eu dirigi o ônibus da marca Mercedes, de número 06, com destino ao Balneário Santo Antônio” (COSTA, 2020). Como tinha uma grande quantidade de pessoas interessadas em veranejar na praia, José salienta que “a empresa passou a disponibilizar ônibus de hora em hora também para os outros balneários da praia. Só a Z3 que demoraram mais para colocar ônibus para atender essa linha (COSTA, 2020)”.

Figura 16 - Transporte Coletivo circulando no Balneário Santo Antônio na década de 1970.



Fonte: Disponível em: www.jornaldolaranjal.com/facebook. Acessado em: 12/02/2022

No que tange a quantidade total de lotes, o Santo Antônio abrangia aproximadamente duas mil porções de terras, algo em torno de mil e quinhentos metros de área de praia. O empreendedor também destinou alguns terrenos para doação. Eles foram concedidos para ordens religiosas como a Igreja Santo Antônio e a Mitra Diocesana, para entidades como o Laranjal Praia Clube e o Hospital Pronto Socorro. Tais obras foram erguidas logo após a inauguração do balneário.

Figura 17 - Foto Aérea da Vila Residencial Balneário Santo Antônio nos primeiros anos de seu loteamento (1953)



Fonte: Acervo particular de Antônio Augusto Assumpção Manzini

A fim de não incorrer em equívocos, vale ressaltar que uma área nobre do loteamento residencial Santo Antônio não foi vendida para o vice-prefeito. Tal área corresponde ao empreendimento batizado de Colina Verde, construído em local topograficamente privilegiado, pois ocupa um dos terrenos de maior altitude. Esse loteamento foi executado pela Sr.^a Zilda Assumpção, esposa de Antônio Augusto Assumpção Junior, juntamente com sua filha Ivone e seu genro Gilberto Demari Alves. O projeto teve início em 1978 e foi concluído em 1982. Conforme relato da própria Ivone Assumpção, “nesta época a postura municipal exigia calçamento, instalação de rede de água e de eletricidade, além de arborização. Deste loteamento foi destinado um terreno para o SANEP, para a Escola Estadual Edemar Fetter e outro para a construção de uma praça” (RUAS, 2012, p.123).

Assim sendo, a natureza litorânea do Laranjal, ao longo de sua história, foi sendo (re) trabalhada, assumindo uma nova fisionomia dirigida a atender os desejos e fetiches de um mercado ligado ao bem-estar e lazer de verão.

O êxito do empreendimento demonstrou a demanda criada no período anterior, e as possibilidades financeiras acabaram incentivando outros herdeiros da família Assumpção a incorporarem suas propriedades à cidade.

2.4. Vila Residencial Balneário Valverde

Seis anos após a inauguração do primeiro balneário no Laranjal, Artur Augusto de Assumpção e Judith Assumpção de Assumpção decidem também transformar suas terras em um loteamento acessível à comunidade pelotense. Seria o nascimento de um novo projeto denominado Vila Residencial Balneário Valverde.

O nome escolhido para esse balneário, segundo o Sr. Gertum foi idealizado pelo próprio Artur Augusto Assumpção cuja inspiração teria advindo da vista privilegiada de sua Granja ao olhar em direção à Lagoa dos Patos. “Meu avô dizia que daqui conseguíamos enxergar, tudo junto, todo o verde destas terras como se fosse um vale até a beira da praia” (GERTUM, 2019).

A Granja Santa Helena, além de ser a antiga sede desta propriedade, figurava também como uma das quatro casas sede da própria Estância do Laranjal. No ano de 1998, a referida residência foi transformada no Instituto Nacional Brasileiro Senador Joaquim Augusto Assumpção (INBRAJA), abrigando dentro de si o Museu Histórico Helena Assumpção de Assumpção, o Memorial da Praia do Laranjal Artur Augusto de Assumpção, a sala Montserrat Caballé, o Museu de Arte Sacra São João Paulo II, além das bibliotecas Cheila Stumpf e João Simões Lopes Neto.

Figura 18 - Vista frontal da antiga Granja Santa Helena.



Fonte: Autor (2013)

Contando com um território de aproximadamente 950.000,00 m², em formato de um trapézio, o loteador pelotense cria a empresa Artur A. de Assumpção e Cia Ltda., composta por engenheiros, projetistas, arquitetos, responsáveis pela execução e planejamento técnico do projeto, isto é, a terraplanagem do local, o delineamento e traçado de ruas, o aterramento dos banhados, a instalação da malha sanitária e da rede elétrica que abasteceria o balneário.

No interior deste projeto balnear também foram destinadas áreas para a edificação de espaços verdes e praças públicas. Além disso, “previam-se futuros usos relacionados aos cultos religiosos, práticas educacionais, transações comerciais e espaços de usufruto das forças de segurança pública” (COSTA, 2013, p.30). Um acordo entre a prefeitura e o empreendedor liberou uma área para a construção de mais um clube social e esportivo no Laranjal. Em janeiro de 1963, foi fundado o Valverde Praia Clube. No capítulo três dedicar-se-á atenção a este espaço de sociabilidade e lazer.

No que tange ao trabalho de remoção de dunas, abertura de ruas, avenidas e patrolagem, houve um significativo investimento em maquinário pesado por parte da firma envolvida no empreendimento. Felipe relembra o envolvimento direto de seu avô Artur na execução das obras do balneário. O entrevistado também ressalta o papel preponderante do engenheiro Emílio

Mattos que “além de amigo da família, ajudou muito no gerenciamento do projeto junto com seu próprio pai Jorge Ivan Gertum Assumpção” (GERTUM, 2019).

Figura 19 - Caminhões da firma responsável pela execução técnica do projeto Balneário Valverde. (1956)



Fonte: Acervo particular de Felipe Assumpção Gertum.

Figura 20 - Maquinário realizando a remoção de dunas para abertura de ruas no Balneário Valverde (1956)



Fonte: Acervo particular de Felipe Assumpção Gertum.

A fotografias acima são uma demonstração de toda uma dinâmica de transformação do espaço físico, que acabou resultando na edificação do Balneário Valverde. Porém, é preciso ver para além daquilo que está expresso na imagem, ou seja, as implicações ambientais desse processo de manipulação e dilapidação do território litorâneo. Questões que não só estiveram presentes na fundação do Valverde, mas como nos três Balneários que compõem o Laranjal. A respeito disso, Polidori (1992) considera que

O resultado da urbanização, embora constituam local aprazível para os moradores e em oportunidade de lazer para a população flutuante, apresenta gravíssimos problemas ambientais, sendo que os aspectos naturais não foram considerados na escolha dos sítios a lotear, tampouco no tecido urbano ou nas reservas de áreas públicas (POLIDORI, 1992, p.49).

A respeito do projeto Valverde, também vale ressaltar que houveram falhas no que concerne à sua legalização. Isto porque em dezembro de 1959, a prefeitura aprovou a execução do empreendimento, porém estipulou ao proprietário um prazo de quatro anos para a regularização de todas as obras discriminadas no projeto. “Não tendo concluído todas essas obras, os empreendedores protocolaram um primeiro pedido de prorrogação que foi concedido pela prefeitura, com vencimento em 16 de outubro de 1971” (COSTA, 2013, p.32). Ignorando o cumprimento desta data, o empreendedor ainda investiu em uma segunda etapa do loteamento que ficou conhecido como “Novo Valverde”.

Segundo consta em documentos da Secretaria Municipal de Urbanismo, a regularização do projeto foi prorrogada até 1982. Neste ano, a segunda etapa do loteamento foi indeferida pela prefeitura municipal, por estar o mesmo em péssimas condições, faltando bueiros, estabilização das ruas e escoamento pluvial.

De acordo com Ruas (2012), os empreendedores tentaram um acordo com a secretaria municipal de urbanismo, onde foi feito um adendo ao termo de compromisso, no qual 31 lotes foram hipotecados em garantia do término das obras. Dessa forma, no ano de 1983, foi feito um termo de liberação parcial do loteamento, ficando os lotes para as construções, e sua entrega final, no prazo

de seis meses, com a execução das seguintes obras: patrolamento das ruas e estabilização do solo, se fosse o caso, ficando os 31 lotes ainda caucionados como garantia.

A postergação e incongruência foi tamanha que até mesmo no interior dos arquivos da secretaria de Urbanismo (SEURB) não havia clareza sobre o desfecho de todo esse processo de loteamento no Valverde.

Não foi possível distinguir, em nível de aprovação, se as duas etapas obtiveram aprovação simultaneamente, como um todo e só a execução é que ocorreu em momentos diferentes, ou se existiu algum requerimento de aprovação posterior, da 2ª etapa. [...] e que após a criação da lei 2988/85 não foi mais encontrado nenhuma informação a respeito do referido loteamento. (SEURB, 2002).

Em 1985, é criada a Lei Nº 2944/85 que autorizava à prefeitura municipal a receber como doação em pagamento das obras de infraestrutura da segunda etapa do loteamento Valverde, lotes constantes da escritura de hipoteca. Com a transferência dos lotes e a execução das obras pela administração municipal, o loteamento foi finalmente totalmente liberado.

Já na parte de comercialização, a firma de Artur Augusto de Assumpção criou uma equipe de vendas objetivada em negociar os 1423 lotes disponíveis em um montante de 74 quarteirões. Conforme Ruas (2012), houve certa preocupação do loteador no que diz respeito à distribuição geográfica destes terrenos pois não era interessante colocar as futuras residências em rotas de passagem dos ventos fortes que assolam o Laranjal em determinadas épocas do ano.

Assim como aconteceu na primeira experiência com o Balneário Santo Antônio, o Valverde igualmente “surfou na onda” da especulação imobiliária em torno da compra e venda dos seus lotes de terras. Na época, o jornal Correio do Povo chamou a atenção de seus leitores a respeito da grande procura e dos preços praticados no Balneário Valverde.

Um lote mínimo, hoje, está sendo comercializado em torno de Cr\$60.000.00, financiados e com regular entrada [...] não existe na subprefeitura, um levantamento recente em torno dos licenciamentos para obras, mas a quantidade de casas é

expressiva. E ainda mais, pois as obras estão fugindo ao chamado “foco” da praia, com pessoas buscando lugares mais afastados e tranquilos, e com menor valor [...] até mesmo a estrada de acesso está sendo explorada na venda de terrenos (CORREIO DO POVO, 23 de Maio de 1979, p.25).

Ao que tudo indica, o público interessado por estabelecer-se no Valverde, naquele contexto, advinha de uma condição financeira mediana, ou seja, uma parcela da comunidade pelotense que sonhava em residir na praia, porém não disponha de capitais suficientes para escolher lotes mais bem posicionados na orla, com fizeram os habitantes do Balneário Santo Antônio.

Seguindo os passos do seu irmão, Arthur Augusto Assumpção também recorreu à imprensa local como veículo de divulgação e fomento do seu empreendimento balnear. No início da década de 1960, houve um grande volume de publicações alusivas à comercialização/ aquisição de terrenos no novo Balneário do Laranjal.

Figura 21 – Fotorreportagem alusiva a aquisição de terreno por parte de uma grande loja de vestuário feminino de Pelotas.



Fonte: Jornal Diário Popular, 20 de Março de 1960, p.8.

Este tipo de apelo midiático, demonstrado acima, foi tão positivo que outros empresários ligados a classe empresarial do município também acabaram adquirindo terrenos no Valverde. Felipe salienta que “além da Mesbla, a dona das lojas pernambucanas também adquiriu um lote aqui na praia. A ideia era ter um espaço para os funcionários confraternizarem, descansarem nas coletivas (férias), eu acho” (GERTUM, 2022).

De uma forma geral, o Balneário Valverde recebeu, na época, menores investimentos se comparado ao Santo Antônio. No entanto, isso não impediu que os empreendedores auferissem grandes lucros. Pois uma terra que até então tinha deixado de possuir valor agrícola, imediatamente posicionou-se

muito bem dentro do segmento imobiliário de lazer e turismo. Até hoje, tanto o Balneário Santo Antônio como o Valverde são consideradas áreas estratégicas de exploração imobiliária, abrigando, a cada ano, novos condomínios residenciais de alto padrão, diferentemente do Balneário dos Prazeres, último reduto urbanístico de praia inaugurado no Laranjal.

2.5. Vila Residencial Balneário dos Prazeres

Após o significativo êxito vivenciado no Balneário Santo Antônio, a cidade de Pelotas viu surgir mais um espaço na orla do Laranjal. Em 1953, Luiz de Assumpção e sua esposa Amélia Augusta Assumpção também resolvem iniciar o loteamento das suas terras que, antigamente, faziam parte da chamada Estância Nossa Senhora dos Prazeres.

É interessante mencionar que ao visitar esta centenária fazenda/sede do Balneário dos Prazeres, rapidamente sobressai aos olhos a influência da arquitetura colonial portuguesa em suas edificações como pode se evidenciar na fotografia seguinte.

Figura 22 - Casa sede do Balneário dos Prazeres



Fonte: Autor (2019)

Essa propriedade passou por interessantes reformas cujo principal executor foi o professor de artes Adail Bento Costa, colega de Universidade do Dr. José Ottoni Xavier. Conforme De León (1997), ele

Dedicou-se a decorar a casa que possui um avarandado de 60 metros, colunas de alvenaria e enriqueceu a casa com obras de arte adquiridas em antiquários completando o aspecto colonial da casa. Transformou o pátio de entrada num jardim peculiar com lago, canteiros floridos, estátuas e mandou vir 60 gansos que alegravam o ambiente com seus gritos alegres e suas corridas à volta dos visitantes [...] no jardim foi colocado um busto de Miguel Ângelo, elemento artístico de estilo neoclássico [...] dentre as árvores diversas do jardim destacavam-se casuarinas, marmeleiros, eucaliptos e pinheiros que purificam e perfumam o ar naquele recanto histórico do laranjal. (DE LEÓN, 1997, p.83).

Compartilhando as suas memórias sobre o processo de loteamento do “Barro Duro²⁶”, Maria Tereza Xavier Cruz, de 72 anos, filha do fundador desta estação Balnear salienta o seguinte:

Antigamente havia muitas famílias que pediam licença para armar barracas aqui quando não era perigoso e não tinha este problema de assalto... essas coisas assim [...] eles (as famílias) viam para ficar no verão [...] a família Franklin Olive Leite vinha para cá pois eram amigos da minha avó. A família Lange tinha até um chalé aqui também para eles passarem o verão e no inverno eles voltavam para o centro. Dessa prática se via a necessidade [...] as pessoas vinham com cartãozinho... enfim, se via a necessidade do balneário. Esse loteamento foi feito quando meu avô Luiz ainda era vivo, mas ele já estava doente, então ele deixou dito para o meu pai (José Ottoni Ferreira Xavier) fazer. Ele (pai) gostava muito e ficava aqui até no inverno [...] a ideia surgiu em 1947 [...] ela é mais antiga. A planta e o planejamento geral do loteamento foram feitos pelo senhor Benjamin Cordeiro Dias, engenheiro da prefeitura, junto com o meu pai (CRUZ, 2020).

Além daqueles terrenos destinados a comercialização, os empreendedores também reservaram alguns lotes para doar a diferentes instituições sociais do município como: (a) colégio São José e Gonzaga; (b) irmãs carmelitas e escoteiros; (c) brigada militar, para a construção de um posto policial na praia; (d) secretaria de educação, para a construção de uma creche. Conforme relato de Maria Teresa Cruz, muitos destes lotes “foram vendidos, só restando apenas a casa onde abrigam-se as irmãs carmelitas”.

²⁶ Existem algumas versões populares sobre a denominação “barro duro” para se referir ao balneário dos prazeres. A primeira faz menção à inexistência do calçamento no balneário sendo o chão “batido” predominante e, após a chuva, esse mesmo chão tornava-se um barro extremamente endurecido formando o “barro duro”. A segunda diz respeito à areia que se forma no fundo d’água no balneário que possui uma forma compacta e dura.

No cartório do 2º registro de imóveis de Pelotas é possível observar uma descrição minuciosa contendo esses atores sociais envolvidos no loteamento, assim como informações referentes às metragens e posição geográfica dessas terras.

De acordo com o 2º Registro de imóveis de Pelotas Dr.^a Eliana Conceição da Silva Fernandes no dia 13 de junho de 1953, a inscrição seguinte: “ Vila Residencial Balneário Dos Prazeres” MEMORIAL DESCRITIVO dos terrenos de propriedade do Dr. José Ottoni Xavier, que também assina com o Dr. Ferreira Xavier e sua mulher Maria de Lourdes de Assumpção Xavier, constituindo a “Vila Residencial Balneário dos Prazeres” [...] ÁREA DO IMÓVEL: A área total do imóvel a ser loteado é de 1.412.019 m², estando incluída na mesma a porção ocupada pelo logradouro público com área de 108.125m², de modo que temos para a área que se refere ao projeto do loteamento a superfície de 1.303.894m², situada no 1º subdistrito de Dunas, antigo 2º distrito, na Estância dos Prazeres, na costa da Lagoa dos Patos, no local denominado Barro Duro, no Saco do Laranjal, com as confrontações seguintes: ao norte, oeste e sul com terras dos signatários e a leste com a lagoa dos Patos e com o logradouro do Barro Duro.(CARTÓRIO DO 2ª REGISTRO DE IMÓVEIS DE PELOTAS DR.^a ELIANA CONCEIÇÃO DA SILVA FERNANDES, 2018, p.8, às fls.324 a 326).

No que concerne à relação entre os empreendedores do loteamento e a imprensa local, é possível dizer que não houve uma preocupação efetiva na divulgação e fomento de vendas assim como ocorreu com o Valverde e Santo Antônio. Talvez pelo fato de não ter havido um grande projeto urbanístico para a região, a utilização da imprensa como instrumento de marketing comercial não pareceu fazer muito sentido. Além disso, se concorda com Ruas (2012) quando sugere que os loteadores do Balneário dos Prazeres estavam muito mais empenhados em obter lucros com a venda dos lotes a “custo zero”, isto é, mantendo um baixo investimento na qualificação deste lugar, sem a preocupação com padrões residenciais ou a classe social que estaria disposta a adquirir terrenos nesta região.

Por mais que os bons ventos da especulação imobiliária estivessem soprando a favor, os empreendedores envolvidos pareciam ter certa consciência de que “a demanda por segundas residências à beira da praia, em zonas consideradas geograficamente privilegiadas, já tinham sido preenchidas pelo balneário Santo Antônio” (RUAS, 2012, p.162).

Mesmo que tenha sido uma localidade desprestigiada por grandes investimentos e planejamento urbanístico, por parte dos seus loteadores e municipalidades, o Balneário dos Prazeres, por outro lado, sobressai-se por seus atributos naturais existentes em sua bela orla. Possuindo uma ampla área verde de mata atlântica, o Barro Duro, historicamente, passou a ser aquele espaço ocupado por “veranistas que apenas frequentavam a praia sem condições de pagar por um terreno ou aluguel, optando pela prática do campismo em um lugar repleto de sombra e uma água fresca mais confiável” (COSTA, 2013, p.78).

Figura 23 - Um dia de verão na orla do Balneário dos Prazeres nos anos de 1960.



Fonte: Ponto de Cultura UCPEL.

Como se pode observar na fotografia acima, a presença expressiva de veranistas de origem negra é um fato marcante desde os primórdios do Balneário dos Prazeres. Tal aspecto inclusive chamou a atenção dos periódicos noticiosos da época que chegaram a dizer o seguinte: “O Balneário dos Prazeres reúne por tradição pessoas de baixa renda e geralmente de cor” (JORNAL CORREIO DO POVO, 31 de Junho de 1979, p.13). O mais curioso dessa afirmação é que, passados quarenta e quatro anos, ela ainda continua atual. Sabe-se que o barro duro continua sendo, entre os três balneários do Laranjal, aquela localidade com maior concentração de pessoas oriundas das camadas populares com baixa

renda, além de ser um importante reduto de manifestação da religião umbanda na cidade de Pelotas.

Seja por preconceito de classe e de cor, seja pela concentração de pessoas de classe média-alta que representam o Santo Antônio e Valverde, o fato é que ao longo da história do Laranjal construiu-se no imaginário coletivo pelotense a concepção de que o Balneário Santo Antônio e Valverde seria o reduto de lazer dos “ricos”, enquanto o Balneário dos Prazeres a orla de banho dos “pobres”.

Ao entrevistar Isabel Cristina Costa Resende, atual dona do tradicional “bar do Costinha”, no Barro Duro, ela faz questionamentos contundentes sobre esses aspectos:

Eu te pergunto só uma coisa Mateus: Quando as pessoas saem das suas casas, e dizem que estão vindo para a praia, o que elas geralmente falam? Que estão indo ao Laranjal. Então já começa por aí porque o Laranjal abrange tudo o que é da Ponte (sobre o Arroio Pelotas) até o antigo Camping do Totó. Mas as pessoas insistem em dizer que vão ao Laranjal se referindo ao Santo Antônio e Valverde. Aí quando querem dizer que vão vir aqui falam que vão ao “barro duro”. Peraí, mas nós também somos Laranjal, ou estou errada? As coisas são bem diferenciadas. No veraneio você chega até a orla desses outros balneários é possível ver a infraestrutura. Tem banheiro público, área de lazer, bares, restaurantes, shopping, etc. Aqui, não tem essas coisas mínimas para garantir a vinda das pessoas para veraneiar no Balneário. Eu não sei se é a estrutura física da orla que não possibilita fazer o que eles fazem lá nos outros balneários. As pessoas realmente não se interessam em ficar por aqui e aproveitar, até porque não pode carros na beira da orla pois tem muitas áreas de preservação ambiental. E essa distinção que eu estou te falando já acontece desde a época que meu pai comandava o bar aqui no fim dos anos 60. Me lembro de ouvir dele assim: Aqui (Balneário dos Prazeres) é a piscina dos pobres, e lá é o resort dos ricos! (Valverde e Santo Antônio) (RESENDE, 2022).

Dentro do próprio poder público local este tipo de percepção vem se perpetuando, estabelecendo uma forma peculiar de (des)atenção entre os três balneários. Nesse sentido, a narrativa do vereador Matozo (que também é morador do Barro Duro desde de 1970) ao jornal Diário da Manhã foi bem simbólica. O mesmo disse na ocasião que este tipo de conduta “só pode ser descaso [...] pois o Laranjal, como praia, é composto pelos três balneários e

somente dois recebem as atenções dos órgãos da prefeitura” (DIÁRIO DA MANHÃ, 01 de fevereiro de 1994, p.8).

Entre os anos de 1980 e 1990, terrenos que até então não haviam sido incluídos na primeira rodada de loteamentos e que eram também de posse da família Assumpção, passaram a ser alvo de promoções imobiliárias. A localidade escolhida? Áreas a caminho ou no entorno dos Balneários Santo Antônio e Valverde. Criaram-se empreendimentos habitacionais de médio e alto padrão como é o caso do: Las Acácias, Villa Assumpção I e II e São Conrado.

Assim, a história de formação dos balneários do Laranjal é um início e uma base importante para compreender as relações de sociabilidade, lazer e fruição que continuam, ou que por motivos a serem vistos a seguir, deixaram de existir ou se modificaram ao longo do tempo.

CAPÍTULO 3 – “VERÕES E VERANEIOS NO LARANJAL”: MEMÓRIA, SOCIABILIDADE E LAZER NOS BALNEÁRIOS SANTO ANTÔNIO, VALVERDE E PRAZERES.

Este é o momento de entender um pouco, através das relações de sociabilidade e lazer, como a cidade de Pelotas emoldura a sua própria cultura de veraneio ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000 na Praia do Laranjal.

Aqui será o espaço para refletir sobre o que de fato permanece “vivo” na forma de usufruir socialmente os balneários, e o que já não mais faz parte do rol das predileções e atrativos que algum dia encantaram os frequentadores desta orla gaúcha.

No percorrer deste capítulo, espera-se deixar explícito que as transformações culturais, nos meios de comunicação e interação, oriundos da contemporaneidade, também tiveram a sua influência na forma como a sociedade local passou ou não a conviver e usufruir o território de praia.

3.1. Os Clubes Sociais²⁷ enquanto espaços de sociabilidade e lazer: um breve olhar

Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, os clubes são:

1. Local de reuniões políticas, literárias ou recreativas, 2. Local que tem geralmente edificações, piscinas, etc. e onde, comumente pagando uma mensalidade ou taxa, se reúnem pessoas para praticar esportes, jogar, dançar, etc. 3. Associação de pessoas com o objetivo de promover debates em torno de matérias de interesse comum, tal como literatura, ciência, política, etc. (FERREIRA, 1999, p.489).

De origem inglesa, o termo club apareceu para significar aqueles locais onde havia reunião de pessoas, desfrutando de um ambiente exclusivo, dirigido a grupos da mais nobre fidalguia refino. Tal perspectiva, inclusive, foi bem difundida no Brasil do século XIX, conforme explica o historiador americano

²⁷ Para este trabalho, compreende-se clubes sociais enquanto entidades com e sem fins lucrativos, constituída com objetivo de consolidar-se como um equipamento específico de lazer (SILVA, 2009).

Jeffrey Needell (1993), ao refletir sobre a *Belle Epoque* carioca (entre os anos de 1898 a 1914).

Da Costa (2006) explica que os diversos grupos de interesse que articularam-se em prol da criação desses espaços sócio recreativos no Brasil, durante o século XIX, possuíam considerável influência dos povos europeus imigrantes que aqui desembarcaram.

O mesmo autor afirma que, enquanto os clubes de elite se moldaram aos hábitos da burguesia comercial (século XIX) e/ou industrial (século XX), os de apoio da comunidade local abrigaram, caracteristicamente, pequenos grupos advindos das principais correntes imigratórias que entraram no país no século XIX e início do século seguinte. Isto posto, os clubes de prática esportiva e de atividades recreativas tangenciaram em suas origens hábitos culturais alemães, italianos, espanhóis e outros, gerando uma alternativa à cultura lusófona então prevalecente.

Os primeiros clubes surgiram na região Sudeste e Sul do país, sendo a “Sociedade Germânica”, no Rio de Janeiro, o primeiro clube fundado no Brasil em 20/08/1821 e que até hoje, com seus 202 anos, encontra-se em atividade. O segundo clube fundado foi a “Sociedade Germânica de Porto Alegre, em 23/06/1855 que também se encontra em funcionamento com seus 164 anos (SILVA, 2010).

Sendo assim, pode-se dizer que a imigração foi um fator que contribuiu para a criação dos clubes esportivos/sociais/recreativos, que se acentuou com o crescente interesse nas modalidades esportivas trazidas de seus países de origem e, logo, se tornou mais visível quando estabelecidos e frequentados como distinção social.

Outro ponto a ressaltar sobre os clubes esportivos/sociais/recreativos é que eles trouxeram uma importante contribuição para a modernização do Brasil, e sua origem se deu pela própria organização da sociedade no crescente processo de urbanização.

Ao observar a sociedade Brasileira, Ribeiro (2004) classifica os clubes em:

a) Clubes sem finalidades lucrativas: são aqueles mantidos pelos sócios por meio de mensalidades e algumas atividades que geram renda para o clube, como, por exemplo, festas e eventos comemorativos, palestras e cursos. Esses clubes podem ser classificados de acordo com suas características em termos de espaços, ou seja, clube de campo ou urbano. O que difere é que os clubes de campo geralmente se localizam fora da cidade e têm amplas áreas verdes, além dos outros espaços, como quadras e ginásios poliesportivos, campos de futebol, piscinas, salas de ginástica, salões de festa, playgrounds, saunas, entre outros. “As dimensões desses clubes e o que eles disponibilizam de espaços e equipamentos de lazer para os associados são variados” (RIBEIRO, 2004, p. 95).

b) Clubes com finalidades lucrativas: são aqueles que apresentam a seguinte característica: “uma administração voltada para o lucro, podem ser mantidos por meio de mensalidades, ou pela cobrança de ingressos na entrada” (RIBEIRO, 2004, p. 95). Pode-se citar alguns exemplos de clubes com finalidades lucrativas, como “os clubes recreativos urbanos, os clubes de campo, os clubes aquáticos, os clubes de vela e os iates clubes” (CAMARGO, 1998, p. 48).

Mesmo considerando que a participação na vida do clube é restritiva a uma parcela da sociedade que tem condições financeiras de tornar-se associado, é preciso admitir que ela amplia qualitativamente e quantitativamente as oportunidades de lazer para além das estruturas públicas disponíveis à sociedade. A figura dos clubes surge, portanto, como uma possibilidade de complementar os espaços de convivência dos grandes centros urbanos e as práticas de lazer com materiais e serviços oferecidos como eventos artísticos, festas comemorativas, bailes, campeonatos e outros.

De acordo com Capi (2006), essas instituições podem promover as atividades de lazer numa perspectiva mais ampliada, principalmente no que se refere à diversificação dos conteúdos culturais do lazer, superando a prática das atividades físico-esportivas, artísticas e sociais, atingindo sem restrição os demais conteúdos culturais do lazer”.

Na cidade de Pelotas, os ambientes de associação recreativa e cultural começaram a ser organizados no início da década de 1850. Período, pós Revolução Farroupilha, onde essa urbe gaúcha voltou a desenvolver-se economicamente em virtude do charque, da criação de casas comerciais e das indústrias complementares à atividade saladeril. Impulsionado por isso, Pelotas passou a preocupar-se com a melhoria dos seus espaços urbanos, aprimorando os serviços de infraestrutura, visando, assim, transformar “a cidade em um lugar mais aprazível para se viver” (MULLER, 2010, p.62).

Isso tudo ainda causou uma dinamização da vida sociocultural entre a população pelotense. Novos espaços de convivência e entretenimento floresceram na cidade. Animou-se a interação pública desta urbe na segunda metade do século XIX²⁸, e isso era o “resultado do desejo da elite de se encontrar [...] pois ela buscava cada vez mais os encontros públicos nas ruas e Praças, assim como em novos lugares privados, destinados a socialização fora do circuito familiar” (MULLER, 2010, p.64-65).

Ao longo da primeira metade do século XX, clubes e associações recreativas e culturais de natureza diversificada, continuaram a florescer no município de Pelotas. Como já foi mencionado, a composição desses espaços de sociabilidade e lazer podiam respeitar critérios étnicos, ou seja, formavam-se entidades que congregavam cada uma das etnias existentes na cidade, como a portuguesa, italiana, alemã, francesa e negra.

Um exemplo disso é o Clube Centro Português 1º Dezembro que foi fundado em 24 de janeiro de 1926. Sua constituição partiu da união de duas entidades portuguesas que haviam na cidade: o Congresso Português de 1º de Dezembro e o Grêmio Republicano Português.

Para além dessa perspectiva étnico-cultural, Pelotas viu surgir espaços clubísticos amplamente direcionados a atender as camadas mais abastadas da cidade como é o caso do Clube Brilhante (fundado em 12 de março de 1911), Dunas Clube (criado em 15 de julho de 1955) e o Clube Diamantinos (inaugurado

²⁸ Para saber mais sobre os clubes sociais no século XIX em Pelotas, ver: LONER, Beatriz Ana. **Pelotas se diverte: Clubes recreativos e culturais do século XIX**. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/view/11801/7532>

em 5 de Fevereiro de 1908). Ambos continuam em pleno funcionamento, congregando um número expressivo de associados ligados a classe médica, autoridades públicas, operadores de segurança pública, professores universitários, advogados, engenheiros, empresários e outros membros detentores de alto poder aquisitivo, e dispostos a pagar pelo que há de mais moderno em termos de lazer, entretenimento e desporto.

Entre os anos de 1920 e 1950, além dos espaços associativos mais elitistas, ganhou força na cidade de Pelotas, os clubes vinculados à classe trabalhadora e clubes carnavalescos organizados pela comunidade negra. Clubes como: o Depois da Chuva (1917), O quem Ri de nós tem paixão (1921); o Chove não molha (1919), Fica aí para ir dizendo (1921), marcaram o auge da história do entretenimento carnavalesco no município (LONER; GILL, v.35, nº1, Sd).

Sendo assim, concorda-se com Tanno (2011) quando diz que a importância dos clubes recreativos como espaços de convivência, de redefinição de identidades, de oportunidades para o exercício da amizade, de extensão da rede de relações e poder, é passível de ser observada não somente entre as elites, mas também em meio as pessoas de outras categorias sociais mais populares e menos abastadas. Portanto, os clubes figuram como instituições informais, espalhadas pelas inúmeras cidades do país, congregando pessoas de diferentes status social e étnico, desde o final do século XIX até os dias de hoje.

Trazendo uma visão mais ampla sobre este tipo de espaço de sociabilidade, Camargo e Silva (2008) afirmam que os clubes podem ser considerados, na sua forma de concepção, uma manifestação democrática de participação popular, pois, enquanto representatividade social é o resultado da vontade de grupos de interesses atendendo diferentes segmentos da sociedade, seja originária de grupos de imigrantes, de elites da sociedade, de classes trabalhadoras, iniciativa pública ou empreendimentos privados. Esse formato espacial de socialização, característico da vida urbana, consegue atingir grande parcela da população brasileira em todo o território nacional.

Por fim, ao refletir sobre o que de fato são os clubes sociais/recreativos, os mesmos autores explicam que eles podem ser considerados como

instituições, espaços privados, formalmente constituídos, planejados, construídos e destinados especificamente para a prática do lazer, seja por meio de atividades esportivas, artísticas ou outras formas de manifestação da cultura que independente dos objetivos dos usuários, como estéticos, terapêuticos, relaxamento e ou divertimento, “eles são buscados na esperança de atender expectativas, anseios de públicos diversos, que dedicam tempo e investimentos para desfrutarem de momentos livres junto a práticas economicamente não produtivas” (CAMARGO; SILVA, 2008, p.15).

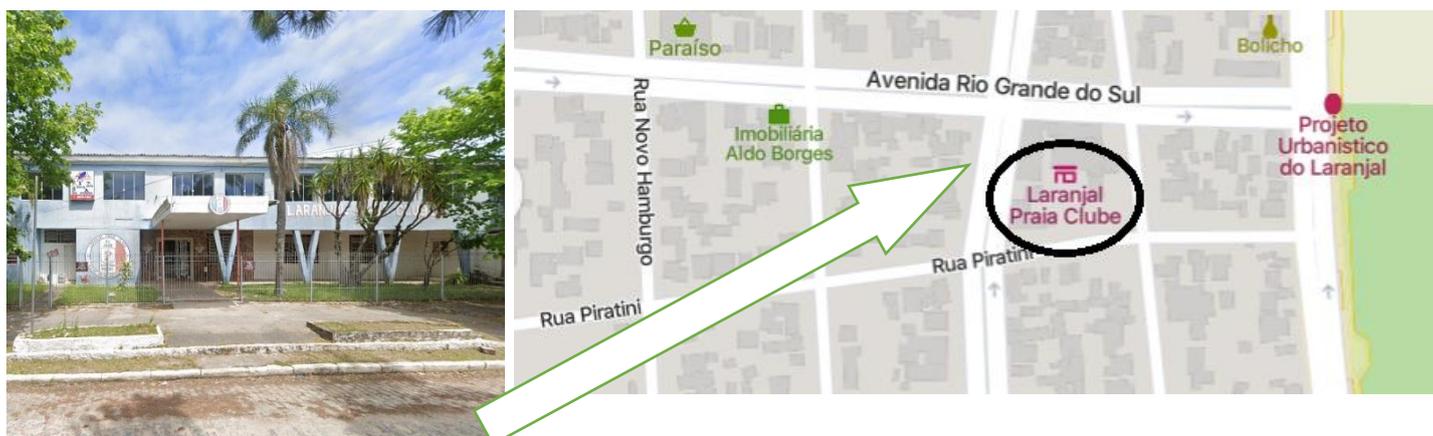
3.1.1. Laranjal Praia Clube: tempos áureos, tempos de sobrevivência

Como foi visto no capítulo anterior, o projeto de edificação do primeiro Balneário na cidade de Pelotas, contava com inúmeras propostas de atrativos para os seus futuros frequentadores e moradores. Antônio Augusto Assumpção Jr. e outros empreendedores envolvidos na construção do Balneário Santo Antônio chegaram a articular esforços para a inauguração de um hotel-cassino aos moldes daqueles existentes nos movimentados balneários uruguaios, nascidos nas primeiras décadas do século XX.

Proibidos os jogos de azar no Brasil em 1946, acabou que esta ideia desmoronou como um castelo de areia. Para suprir a carência de um espaço seleta, capaz de fornecer entretenimento e interação a elite pelotense, emergiu como solução a edificação de um clube social, nas proximidades da orla do Balneário Santo Antônio.

Após uma reunião entre um grupo de proprietários residentes no Balneário e Antônio Augusto Assumpção Jr., finalmente decidiu-se pela fundação do Laranjal Praia Clube, ocorrida no dia 26 de Fevereiro de 1954, cujo prédio encontra-se situado na avenida Rio Grande do Sul, nº 129.

Figura 24 – Prédio Sede do Laranjal Praia Clube com a sua respectiva localização. (2022).



Fonte: Imagens obtidas em: <https://mapcarta.com/pt/W485963730>. Acessado em: 13/03/2022.

Em 15 de Junho de 1954, na sede do Esporte Clube Pelotas, ocorreu uma reunião para aprovação do estatuto do Laranjal Praia Clube, assim como a escolha da primeira diretoria que seria responsável pela gestão da mesma instituição. A chapa oficial²⁹ apresentada foi prontamente aclamada em virtude de não haver outra disposta a concorrer.

A respeito da inauguração deste clube, o jornal Diário Popular noticiou o seguinte texto

A noite do último sábado, após a solenidade de inauguração da Avenida Dr. Antônio Augusto Assumpção que se realizou às 17h30min foi inaugurada oficialmente a sede provisória do Laranjal Praia Clube, tendo sido para esse fim utilizado o prédio onde funciona o restaurante Miramar. Agora artisticamente ornamentado, com enfeites alusivos à presente época de um fim de ano e com novas adaptações, aquele prédio oferece um ambiente de distinção e conforto aos seus associados do Laranjal Praia Clube. Inaugurada sua sede social provisória, aquele clube levou a efeito na noite de sábado um animado baile, que se constituiu não só numa exitosa abertura da temporada balneária, como também numa realização que veio

²⁹ A composição da equipe diretiva do clube, a saber, foi: Presidente: Dr. Antônio Augusto de Assumpção Júnior; 1º Vice Presidente: Manoel da Silva Palmeira; 2º Vice Presidente: Osvaldo Carpena; 1º secretário: Adir Cunha; 2º Secretário: Lindolfo Wrege; 1º Tesoureiro: Abrahão Nudilemon; 2º Tesoureiro: Mário Orlandi; Diretor de Patrimônio: Emílio Hauser; Diretores Sociais: José Francisco Dias da Costa Filho e Manoel Tavares Gravato; Diretores Esportivos: Prof. Rafael Alves Caldeira e Carlos Soares Alt; Suplentes da Diretoria: Adolfo Aranalde, Dr. João Feliciano Xavier, Dr. João Rouget Perez, Mário Passos, Nelson Guido e Rocco Ponzi Filho; Conselho Fiscal: Adolfo Fetter, Dr. João José Corrêa da Silva e Victorino Patzer; Suplentes do Conselho Fiscal: Junius Brutus Barcelos, Paulo Vignolo Silveira e Theodoro Muller.

comprovar o espírito empreendedor e a capacidade de trabalho da atual diretoria daquela sociedade. Dessa forma, Pelotas que sempre se distinguiu pela fidalguia do seu mundo social conta com mais um clube à altura de suas tradições de cidade que sempre zelou pela cultura de sua gente e pelo aprimoramento de sua sociedade (DIÁRIO POPULAR, 16 de Junho de 1954, p.10).

Assim, este espaço passou a ofertar, principalmente nas temporadas de veraneio, uma série de atividades para os seus associados, em sua maioria, autoridades públicas, empresários, militares, etc. Ou seja, atores sociais pertencentes à “nobre fidalguia pelotense”, como sugere o fragmento noticioso acima, que procuravam auto segregar-se do restante das camadas populares que frequentavam a beira da Lagoa.

Ruas (2012) salienta que, estranhamente, o clube, situado em praia, construiu uma piscina em suas dependências visando atender a demanda de banho de seus frequentadores. Segundo a autora, tal medida provavelmente estivesse ligada às problemáticas condições de balneabilidade da Lagoa que, desde os anos de 1948, já eram responsáveis por provocar problemas de saúde aos banhistas da região. Assim, “os dirigentes do clube, sabedores dessa situação, queriam oferecer bem estar e segurança à saúde dos seus seletos banhistas” (RUAS, 2012, p.134).

O Laranjal Praia Clube atingiu tamanha notoriedade e prestígio que passou a ter seu próprio espaço semanal nas publicações jornalísticas da época. Concursos de beleza, desfiles a moda praia e campeonatos de pesca são exemplos de atividades sociais do clube que ocupavam as páginas dos periódicos noticiosos de Pelotas.

GRANDIOSO DESFILE EM TRAJES DE PRAIA NO LARANJAL PRAIA CLUBE, ABRINDO A TEMPORADA

Dando início à temporada de verão deste ano, o laranjal praia clube fará realizar no próximo sábado, dia 23, com início às 22:30 horas, em sua sede social no balneário santo Antônio no laranjal, o seu tradicional baile de abertura com um grandioso desfile de modas de praia. Na passarela armada no salão de festas desse conceituado clube praiano, desfilarão garotas de nossa sociedade, entre elas, a simpática amazonense Inês Schneider, que ora nos visita e veraneia na lagoa dos patos, na residência do sr Luís Carlos André pereira. Inês é uma garota de

traquejo em desfiles dessa natureza, pois já têm diversas vezes passado nas passarelas da capital de São Paulo, porto alegre e outras grandes capitais. Alda Regina Fetter, a sempre atraente miss kennel clube, uma formosa e rara beleza de nossa sociedade. Regina King, com sua elegantíssimo porte, outras garotas estarão na passarela, colaborando com os diretores do laranjal, para que sua festa de abertura seja coroada de êxito. Marlene Brizolara Azevedo estará de anfitriã pois é a representante da beleza da lagoa. Já adquiriram mesas para este lindo dia à beira da lagoa os seguintes casais: Edmar Fetter, Hugo Lang, Adyr Cunha, Walther Miguens, Olinto Polidori, dr. José Luiz Rohnelt, entre outros (DIÁRIO POPULAR, 19 de Dezembro de 1964, p.06).

É nítido que o convite, enfatizando sobrenomes e personalidades da cidade, por mais que tenha sido publicado por um veículo de comunicação dirigido a toda população pelotense, no fundo, estava mais interessado em atrair setores da elite do município.

Figura 25 - Membros da elite Pelotense marcando presença em um concurso de beleza, ocorrido na década de 1970, no Laranjal Praia Clube.



Fonte: Setor de Documentação do Clube.

Além da consulta as fontes orais, o documento fotográfico igualmente permite interpretar que os eventos promovidos no Laranjal Praia Clube eram ocasiões onde damas e cavalheiros da elite gaúcha tinham a oportunidade de socializar e articular interesses múltiplos, na espontaneidade festiva aqui ali se desenhava. Para Tanno (2011), a presença da elite em eventos clubísticos

dessa natureza vão para além do interesse por diversão, sendo mais plausível compreendê-los, também, como “um momento privilegiado para discussões políticas, articulações matrimoniais, realização de negócios e outras formas de manutenção e ampliação das relações de poder” (TANNO, 2011, p.11).

No início da década de 1960, o Laranjal Praia Clube ainda ganhou certa notoriedade internacional ao revelar, através do seus palcos, a beleza de Vera Maria Brauner Menezes. No auge dos seus 23 anos, a jovem gaúcha, além de conquistar o Miss Pelotas, sagrou-se vencedora do Miss Rio Grande do Sul. Em 1961, após a renúncia da campeã do título de Miss Brasil, a mineira Stael Maria da Rocha, Vera também torna-se Miss a nível nacional.

No mesmo ano, ela ainda ficou com o segundo lugar no maior concurso de beleza da época, o Miss Beleza Internacional (o que corresponderia hoje ao Miss Universo). De acordo com Felipe Gertum, amigo próximo da família de Vera, “a mesma ainda foi convidada a ir para os Estados Unidos para seguir a carreira de atriz, mas acabou declinando da proposta para ficar mais próxima da família” (GERTUM, 2022).

Figura 26 - A jovem modelo Vera Brauner sendo ovacionada em um desfile de carro aberto pelas ruas de Pelotas.



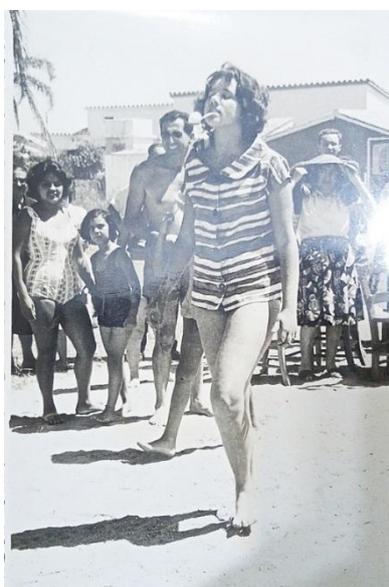
Fonte: Disponível em: www.jornal do laranjal.com/facebook (1962). Acessado em: 03/10/2022.

Nascido no Balneário Santo Antônio, Luiz Paiva Carapeto, professor aposentado de 72 anos, narra as suas experiências juvenis junto ao Laranjal Praia Clube

A gente costumava andar em uma turma de uns 10 a 12 guris. Era todo mundo amigo e andava pelos mesmos “lados” [...] De ir à festa e tal eu me lembro muito em frequentar mais o LPC. A gente ia para o clube no fim da tarde, e lá tinha cinema, peças de teatro, tinha brincadeiras, as festas de boate na parte superior do clube. Então era o ambiente que a gente convivia mais com gente da nossa faixa de idade (CARAPETO, 2022).

Questionado sobre quem era o público frequentador do Laranjal Praia Clube, e se havia alguma espécie de interação social entre as populações advindas de outros balneários junto a essa instituição, o sr. Luiz Carapeto enfatiza que as pessoas que iam ao clube eram, na sua maioria, famílias associadas que veraneavam no Santo Antônio, e que não faziam questão de procurar outro lugar. “Uma vez escutei meu pai dizendo para minha tia que só ia ao Laranjal Praia Clube, pois lá tinha tudo: churrascos, campeonatos de futebol de salão, gincanas, passeios ciclísticos e campeonatos de pesca. Tudo que a família gostava” (CARAPETO, 2022).

Figura 27 - Uma jovem associada participando da gincana do Laranjal Praia Clube



Fonte: Setor de Documentação do Clube (1981).

Ao analisar a documentação fotográfica, percebe-se que uma das estratégias adotadas pela instituição para atrair e fidelizar o seu contingente de associados era a promoção de lazer e entretenimento dirigida ao público jovem das famílias que ali estavam se vinculando. Espantar o ócio juvenil e garantir o

sossego e lazer dos adultos, em outras atividades, parece ter sido algo bem explorado pelo clube.

Figura 28 - Registro de um competidor do concurso de pesca, promovido pelo Laranjal Praia Clube, exibindo o seu peixe.



Fonte: Setor de Documentação do Clube (1983).

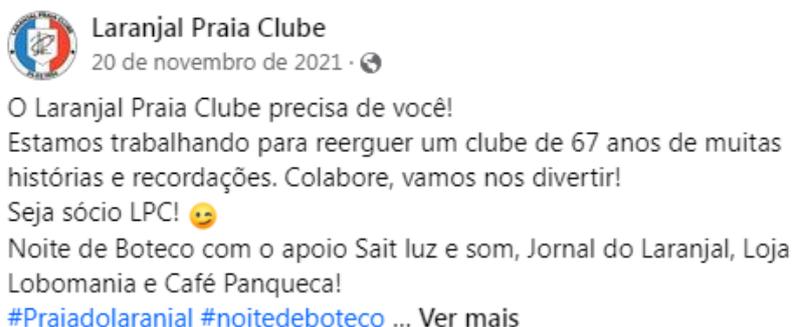
Além do que demonstra a fotografia, sabe-se que o Laranjal Praia Clube também tinha o costume de promover este tipo de concurso, incluindo o público feminino. “No próximo domingo, dia 6, o Laranjal Praia Clube tem o prazer de convidar as digníssimas mulheres de Pelotas a pegarem as suas varas de pesca, e virem prestigiar o 3º concurso de pesca esportiva na Praia do Laranjal” (DIÁRIO DA MANHÃ, 12 de Janeiro de 1989, p.10). Assim, homens e mulheres tinham a oportunidade de conectarem-se a Lagoa dos Patos através de competições esportivas de pesca que acirravam, de forma saudável, a disputa entre os sexos opostos na orla da praia. O ápice de toda essa sociabilidade e lazer em torno do clube parece ter ocorrido, de fato, na segunda metade do século XX.

Oduvaldo Garcia, de 72 anos, antigo tesoureiro e colaborador do Laranjal Praia Clube, estima que no fim da década de 1970 e início dos anos 1980, o clube contava com aproximadamente 520 a 670 pessoas associadas. “Digo esses números para ti (entrevistador) porque eu era uma das pessoas que ajudavam a preencher os títulos de propriedade e a organizar os dados dos

associados nos gavetões que ficavam na sala da diretoria do clube (GARCIA, 2022)”.

Nos dias de hoje, o Laranjal Praia Clube ainda mantém-se em funcionamento, porém muito longe daquilo que foi no passado. De acordo com a equipe gestora do clube, o número de indivíduos associados atualmente a instituição é de 34 pessoas. Além desse ínfimo contingente de sócios, o clube ainda teve que lidar com as consequências da pandemia de COVID 19. Seguindo as determinações impostas pela secretaria municipal de saúde, a instituição, por um algum tempo, viu-se impossibilitada de realizar qualquer evento social. Fato que acabou atingindo frontalmente as suas finanças do clube, tornando difícil até mesmo honrar com as contas básicas da instituição, como água, luz e serviço de telefonia.

Figura 29 - Publicação expondo a tentativa de manter o Laranjal Praia Clube em funcionamento, através da promoção de eventos.



Fonte: Disponível em: www.laranjal.praia.clube.com/ Facebook (2021). Acessado em: 23/11/2021

Assim, o Laranjal Praia Clube é o único clube social na Praia do Laranjal que ainda sobrevive e mantém as suas portas abertas. Desde 2015, a gestão do clube adotou como estratégia o aluguel do espaço da instituição a outras atividades particulares como: festas de aniversário, formaturas, jantares e bailes dançantes, e até mesmo o seu 2º andar para o funcionamento de uma academia que atende os moradores fixos do Balneário Santo Antônio e Valverde.

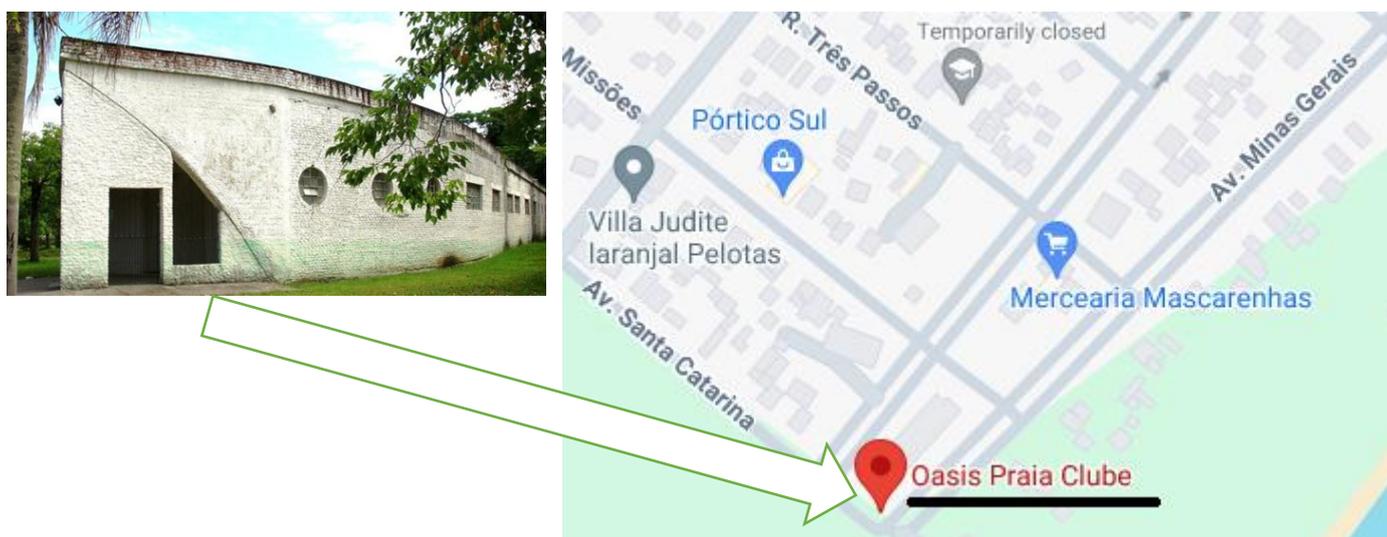
É importante dizer que existem um conjunto de aspectos que podem ser os responsáveis pelo franco declínio e falência dos clubes sociais não só nos balneários do Laranjal, mas em outras instituições de mesma natureza,

espalhados pelo Brasil. Sendo assim, na sequência, além de escrever sobre os tempos áureos do Valverde e Oásis Praia Clube, dar-se-á a devida atenção a esses fatores que, juntos, estão colocando um ponto final drástico na história social de muitos clubes na contemporaneidade.

3.1.2. Oásis e Valverde Praia Clube: Da ascensão a falência

Com sede no Balneário dos Prazeres, em 18 de Agosto de 1958, a comunidade pelotense via nascer mais um clube social, recreativo e beneficente na orla da Praia do Laranjal – O Oásis Praia Clube.

Figura 30: Prédio Sede do Oásis Praia Clube com a sua respectiva localização (2022).



Fonte: Imagens obtidas em <https://www.google.com/maps/place/oasis+praia+club> Acessado em: 25/05/2022

Diferente de tudo que havia sido inaugurado na Praia do Laranjal, o Oásis Praia Clube ganhou os holofotes da época pelo seu arrochado desenho arquitetônico e decorativo em formato de navio. A frente desse ousado projeto esteve a figura de Adail Bento Costa, professor e pintor de renome no cenário artístico-cultural de Pelotas. Pelo seu tamanho e design, as obras de edificação do clube “duraram aproximadamente um ano e meio, quase dois”, conforme relatou o senhor Valdir Oliveira (in memorian), ex-presidente do Clube e morador do Balneário dos Prazeres a mais de 30 anos.

Figura 31 - Quadro exposto na parede do Clube, contendo a imagem do projeto de fachada do Oásis Praia Clube.



Fonte: Autor (2022)

Conforme consta nos registros documentais da instituição, a construção do Oásis Praia Clube enfrentou dificuldades financeiras durante a sua execução, tendo, inclusive, que apelar inúmeras vezes a solidariedade da comunidade local, que ofertou valores em dinheiro para que fosse possível a finalização do prédio sede do clube. Membros da família Assumpção e empresários que tinham estabelecimentos no Laranjal, foram os principais benfeitores no que concerne à recursos financeiros destinados ao Oásis Praia Clube. Além deles, a documentação disponível no clube demonstra que os moradores do Balneário dos Prazeres também contribuíram para o andamento da obra, doando valores um pouco menores em comparação aos grupos da elite, com maior poder aquisitivo.

Em 17 de Abril de 1959, no cartório de Registros Especiais e de Protestos de Pelotas, o Oásis Praia Clube deixa certificado o seu estatuto. A seguir, dois, dos dez capítulos constantes no documento original, que oferecem uma perspectiva, tanto dos objetivos da instituição, como a tipologia dos sócios que a compõem.

Capítulo 1 – Da Sociedade e seus objetivos

Art1 – O Oásis Praia Clube é uma sociedade de fins não econômicos, meramente recreativa, cultural e beneficente, pugnando pela difusão das tradições rio-grandenses. Proporcionará aos sócios reuniões, serões, leituras, jogos lícitos,

bailes, esportes e diversões várias. Para assegurar a harmonia social, prescreve o partidatismo político e religioso.

Art 3 – É representado, ativa e passivamente, pelo presidente, secretário e tesoureiro.

Art 4 – Os sócios não terão responsabilidade subsidiária nos compromissos assumidos pela sociedade.

Art 6 – O clube comemora, sempre que possível, as seguintes datas: a) 1º de Janeiro (Confraternização Universal); b) Carnaval (Prévias Carnavalescas); c) São João (A festa de S. João estará a cargo do Departamento Regionalista, que aproveitará a oportunidade para a difusão do folclore regional); d) Aniversário do Clube (18 de Agosto – sessão solene); e) Primavera; f) Festividades Natalinas.

Capítulo 2 – Dos sócios

Art 7 – Haverá 7 (sete) classes de sócios:

- 1- Fundadores;
- 2- Beneméritos;
- 3- Jubilados;
- 4- Remidos;
- 5- Sócio Proprietário – Contribuinte
- 6- Especiais
- 7- Sócio Proprietários

(ESTATUTO DO OÁSIS PRAIA CLUBE, 1958, p.02)

Ao entrevistar o Sr. Paulo Roberto Ferraz, servidor público estadual, de 59 anos, e residente no Balneário dos Prazeres desde a infância, o mesmo faz questão de narrar as suas memórias de convívio junto ao Oásis Praia Clube, nas décadas de 1980 e 1990. Questionado sobre as festividades do clube, afirma que:

As festas eram boas, movimentava bastante pessoas. Tinha uns eventos que ocorriam no inverno, mas a maioria deles era no verão. Lembro que tinha o baile do Chopp, baile de carnaval, os desfiles para eleger as rainhas do clube, etc. Sempre houve um bom número de eventos (FERRAZ, 2022).

A Sra. Isabel Cristina Resende, comerciante no Balneário dos Prazeres, também vivenciou o clube de perto quando participou da gestão de 1984 como tesoureira. Assim como seu conterrâneo, o Sr. Paulo, a Sra. Isabel relembram, com admiração, os excelentes presidentes que estiveram à frente da instituição. Em suas palavras, “eles (os presidentes) sempre tiveram competência para representar o clube perante aos outros clubes que existiam na cidade”. Acerca

da sociabilidade e das diversas formas de entretenimento em torno do Oásis Praia Clube, a entrevistada ainda afirma que

As melhores festas eram do Oásis. Era baile de carnaval; festa do Chopp; discoteca para juventude dançar; bailes gauchescos; escolha da corte do clube. Teve um ano que a gente teve até uma menina representando o clube no desfile do Garota Verão. A cabana do Pai Tomás fazia parte do clube. Então ali era arrendado, usava-se o espaço para acampamento onde os sócios podiam usufruir. Aí se tinha algum lucro com esse terreno.

[...] as pessoas que frequentavam o clube para socializar, dar risada, falar besteiras e namorar nas festas, eram na maioria daqui mesmo (Balneário dos Prazeres). Gente simples, sem muita frescura. Até tinha a gente da família Ottoni que tinha uma boa condição financeira e tal, mas eram pessoas muito gentis e que gostavam do clube (REZENDE, 2022).

A narrativa da comerciante suscita um aspecto importante a considerar que é a socialização e trânsito de pessoas entre os diferentes balneários, nos eventos promovidos pelos seus respectivos clubes. Ao examinar as narrativas orais, nota-se a existência de uma espécie de segregação socioespacial³⁰ entre essas estações balneares. As expressões gestuais vacilantes e a utilização de um vocabulário velado e preocupado com o “politicamente correto”, revelam desconforto e insegurança, na maioria dos entrevistados, quando o assunto se direcionava às relações de sociabilidade entre os três balneários. Para não generalizar, é preciso dizer que alguns depoentes, ao reconstruir suas memórias sobre este tema, acabaram assumindo uma conduta racista ao representar o espaço do Balneário dos Prazeres³¹.

Usando palavras distintas, mas com o mesmo teor informativo, tanto Paulo, como Isabel, são categóricos em dizer que: “Nós (moradores do Balneário dos Prazeres) íamos lá festejar e confraternizar com eles (Santo Antônio e Valverde), eles nunca vinham até aqui”. Isabel chega a dizer, em uma parte de sua entrevista, o seguinte: “Tu (entrevistador) sabes não é? Tem uma

³⁰ Para este trabalho, considerar-se-á segregação socioespacial como a separação intencional no espaço da população por classes de renda, raça, etnia, religião, ocupação socioprofissional, entre outras variáveis capazes de operar a exclusão social e a discriminação.

³¹ Ao entrevistar um comerciante, oriundo do Balneário Santo Antônio, percebeu-se que o mesmo, ao se referir sobre o Balneário dos Prazeres, utilizava-se constantemente do termo “planeta dos macacos”, para representar de forma pejorativa e preconceituosa os habitantes desta parte da orla do Laranjal.

discriminação, não explícita, aquela dita na “nossa cara”, mas tem!” (REZENDE, 2022).

Se a população residente do Balneário dos Prazeres, frequentadora do Oásis Praia Clube, era vista com menosprezo, a premissa reversa também parece ser verdadeira. A mesma Sra. Isabel, no meio de sua narrativa, refere-se à região dos Balneários Santo Antônio e Valverde como sendo o “resort dos ricos”, revelando uma certa aversão aos grupos sociais habitantes e frequentadores dessa área da praia.

Isto posto, Ribeiro (2007) explica que este tipo de segregação socioespacial está intimamente ligada a acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente, com forte relação com os processos de segmentação socioterritorial em curso, que separam, por um lado, as classes e grupos sociais em espaço de riqueza e acúmulo e, por outro, espaços de concentração da população vivendo processos concomitantes de exclusão social.

Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu (2012), essas distâncias espaciais evidenciam afastamentos sociais, principalmente quando considera-se a localização dos grupos sociais em diferentes setores no espaço social conforme etnia, cultura, raça e situação econômica. Bueno (2001), por sua vez, compreende que a segregação está relacionada a:

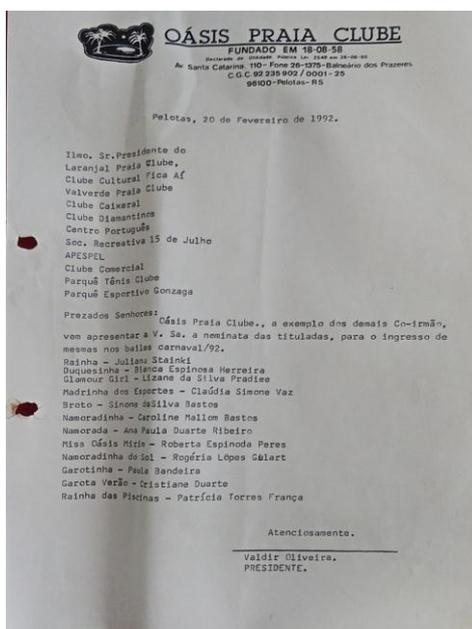
Gostos e conveniências pessoais, interesses vocacionais e econômicos que tendem infalivelmente a segregar e, por conseguinte, a classificar as populações das grandes cidades (...) Os processos de segregação estabelecem distâncias morais que se tocam, mas não se interpenetram. (BUENO, 2001, p.259).

No Laranjal, esse tipo de segregação parece ter se naturalizado entre os habitantes de Pelotas. Como foi dito no início deste trabalho, não parece haver entre os cidadãos do município, sejam eles moradores ou frequentadores habituais da praia, qualquer constrangimento em dizer que a Praia do Laranjal distingue-se completamente do “barro duro” (Balneário dos Prazeres), entendido como algo à parte, isto é, uma outra “coisa” não pertence a identidade coletiva da praia. Assim sendo, é importante dizer que este tipo de segregação

socioespacial, existente entre os Balneários do Laranjal, afetou (e afeta ainda hoje) em diferentes níveis, os espaços de sociabilidade e lazer que se encontram historicamente inseridos nessas áreas. Nos clubes sociais, por exemplo, tal situação se mostrou mais latente, bem diferente do que ocorreu no cenário das competições desportivas, onde, de fato, há indícios de maior socialização entre os balneários em questão. Algo que será visto a seguir.

Por mais que entrevistados, vinculados ao Santo Antônio e Valverde, tenham relatado que havia sim um constante trânsito e participação em festividades promovidas no Oásis Praia Clube, não encontrou-se nenhuma documentação fotográfica, jornalística ou fonte oral que, minimamente, sinalize sobre essa efetiva socialização entre o corpo de associados e frequentadores destes clubes. No entanto, entre as equipes diretivas dos clubes, as fontes consultadas indicam sim a existência de uma interação cordial, baseada em trocas de correspondências administrativas, onde as instituições convidavam as suas “co-irmãs” a prestigiarem os seus respectivos eventos festivos e celebrações sociais.

Figura 32 - Documento, produzido pelo Oásis Praia Clube, comunicando os Clubes de Pelotas sobre a corte feminina escolhida para representar a instituição no verão de 1992.

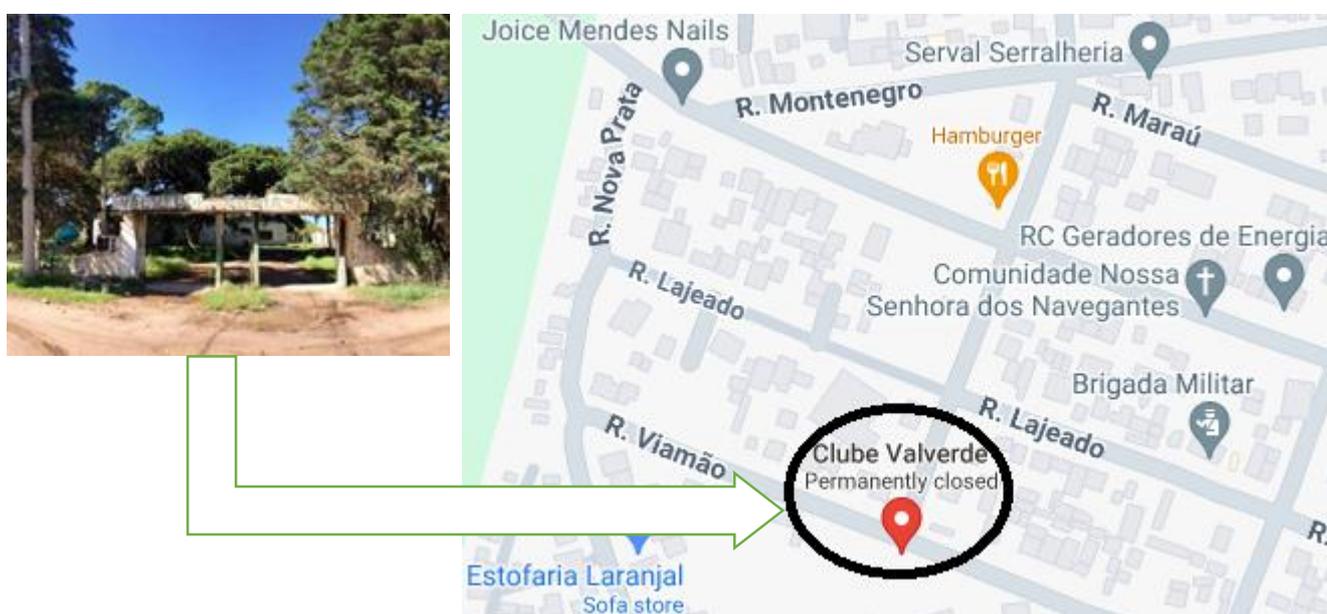


Fonte: Núcleo de documentação do Clube (1992).

O documento fotográfico evidencia algo que era de praxe entre os clubes da época, sinalizar os sujeitos que iriam compor a sua corte na respectiva temporada de verão. Atendendo às solicitações feitas pelas equipes gestoras dos clubes, as cortes femininas do Oásis Praia Clube, seguidamente realizavam aparições pontuais, abrilhantando ainda mais os eventos organizados por essas instituições vizinhas ao Balneário dos Prazeres.

Completando o rol de clubes sociais e desportivos na orla do Laranjal está o Valverde Praia Clube, situado na Rua Viamão 314, no Balneário Valverde.

Figura 33: Prédio do Valverde Praia Clube com a sua respectiva localização (2022).



Fonte: Imagens obtidas em: <https://www.google.com/maps/valverde+praia+clube> Acessado em: 08/07/2022.

Fundado no dia 31 de janeiro de 1963, a edificação desta instituição é fruto das articulações empreendidas entre a comunidade de veranistas e moradores da região e o poder público municipal da época. Além desses, a empresa loteadora do próprio balneário também participou dos esforços em prol da construção do clube.

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e três, nos escritórios da firma Artur A. de Assumpção

e Cia Ltda. – concessionária da vila residencial balneário Valverde, sítios à rua General Neto nº 300, nesta cidade de Pelotas – Estado do Rio Grande do Sul, reuniram-se diversos veranistas e amigos do citado balneário, com a finalidade de fundar um clube social e esportivo na aprazível localidade denominada “Valverde” localizada às margens da Lagoa dos Patos, no município de Pelotas [...] o Senhor Presidente levou ao conhecimento dos presentes, da palestra mantida com o Sr. Dr. João Carlos Gastal, prefeito municipal e da qual resultou que o mesmo aconselhou que a firma loteadora entrasse com requerimento na Prefeitura solicitando a permuta do terreno pretendido pelo clube para a construção de sua sede local este destinado a área verde do loteamento na planta registrada na prefeitura, por outro terreno existente nas proximidades deste e cujas medidas se equivalessse. Informou também o Sr. Presidente que manteve conversação com os proprietários do balneário ficando estes de pleno acordo em fazer requerimento prontificando-se desde já em aceitar como pagamento do terreno cedido ao clube, 20 títulos de sócio proprietário do mesmo. Após ouvir a explanação do Senhor Presidente, acharam os presentes que a solução encontrada era das melhores, sendo aprovada por unanimidade inclusive no que diz respeito a modalidade de pagamento do terreno. (TRANSCRIÇÃO PARCIAL DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE FUNDAÇÃO DO VALVERDE PRAIA CLUBE. 1963, p.01.)

Felipe Assumpção Gertum recorda que seu pai, Jorge Ivan da Costa Gertum e seu tio José Marcos Leite Magalhães, “participaram ativamente da fundação, e depois mantiveram-se atuantes em tudo o que dizia respeito ao clube”. Segundo o depoente, “papai tinha lá suas paixões pelo clube, [...] fez muito por aquele lugar. Mais do que muito governante da nossa cidade” (GERTUM, 2022). Em se tratando de uma narrativa auto referencial sobre a figura de seu pai, é natural que haja uma valorização excessiva do sujeito mencionando tendo em vista o vínculo afetivo. Assim, vale aqui tecer uma ressalva importante que é: Por mais atuante que possa ter sido Jorge Ivan da Costa Gertum, o fato é que a fundação do Valverde Praia Clube efetivamente se deu pela força de mobilização exercida pela coletividade que orbitava sobre aquela localidade balnear. Pois como diz um velho ditado: “uma andorinha só não faz o verão”

Figura 34 - Foto da antiga sede do Valverde Praia Clube (1975)



Fonte: Acervo INBRAJA

Assim como em outros clubes situados na orla do Laranjal, pode-se dizer que o Valverde Praia Clube também foi uma instituição social que apostou na diversidade de eventos e atividades recreativas para atrair associados e frequentadores da praia. A respeito das festividades ocorridas neste clube, João Carlos da Silva Gomes, de 71 anos de idade, corretor de imóveis, e frequentador antigo do clube, relembra que

Eram momentos efervescentes, de muita alegria, descontração e xavecos, como a gurizada gosta de dizer (risos). Para você ter uma ideia, eu conheci a minha esposa em um baile de carnaval desses que ocorria lá no Valverde Praia Clube. Isso que estou te dizendo foi por volta de 1988 a 1990. Por aí mais ou menos.

[...] Tinha umas festas estilo boate que quem ia era só a juventude da época. Então criavam a “noite do agogô”, a “noite da seresta”, tinha o “venha diferente”, que era um baile que tinha que ir fantasiado, e uns jurados lá escolhiam que era o mais esquisito da festa (risos) (GOMES, 2021).

Se a vida festiva do clube marcou uma geração que socializou em seu entorno, as atividades desportivas desta instituição igualmente tornaram-se uma referência de lazer no interior da história social do clube. Futebol de sete, voleibol, tênis, basquete e boxa foram modalidades que fizeram parte do entretenimento físico dos associados.

Figura 35 - Associados recebendo o troféu de 1º lugar no torneio de Futebol de sete, promovido pelo clube, em 1981.



Fonte: Acervo particular de Felipe Assumpção Gertum.

Agora, nenhuma dessas atividades mencionadas ganhou tanta adesão e notoriedade como a pesca esportiva³². Claudio Montanelli, de 69 anos, superintendente da secretaria de urbanismo de Pelotas, morador do Balneário Valverde, rememora que

Nos anos 80 e 90 (do século XX) o Valverde Praia Clube foi responsável por sediar muitos torneios estaduais, nacionais e principalmente internacionais de pesca. Participavam pescadores Uruguaios, Argentinos, Chilenos e Paraguaiois. Enfim, vinham pessoas de toda essa redondeza da parte mais ao sul da América (MONTANELLI, 2019).

Foi a partir do crescimento e popularização da pesca, como prática desportiva, que um grande grupo de sócios, frequentadores e moradores articularam-se perante o Valverde Praia Clube, reivindicando um local apropriado para “atirarem os suas linhas” sossegadamente no interior da Lagoa dos Patos.

Para Silva (2017) a pesca esportiva, além de ser um salutar prazer ou hobby, é também um importante fator de “fuga do estresse” ou “fuga dos problemas da cidade”. O lazer da pescaria, além de oferecer um conforto

³² A pesca esportiva ou de lazer é uma modalidade da pesca amadora e define-se como a captura de peixes visando uma atividade de lazer (PITCHER, 1999) que não se destinam para a alimentação (ARLINGHAUS et al., 2009).

terapêutico à mente humana, ao longo dos anos tem-se tornado um esporte sustentável e de grande capacidade de integração social.

No Valverde Praia Clube, a conquista de um espaço para a sociabilidade em torno da prática esportiva de pesca foi conquistada no início dos anos de 1970, quando a instituição conseguiu, junto à Marinha, um local apropriado para a construção do aguardado Trapiche³³ José Marcos Leite Magalhães ou, como popularmente é conhecido, o Trapiche do Valverde.

Tanto Felipe Gertum como Claudio Montanelli, ao construir suas narrativas sobre o trapiche, mencionam o nome de José Marcos Leite de Magalhães como “um dos idealizadores do projeto trapiche [...] um sujeito que esteve em todas as frentes [...] inclusive pregando as madeiras da estrutura original”. (GERTUM, 2021; MONTANELLI, 2019).

Figura 36 - Foto da primeira construção do Trapiche no Balneário Valverde (1984)



Fonte: Acervo particular de Felipe Assumpção Gertum.

Sobre a construção do trapiche, sabe-se que a cabeceira (parte horizontal situada no final da edificação) foi a primeira etapa a ser finalizada. Posteriormente foi erigida a casa de apoio, segunda parte da construção, onde as pessoas tinham a possibilidade de refugiarem-se caso houvesse variação de

³³ Espécie de atracadouro de barcos também utilizado para a prática da pesca esportiva.

tempo. Este local ainda servia para guardar o aparelhamento de pesca utilizado pelos usuários durante suas estadas no trapiche. Sobre a dinâmica de pesca no trapiche, Cláudio Montanelli afirma que:

Os sócios eram levados pelo “seu Darcy”, em um barco vermelho e branco, para passarem o dia lá (trapiche) pescando. Levavam guarda sol, chapéu, bebida, e todos os “apetrechos” necessários. Enfim ficavam lá pescando [...] esse pessoal marcava uma hora com ele (“seu Darcy”) e ele ia lá pegava e depois trazia eles até aqui à margem (MONTANELLI, 2019).

Ao longo da sua existência, o Trapiche já teve a sua frágil estrutura diversas vezes afligida pelas intempéries que circundam essa parte da Lagoa dos Patos no Valverde. O ponto mais crítico na história do trapiche foi no ano de 2001. Após uma “ressaca” que atingiu implacavelmente toda a extensão da orla da Praia do Laranjal, o trapiche teve as suas estruturas completamente danificadas, restando somente alguns resquícios de sua edificação original.

Mesmo tendo vivido em tempos de uma sociabilidade pujante, onde associados e veranistas prestigiaram toda e qualquer forma de lazer e entretenimento, o Valverde Praia Clube não resistiu aos novos tempos do século XXI, encerrando as suas atividades sociais no final de 2018.

Figura 37 - Com prédio em ruínas, Valverde Praia Clube tem o seu terreno leiloado no ano de 2020.



Fonte: Disponível em: diariopopular.com.br/geral/terrenodovalverdepraiaclube_vai_a_leilao. Acessado em: 12 de Agosto de 2022.

Assim como o Valverde Praia Clube, o Oásis Praia Clube também encerrou as suas atividades no ano de 2019, quando a pandemia do COVID 19 tratou de jogar a última pá de areia que faltava para sepultar, definitivamente, essa entidade.

Enquanto o Valverde Praia Clube aguarda algum potencial comprador para o seu terreno, o Oásis Praia Clube, atualmente, está com seu prédio fechado, acumulando um saldo devedor considerável em contas de energia elétrica e fornecimento de água, conforme informa o Sr. Paulo e a Sra. Isabel, que ficaram, solidariamente, responsáveis pelo recebimento de correspondências e com a posse das chaves que dão acesso ao prédio da sede do clube.

Ao pesquisar sobre os motivos que poderiam ter levado ao enfraquecimento (no caso Laranjal Praia Clube) e franco declínio dessas entidades sociais no Laranjal, identificou-se que isso vem sendo, infelizmente, um fenômeno frequente em vários outros clubes espalhados pelo Brasil.

Figura 38 - Notícia publicada pelo jornal eletrônico “A Tribuna”, comunicando a população de Rondonópolis (MT) sobre o fechamento da Associação Atlética Banco do Brasil, ocorrido no início de Setembro de 2019.



Fim de um ciclo: Clube da AABB fecha as portas após 49 anos

Fonte: Disponível em: <https://www.tribunamt.com.br>. Acessado em: 29 de Agosto de 2022.

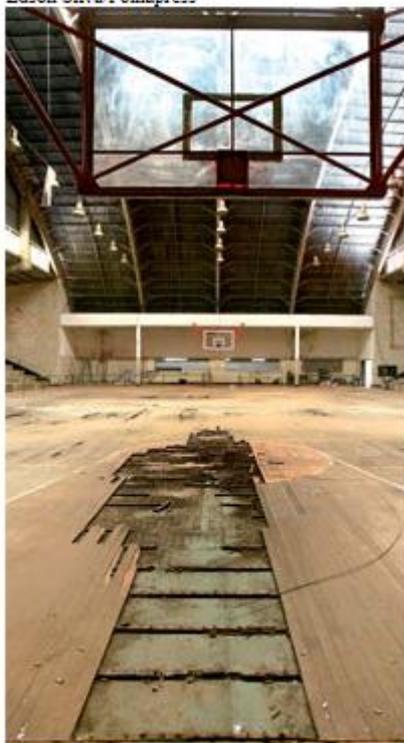
Figura 39 - Matéria publicada pelo jornal Folha de São Paulo, destacando a falência do Clube dos Bagres, tradicional entidade social que situava-se na cidade de Franca/SP, no ano de 2000.

Academias e condomínios levam clubes à decadência

Após esvaziamento que começou em 2000, clubes tentam atrair sócios de novo

Além da concorrência, má gestão fez clubes sociais e náuticos da região falirem ou terem queda de sócios

Edson Silva/Folhapress



Quadra abandonada do tradicional Clube dos Bagres

Fonte: Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br>. Acessado em: 21 de Junho de 2022.

A “morte” material e simbólica desse tipo de espaço de sociabilidade e lazer possivelmente esteja relacionada a um conjunto de motivos. Abaixo, destaca-se aqueles que parecem ser os maiores responsáveis pelo derruir dos clubes no Laranjal e no restante do país.

- 1- O envelhecimento dos quadros associativos e o desinteresse dos herdeiros em frequentar este tipo de espaço de sociabilidade e lazer;

- 2- Gestões ineficientes e descomprometidas com a saúde financeira da instituição;
- 3- As transformações dos hábitos e costumes na sociedade contemporânea:
 - 3.1 – Advento de tecnologias virtuais/digitais (internet, redes sociais, plataformas de streaming – Spotify, YouTube, Netflix);
 - 3.2 – Abertura e expansão desenfreada de redes de academias, shoppings centers, praças, parques aquáticos, pousadas, campings, pub's/bares com apresentações musicais, entre outros espaços de convivência e entretenimento;
- 4- Multiplicação dos condomínios fechados, a partir dos anos 1980/1990, e a sua respectiva disneyficação (salão de festas, piscinas, academias, playground infantil, quadras esportivas, etc.). Tudo ao alcance dos seus moradores, sem a necessidade de deslocamento;
- 5- Alto índice de remissão e inadimplência de associados, aliado ao alto custo de manutenção operacional do clube, figura como fator gerador de déficit mensal constante aos cofres dessas entidades;
- 6- A Cobrança sobre as Irregularidades administrativas (alvará de funcionamento, etc.) e físicas (adequação às normas de segurança – extintor, saídas de emergência, porta corta fogo, etc.) dos clubes, principalmente após a tragédia na boate Kiss em Santa Maria/RS;
- 7- Escassez nas opções de lazer e entretenimento;
- 8- Pendências e ações judiciais trabalhistas de funcionários e administradores, pertencentes aos clubes;
- 9- Constante assédio do setor imobiliário para aquisição dos terrenos vinculados às sedes dos clubes;
- 10- Desinteresse do poder público em prestar qualquer ajuda financeira ou isenção de impostos para que estas instituições pudessem ter a chance de se manterem operando;

Assim, observa-se nos casos dos clubes sociais e recreativos no Laranjal que as décadas de 1960, 1970 e 1980, certamente foram os “tempos de ouro” da sociabilidade e lazer nesses espaços. Períodos onde essas entidades conseguiam prover alegria, risos, amores, choros, descontração e toda sorte de

sensações e prazeres entre os seus inúmeros associados e frequentadores habituais de veraneio na época. Um passado que ainda continua sendo revisto graças a essas pessoas que se propõem a revisá-la e ressignificá-la ao sabor do ato rememorativo presente. Como diz Isabel: “Pode o clube estar ali, fechado, mas na minha memória eu sempre procuro deixar vivo as coisas boas que vivi ali [...] e que bom que eu tenho saúde mental para ser capaz de fazer isso” (REZENDE, 2022).

3.2. “Pé na areia, caipirinha, água de coco, cervejinha...”: Os bares e restaurantes enquanto espaços de sociabilidade na orla dos Balneários do Laranjal.

Como um típico carioca, afeito à beira da praia, o cantor e compositor Diogo Almeida é o intérprete da canção “Pé na areia”, um hit de verão que ganhou, no ano de 2016, a simpatia de milhares de brasileiros que se identificaram com esta proposta, trazida pela música, de contemplar as belezas da praia, a volta de uma mesa de bar, degustando uma boa bebida, e saboreando um belo petisco. Tudo isso, com os pés tocando a areia quente relaxante da praia.

O fragmento da música de Diogo Almeida é usado aqui para deslocar a escrita deste trabalho para um ambiente caro ao universo de praia que são os bares e restaurantes, situados à beira da orla dos Balneários do Laranjal, enquanto lugares de interação e convivência. Em outras palavras, discutir-se-á sobre uma sociabilidade específica, aquela protagonizada pelo bar, um espaço geralmente composto de mesas, cadeiras, garçons, comida, bebida e de pessoas mais diversas possíveis.

O bar é um palco de aparições sociais. “Lugar onde o proprietário, frequentador, funcionários vem a serem os espectadores-atuantes das encenações acontecidas dentro do “estar-junto” como em uma formação ritualizada”. (COHEN, 2009, p.29).

É nele que os indivíduos fogem da solidão ou a buscam num canto discreto de mesa, onde quase ninguém pode ver. Segundo Fídias Teles (1989, p.12) “é no bar que “o indivíduo foge aos excessos de exigências do dia-a-dia, das imposições, das renúncias, das humilhações, das preocupações”.

Para Barral (2012) o bar se apresenta como lugar de manifestação e opinião pública. Um *lócus* de experiências e conhecimentos das coisas pela vivência e/ou observação, que se transforma em local de conversas e práticas políticas e culturais.

O lazer no bar é como os sentidos de vida, de movimento, de sinergia, de animação, de provocação de estímulos, de pragmatismo. Com um sentido de animação, de dar vida e ânimos aos frequentadores e colorir o espaço do divertimento e do prazer.

Perante a isso, as linhas a seguir buscam refletir sobre três bares/restaurantes distintos situados nos Balneários Santo Antônio, Valverde e Prazeres, respectivamente. Observar-se-á os mesmos enquanto espaços de sociabilidade e lazer comensal³⁴, característicos dos veraneios na orla do Laranjal, nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

Figura 40 - Antigo Restaurante das Figueiras, no Balneário Santo Antônio, atualmente padaria Ki colosso.



Fonte: Fotografia – Acervo INBRAJA. Mapa disponível em: <https://www.google.com/maps/place/KiColosso+Laranjal++Padaria>. Acessado em: 21/11/22

³⁴ Etimologicamente, a palavra comensalidade deriva do latim *comensale* [com: junto, mensa: mesa], significando o ato de comer junto, partilhar do mesmo momento e local das refeições (Poulain, 2013). A comensalidade relaciona-se não apenas à ingestão de alimentos, mas também aos modos de comer, envolvendo hábitos culturais, atos simbólicos, regras de organização social, além de compartilhamento de experiências e valores (Fischler, 2011).

Atuando por mais de 30 anos no ramo de bares e restaurantes, o Sr. Leonídio Fonseca, de 71 anos, ex -proprietário do bar e restaurante das Figueiras, traceja uma narrativa sobre o período em que esteve à frente deste estabelecimento praiano. O comerciante pelotense inicia comentando sobre os desafios que teve que enfrentar em seu bar logo após inaugurá-lo em 12 de outubro de 1984, no Balneário Santo Antônio.

O dinheiro era meio contado, mas a vontade de começar algo que eu acreditava ser promissor, sempre me animou. Em outubro de 1984 então decidi colocar as “caras” e alugar aquele prédio que era da família Aveiro, e que já tinha sido um restaurante. Logo que abri o bar eu já percebi que além das melhorias no espaço, eu iria precisar inovar no atendimento da clientela aqui da praia. Oferecer coisas diferentes, entendesse? [...] o público aqui no Santo Antônio era bem eclético. O bar passou a atrair a “gurizada”, famílias de meia idade e até o público da melhor idade (idosos) que nem eu (risos) (FONSECA, 2022).

Sr. Leonídio salienta que a busca por diferenciações, seja no aspecto físico do bar, seja no entretenimento oferecido aos clientes, era para ele de suma importância, tendo em vista a crescente concorrência na orla dos Balneários Santo Antônio e Valverde, a cada novo veraneio.

Na época existiam muitos bares na noite. Ali perto das Figueiras mesmo, ali onde é o shopping (mar de dentro) hoje, era uma quadra de esportes, e tinha também um bar na noite chamado de “Feijão com Arroz”. Ali eles tocavam músicas de rock, e serviam comida mesmo para os clientes até altas horas.

A cada ano faziam um ou dois bares diferentes. Tinha o “Agita mais” que era um bar grande, tocava uns sambas de raiz, e enchia todas as noites. Depois, no verão de 1995, inaugurou o bar “Vira Volta”, que ficou famoso na época pelo peixe frito e pela Bavaria (cerveja) que ele conseguia comprar por um bom preço e vendia barato. Depois teve o bar e restaurante “do Pepe” que também investiu na música ao vivo e no petisco.

Na beira da praia, aqui no Santo Antônio e Valverde, o governo do prefeito Anselmo Rodrigues autorizou a construção de bares e quiosques. Então foi uma “chuva de bares” em todo veraneio. No Valverde, tinha o “Posto 3” que tinha pagode todos os fins de semana de tarde. O bar da “Bete” que começou aqui, mas que pegou fogo e acabou abrindo um espaço novo no centro da cidade (FONSECA, 2022).

Questionado sobre as atrações/entretenimentos que eram promovidos no bar e restaurante das Figueiras, Sr. Leonídio afirma que

[...] aqui no meu restaurante, eu resolvi trazer um casal para tocar todos os domingos, no fim da tarde, um som mais tranquilo para a família mesmo. Nas sextas e nos sábados eu já colocava um som mais mecânico na caixa de som que eu tinha, justamente para agradar a juventude que vinha para cá tomar cerveja, fazer lanche e comer batata frita.

[...] outra coisa que fiz, não deu muito certo, mas fiz, foi emprestar baralhos de cartas e conjuntos de damas para os clientes que quisessem brincar com os jogos e tal. Mas durou só um ano isso, pois além de sumirem e perderem as peças e cartas, começou a levantar um murmúrio na praia de que eu estava deixando ter jogatina a dinheiro aqui dentro do figueiras. Aí então suspendi isso para não me incomodar. Quem mal não faz, mal não pensa né? Mas... (FONSECA, 2022).

Nostálgico e descrente com o que sobrou da sociabilidade e lazer de veraneio no interior dos bares e restaurantes no Santo Antônio, o Sr. Leonídio considera que, naquela época, parecia haver um clima prazeroso de descontração e uma maior satisfação entre as pessoas que frequentavam esses estabelecimentos na beira da praia. Uma prova disso, segundo ele, é que:

As pessoas realmente perdiam a hora rindo, conversando e comendo dentro dos restaurantes e bares. Tinham aqueles que se alteravam um pouco por causa da bebida e brigavam, mas eram poucos [...] a grande maioria entrava a noite se divertindo, dançando, enfim [...] era um veraneio pujante, vivo, não esse marasmo que é hoje. Para mim, que passei minha vida inteira no Laranjal, entendo que “mataram” os verões aqui na praia, principalmente com a derrubada dos quiosques e bares que tinham aqui na época que comecei com o Figueiras (FONSECA, 2022).

Por mais que a retirada dos quiosques e bares, situados à beira da praia, possa ter ferido as relações de convivência e lazer comensal nos Balneários do Laranjal, é importante dizer, por outro lado, que essas edificações encontravam-se em situação de irregularidade ambiental. Conforme demonstram as fontes jornalísticas, o despejo indiscriminado de esgoto em fossas improvisadas no solo da praia, era a principal preocupação das autoridades públicas do município. Em 2010, a secretaria de qualidade ambiental (SQA) passou a notificar e autuar esses comerciantes pelo crime de degradação ambiental.

Figura 41 - Fotorreportagem abordando a notificação dos quiosques e bares em situação de irregularidade sanitária nos Balneários do Laranjal.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 7 de Julho de 2010, p.13.

Visando atender às indicações constantes no Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), criado em 2001, juntamente com toda legislação ambiental pertinente a preservação e delimitação do espaço da orla lagunar, em 2014, na gestão do então prefeito Eduardo Leite, os quiosques e bares, situados nas areias do Laranjal, foram todos demolidos.

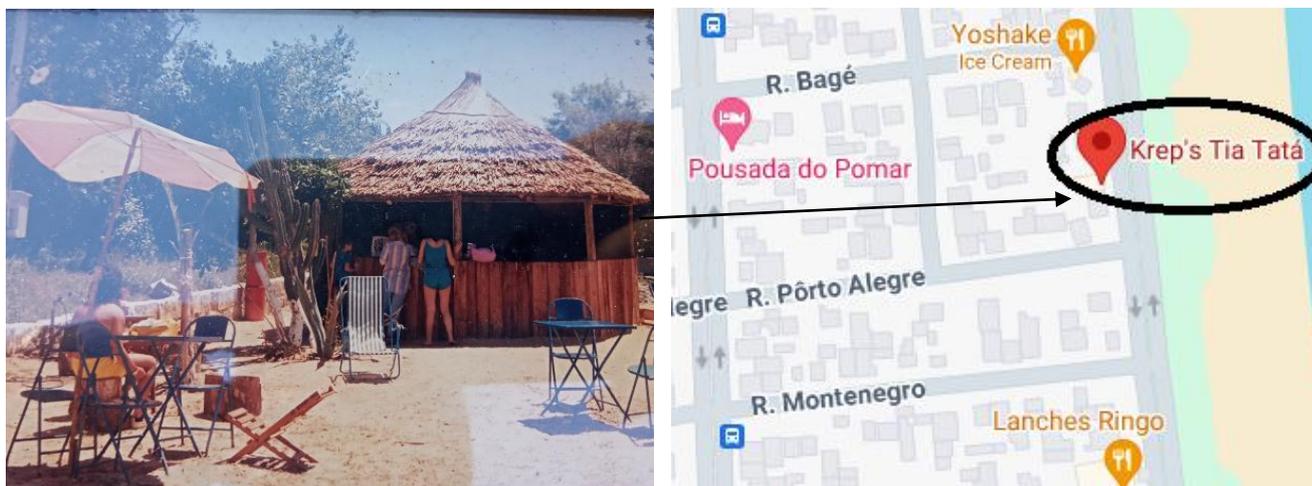
Operando de forma regular, afastado das areias da praia, o Laranjal também teve outro importante espaço de convivência e interação comensal em sua orla. Trata-se do tradicional “Bar e Restaurante da Beti”, onde atualmente encontra-se funcionando o Kreps e pastelaria da Tia Tatá.

Inaugurado em 15 de dezembro de 1988, na avenida Dr. Antônio Augusto de Assumpção, 8431, no Balneário Valverde, esse estabelecimento comercial representou, segundo a proprietária Elizabeth Batista Rodrigues, a realização de um sonho.

Entusiasmada em falar sobre a história do seu extinto bar, “Beti” (como gosta de ser chamada), começa a sua narrativa enfatizando as dificuldades que enfrentou logo que iniciou a trabalhar com o atendimento ao público no Valverde. “De início o meu bar era o único que ficava até tarde da noite. Eu e meu pai

chegamos a atender os clientes até as 4 horas da manhã. Enquanto tinha gente consumindo, nós estávamos de portas abertas” (RODRIGUES, 2021).

Figura 42 – Imagem do extinto “Bar e Restaurante da Beti” (1999), no Balneário Valverde, atualmente Krep's e pastelaria da Tia Tatá.



Fonte: Fotografia – Acervo particular de Elizabeth Batista Rodrigues. Mapa – disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Krep's+Tia+Tat%C3%A1/@-31.7650024>. Acessado em: 11/10/2022

Além do ensolarado dia de verão, a fotografia acima permite observar um bar tipicamente praieiro, assentado em cima da areia, dispendo de singelas mesas e cadeiras, dispostas ao ar livre sob a luz do sol. A noite, o quiosque de madeira tornava-se a guarita principal dos veranistas que para lá dirigiam-se.

Inúmeras vezes acometida pelo cansaço, a entrevistada afirma que chegou a dormir nos fundos do estabelecimento, sem qualquer conforto, de forma improvisada. “Quando finalmente todo mundo ia embora, a gente só tinha forças para fechar o portão do bar, e deitar em qualquer canto mesmo. Eu era nova e mais ou menos aguentava, mas ficava com pena do meu pai que já era um homem de seus 60 anos”.

Questionada sobre o que mais atraía os veranistas até o seu bar, a Sra.Beti, prontamente respondeu, que a qualidade e variedade do seu cardápio, assim como o clima prazeroso e descontraído, construído em torno da música, eram os principais diferenciais do seu estabelecimento praieiro. Sobre a comida e bebida, a depoente destaca o seguinte:

Tudo foi acontecendo de forma gradual. Começamos só servindo lanches rápidos como pastel, enroladinho de salsicha e fritas. Aí logo percebi que precisava colocar mais coisas no cardápio e contratar uma cozinheira para me auxiliar nas preparações, porque o povo com fome não gosta de esperar, além de não voltar mais. Meu pai começou também a comprar mais marcas de cerveja para agradar a todos os gostos, aqueles que queriam tomar cerveja barata, e aqueles que podiam pagar por uma coisa (cerveja) um pouco melhor

Comecei a comprar tudo que é tipo de peixe e camarão de uns pescadores que trabalhavam na colônia Z3 e que eram meus clientes também. De vez em quando ao invés de pagar eles pelo peixe, eles negociavam comigo para deixar um crédito para eles virem tomar umas cervejinhas e trazer a família aqui para comer (risos).

Aí começou a sair o pastel de camarão, muito peixe frito. Fazia tudo que é tipo de petisco com frutos do mar que tu (entrevistador) possas imaginar. Eu tinha no cardápio o “rei frito”, era um prato que todo mundo gostava de comer no meu bar. Os clientes seguidamente diziam: “Beti, um rei frito e uma geladinha para acompanhar, no capricho de sempre” (RODRIGUES, 2021)

O cuidado com a qualidade ética e gastronômica no bar da Beti, além de ser uma clara estratégia de sedução ao consumo, comumente adotada por este tipo de estabelecimento, revela-se, também, como um poderoso instrumento de sociabilidade e lazer em torno da mesa de bar.

Savarin (1999), entende que a mesa e a sociabilidade são elementos fortemente interligados

[...] com frequência temos em volta da mesa todas as modificações que a extrema sociabilidade introduziu entre nós: o amor, a amizade, os negócios, as especulações, o poder, as solicitações, o protetorado, a ambição, a intriga: eis que a convivialidade tem a ver com tudo, eis que produz frutos de todos os sabores (SAVARIN, 1999, p.171).

Para Roberto Da Matta (1996), não há nada mais prazeroso do que comer com os amigos; comer com eles a mesma comida em casa ou dividir o que se come cerimonial e respeitosamente no restaurante. Para o antropólogo, é a boa comida que harmoniza e articula as relações sociais; é pela comida que realizamos um encontro básico de todos com todos, pois, na festa, comungamos comendo o mesmo prato, saboreando o mesmo tempero. A comida une.

Boutaud (2011) evidencia que comer com alguém é um ato que compromete porque cria laços com a outra pessoa: comer e beber em conjunto favorece a empatia, a compreensão mútua, a comunhão de sentimentos.

Além da comensalidade, a atmosfera de sociabilidade e lazer no bar da Beti também era fomentada pela presença da musicalidade, importante indutora de prazer e moderação emocional.

Não quero ser pretenciosa, mas o meu bar foi o primeiro a colocar música ao vivo todos os dias na praia. Primeiro começou assim: quem gostava de tocar, ia lá e tocava, não cobrava nada dos clientes. Depois sim que eu e meu pai decidimos que era melhor colocar músicos diariamente para animar o bar [...] O pessoal gostava muito de samba. Na época estava em alta a banda Raça Negra, Só pra contrariar e o grupo soeto. Então já vinha para cá os músicos com vários instrumentos para fazer um “sambão” como a galera queria (risos). Tinha tudo que é tipo de ritmo, mas o samba conquistava mais os clientes (RODRIGUES, 2021).

Apesar do espaço físico do bar ser restrito, a proprietária salienta que durante o verão, era comum a casa estar cheia. “Era gente tocando violão, reco reco, percussão [...] casais dançando agarradinhos, gente se beijando, meu pai empolgado batucando no balcão, tentando acompanhar a música, enfim, eu tenho muitas memórias agradáveis desse período” (RODRIGUES, 2021).

Figura 43 - Clientes em um clima de descontração e alegria em torno da mesa de bar, ao som de boa música (2000)



Fonte: Acervo particular de Elizabeth Batista Rodrigues.

Figura 44– Músicos se apresentando no Bar da Beti, no verão de 2000.



Fonte: Acervo particular de Elizabeth Batista Rodrigues.

As fotografias acima são simbólicas pois deixam explícito que a musicalidade é um elemento socialmente construído e compartilhado. Ela é capaz de incidir sobre comportamentos, crenças e emoções nas suas diversas manifestações interpessoais. Assim como ocorre com o sabor, “as pessoas também atribuem significado emocional à música devido às suas características estimuladoras” (KONTUKOSKI, 2015, p.89).

Outro aspecto a ressaltar no documento iconográfico é a presença do músico e morador do Balneário Santo Antônio Sady Homrich. O Baterista da banda “Nenhum de Nós”, lembra os tempos em que tocava nos bares da praia. Segundo ele, “os primeiros passos que deu na música foram à beira da orla do Laranjal” (HOMRICH, 2022). Ao longo de sua entrevista, Sady narra detalhes sobre esse vínculo musical estreito estabelecido entre ele e seus amigos, integrantes da banda, junto a esta praia gaúcha.

Então éramos amigos de família pelotense e que moravam em Porto Alegre. Nós éramos colegas lá e passávamos as férias aqui na praia. Tinha mais um amigo também que fazia engenharia com nós na PUCRS que também vinha pro Laranjal. Aí a gente durante o verão (tudo garoto de 16 anos) começamos a nos juntar para tocar, cada um tocava alguma coisa de percussão e nós saíamos nas ruas do Laranjal tocando. Era trio, depois entrou mais um e tal, e a gente tocava percussão mesmo. Mas foi ali que vi que eu tinha jeito para o ritmo e musicalidade. Foi interessante porque foi passando os anos, a gente colega de faculdade, foi juntando aquela vontade e começou a surgir aquela semente do Nenhum de Nós. Aí teve um verão que eu

convidei o Carlão e o Tedy para virem para cá no Laranjal, foi bem em uma época de transição da punjança dos bares noturnos (anos 80) para uma completa decadência. A galera de Pelotas começou a ir para o Cassino nos finais de semana ao invés de vir para cá. Mas nós tínhamos uma galera da resistência que ficava e que ia prestigiar os bares e tal. Então foi legal que um dia a gente entrou no bar Feijão com Arroz (onde hoje é o shopping Mar de Dentro), tinha um pessoal já tocando, mas nos convidaram para tocar. Eu, Carlão e Tedy, mal sabíamos tocar mas oficialmente fizemos nossa primeira apresentação pública juntos, mesmo antes da banda chamar “Nenhum de Nós”, aqui no Laranjal. Então a banda tem essa ligação com o Laranjal. Então os guris começaram a vir para cá no Verão mais seguidamente. A gênese do nosso Cd acústico “Nostravamos” foi aqui, inclusive fizemos um show de lançamento no Valverde Praia Clube, fora que já tocamos inúmeras vezes aqui. Então posso sim te dizer que o início da música pra mim foi aqui na beira da Praia do Laranjal. (HOMRICH, 2022).

Assim como a bela trajetória musical de Sady, outros músicos também fizeram-se presentes no Laranjal. Solon Silva e a dupla Beto e Isar, são outros dois exemplos de artistas que ganharam notoriedade musical em Pelotas, percorrendo os bares da praia, inclusive o da própria Sra.Beti.

No que concerne ao público frequentador de seu bar, a empresária afirma que os grupos sociais eram bem diversificados.

Tinha a juventude que vinha para flertar, namorar, chorar, discutir relacionamento, celebrar casamento, assim como tinha as pessoas de mais idade que sentavam aqui, acendiam um cigarro, pediam uma cerveja e ficavam trocando memórias, falando de política, contando novelas, ou simplesmente ficavam bebendo e ouvindo os músicos cantarem (RODRIGUES, 2021).

Grande parte desse público era composta de veranistas habituais do Laranjal (final de semana, feriados e moradores de temporada), moradores fixos dos balneários e turistas de cidades vizinhas. A entrevistada ainda comenta sobre o nível de poder aquisitivo dessas pessoas que faziam-se presentes em seu estabelecimento. Segundo ela,

Por mais que o meu bar fosse um lugar simples, sem muito refino ou luxo, eu ficava surpresa porque as pessoas que vinham aqui eram desde a mais simples, que vinha com dinheiro contado no bolso, até aqueles que a gente sabia que tinha dinheiro. Um

exemplo disso que estou te falando é o ex -prefeito Irajá Rodrigues. Quantas vezes ele veio aqui tomar uma cervejinha no fim de tarde. Ele morava (ou ainda mora, não sei) aqui no Valverde [...] Outro pessoal que adorava vir aqui era a “gurizada” da banda da Lagoa. Gente que trabalhava no comércio, nos restaurantes aqui da volta e que se juntava para aproveitar os bailes e blocos de carnaval. Eles adoravam ir ao bar fazer “um esquentá” (risos) (RODRIGUES, 2021).

Enquanto para uns, a atmosfera alegre e descontraída do bar da Beti era sinônimo de lazer, nos acalorados verões do Laranjal, para outros, o estabelecimento era visto como algo perturbador e inconveniente. Em outras palavras, o ambiente agitado e barulhento do bar transformou-se em uma verdadeira “pedra no sapato” para os moradores fixos que moravam em seu entorno, e que já não conseguiam mais desfrutar de uma noite de sono tranquila e silenciosa. Segundo ela,

Era muito complicado porque as pessoas se alteravam e começavam a falar alto até altas horas, ou juntavam músicos e ficavam cantando até de manhã na frente do bar.

Tinham duas casas ao lado do bar que toda hora faziam denúncia para a própria “polícia do Laranjal”. Aí eles (policiais) vinham e diziam: Ah Beti, pede para o pessoal baixar o volume, cantar mais baixo. Era bem “light” até o dia em que eles resolveram jogar um “saco de mijo” aqui em cima do bar. Foi uma coisa meio besta mas eles não aguentavam mais né? Todo o tempo que eu trabalhei ali, eu incomodei eles e eles me incomodaram. Pessoal começava a beber né, cantava alto, e eles não conseguiam dormir. E eles fizeram casa de veraneio aqui na beira de praia achando que iriam ter sossego para sempre, que nem a colônia eu acho (RODRIGUES, 2021).

O que observa-se nesse relato parece ser uma nítida divergência social em torno do uso distinto do espaço praieiro. Acontece que enquanto para uma parcela da população, a orla lagunar é espaço de pertencimento, moradia, associado a tranquilidade e descanso, para o grande público frequentador dos finais de semana e veraneios, em maioria, jovens, o território da praia é sinônimo de agito, badalação diurnas e noturnas, muitas vezes sem qualquer filtro ou pudor social. Como aponta Saquet (2007, p.158), “no território, existe uma pluralidade de sujeitos, em relação recíproca, contraditória e de unidade entre si, no e com o lugar e com outros lugares e pessoas; identidades”. A interrelação entre os sistemas de objetos e sistemas de ações presentes no território são

inseparáveis da variável tempo, fazendo com que haja simultaneidade e superposição em um mesmo lugar de territorialidades econômicas, políticas e culturais e de relações socioambientais. Tal fato explica a existência de uma arena de conflitualidades entre os sujeitos.

Completando o rol de bares/restaurantes/lanchonetes que marcaram os veraneios na orla do Laranjal, tem-se o “Bar e Lancheria do Costinha”, situado na rua Aratiba, 151, no Balneário dos Prazeres.

Figura 45 - Fachada atual do estabelecimento, com sua respectiva localização.



Fonte: Imagens obtidas em: <https://www.google.com/maps/barcostinha>. Acessado em: 01/11/2022

O bar do Costinha iniciou a sua história de atendimento ao público no dia 12 de Novembro de 1978, pelas mãos de seu fundador, o comerciante Adalberto Costa de Araújo. Após o falecimento de “Costinha”, como era popularmente conhecido o dono do bar, a administração do estabelecimento passou a ser feita pela filha do empresário, Isabel Cristina Costa Resende, que o mantém em funcionamento até os dias atuais.

Ao entrevistá-la, por mais de duas horas, observa-se que as suas memórias de vida (infância, juventude e vida adulta), inúmeras vezes misturam-se à própria trajetória de quase cinco décadas do próprio bar.

Aos 51 anos de idade, Isabel Cristina lembra de como foi a chegada de sua família ao Balneário, assim como as motivações que levaram o seu pai a empreender nesta estação de praia. A entrevistada ainda salienta como foi a evolução do próprio ponto comercial.

Nossa família chegou aqui em 1977. Nós já tínhamos um bar na galeria dos ônibus do Laranjal, e meu pai alugou aqui também. Fomos ficar fixos aqui em Novembro de 1978, quando conseguimos comprar o prédio. O meu pai queria muito vir para esse lugar pois ele achava que seria a praia do futuro. Era um balneário tranquilo, mais de idosos, na época aposentados.

Antes de ser um bar, propriamente dito, quando o meu pai começou neste prédio era mais uma espécie de paradoro dos tropeiros, pois aqui (balneário) tinha fazendas, e as tropas paravam aqui pois era passada. Aproveitavam para dar água, alimentar os animais, e almoçavam também.

Depois que foi virando vila, aí virou um armazém que vendia de “tudo um pouco” e a quilo. Depois com os acampamentos aqui na mata do totó, aí já virou um bar e venda. Tinha tudo, desde o gás de cozinha até o telefone para ligação. Não tinha as facilidades dos celulares de hoje em dia. Nós tínhamos de tudo para atender a demanda da praia (REZENDE, 2022).

O bar do Costinha alcançou tamanha relevância, ao longo dos anos, que tornou-se comum que as celebrações festivas, desportivas e culturais, dirigidas pelo poder público aos moradores do bairro, terminassem nas mesas deste estabelecimento. Em outras palavras, o estabelecimento transformou-se em um epicentro da sociabilidade e lazer no barro duro. Isabel Cristina diz que:

Festa de Iemanjá, começava na beira da praia, terminava com todo mundo aqui [...] festa do dia das crianças na praça Aratiba, terminava aqui, com a criançada tomando refrigerante e comendo qualquer coisa [...] ocorria seguido também o show de calouros, um dos maiores eventos aqui do barro duro. Vinha gente de tudo que era lugar da cidade para se apresentar aqui neste concurso musical. Isso que estou te falando começou a acontecer por volta de 1996, 1997, por aí. Era bem legal! A cantoria acontecia na praça (Aratiba) e acabava onde? Aqui com nós no bar! É curioso, mas até hoje é assim.

O bar muitas vezes estava com pouco movimento, daqui a pouco só se via aquela arrastão de mesa e cadeira. Quando ia atender o pessoal, eles já prontamente falavam: tinha festa em tal lugar, mas a gente resolveu continuar aqui [...] enfim, acho que isso acontece porque as pessoas sempre se sentem à vontade aqui. O jeito fraterno como a gente sempre tratou todo mundo. Essa é a única explicação que eu vejo para isso (REZENDE, 2022).

Além disso, tinham as atrações realizadas pelo próprio bar aos seus clientes, onde grande parte deles eram veranistas e moradores do balneário.

Afeito ao clima de agito e descontração, Isabel Cristina lembra que seu pai adorava “inventar atrações que envolvessem música, canto e muita batucada³⁵” (REZENDE, 2022).

Figura 46 - O sambista pelotense Fabio Saraiva apresentando-se no Bar do Costinha em início de carreira (2001).



Fonte: Acervo particular de Isabel Cristina Costa Resende.

Figura 47 - Dia de “casa cheia” no Bar (2003).



Fonte: Acervo particular de Isabel Cristina Costa Resende.

Ao analisar as fotografias, percebe-se que as apresentações musicais eram um importante ponto de atração social no Bar do Costinha. Diferente do que ocorria nos bares situados nas estações balneares vizinhas, no Barro Duro nunca houve uma quantidade expressiva de estabelecimentos comerciais com

³⁵ O termo “batucada” é usado pela depoente para se referir a sonoridade produzida pelos instrumentos de percussão

esta proposta de sociabilidade comensal e lazer em torno da música. Enquanto no Santo Antônio e Valverde, o público consumidor deste tipo de entretenimento espalhava-se ao longo dos diferentes bares na orla, no Balneário dos Prazeres o público interessado em socializar a volta da mesa de bar, acabava dirigindo-se somente ao Costinha.

Além das apresentações musicais, outra atividade social que alterava bastante o cotidiano do bar do Costinha (principalmente nos finais de semana) eram os campeonatos de futebol amador, ocorridos na Praça Aratiba. Por mais que, economicamente, fosse um entretenimento relevante para os rendimentos do estabelecimento, Isabel Cristina lembra as constantes “dores de cabeça” que esta atividade era capaz de promover no interior de seu bar.

O futebol também gerava muita história aqui dentro do bar. Nossa! Tinha muita briga. Os juízes vinham tudo para cá, seja para se fardar ou para guardar os acessórios deles. Então quando os jogadores brigavam lá no campo, eles vinham tudo aqui para o bar. Tiravam satisfações com os juízes, “batiam boca” entre eles, era uma balbúrdia só [risos]. Tinha um pessoal que tentava controlar isso, mas às vezes “voava cadeiras e mesas”, e a “coisa ficava feia”. Algumas vezes o meu pai precisou ligar para a brigada militar para acalmar os ânimos (REZENDE, 2022).

Como trata-se de um aspecto importante nas relações de sociabilidade e lazer nos balneários do laranjal, a questão do futebol praiano será vista em mais detalhes no tópico a seguir.

Perante a tudo que foi visto, fica claro que os bares e restaurantes são um capítulo fundamental dentro da história de sociabilização e lazer da comunidade pelotense no interior dos Balneários do Laranjal. Além dos seus atributos gastronômicos e etílicos, os três bares analisados demonstram que este tipo de espaços de consumo são capazes de fomentar diversos tipos de prazeres, sentimentos e emoções, sejam elas positivas (na maioria das vezes) ou negativas, no âmbito do conflito e tensão.

Nesse sentido, concorda-se com Maffesoli (2004) quando diz que o território dos bares e restaurantes são lugares onde, sem se preocupar com o controle do futuro, administra-se o presente em um espaço vivenciado não para

o refúgio amedrontado e imóvel, mas sim para uma arena onde pouco a pouco novas sociabilidades são construídas.

3.3. “Bater uma bolinha na beira da praia. Por que não?” lazer e sociabilidade desportiva no Laranjal.

Dentre os inúmeros aspectos que compõem o cotidiano de praia, a prática desportiva é, sem dúvidas, um dos elementos de maior relevância e poder associativo. Nas areias da praia, o esporte, enquanto expressão de lazer e sociabilidade, proporciona ludicidade e prazer a aqueles que o praticam ao sabor do tempo livre e descompromisso. De acordo com Tubino (2006)

[...] o esporte-lazer se apoia no princípio do prazer lúdico, no próprio lazer e na utilização construtiva do tempo livre e de liberdade. Esta manifestação esportiva não tem compromisso com as regras institucionalizadas [...] o esporte-lazer, pelo envolvimento das pessoas nas atividades prazerosas que oferece, ainda proporciona o desenvolvimento de um espírito comunitário, de integração social, fortalecendo parcerias e relações pessoais (TUBINO, 2006, p.24-26).

No Laranjal, as fontes consultadas indicam a presença de atividades desportivas como: voleibol, windsurf, pesca, canoagem, bocha e futebol. Como em muitas praias espalhadas pelo Brasil, o futebol acabou sendo a modalidade com maior aderência entre as camadas populares presentes na orla da praia. Para Lages e Silva (2012), o principal elo de aproximação entre futebol e lazer pode ser observado na dimensão da cultura. “Essa atua como um ponto de inserção entre as manifestações culturais, dentre elas o futebol, que por sua vez, possibilita diferentes vivências e experiências como momentos de lazer” (LAGES; SILVA, 2012, p.10).

Nessa mesma linha de raciocínio, Gomes e Faria (2005) ainda sustentam que o futebol:

[...] insere-se nos diversos espaços sociais, mesclando práticas de consumo, de compensação social (transmitindo valores e normas sociais) e de persuasão, de contestação, de desordem/ordem, de conflitos e, também, de vivência lúdica, do âmbito da festa, do encontro etc. Como prática que participa do jogo mais amplo das relações sociais, ao mesmo tempo em que revela aspectos da sociedade brasileira, o futebol comporta

tensões, conflitos, redes de sociabilidade e significados que vão além da bola no pé (GOMES; FARIA, 2005, p.71).

Com grande adesão de participantes e observadores, os campeonatos de futebol praiano amador no Laranjal mantiveram-se pujantes nas quatro últimas décadas do século XX. Paulatinamente, a modalidade alcançou popularidade, ganhando espaço nos “corações” de veranistas, moradores e frequentadores assíduos das três estações balneares de Pelotas.

3.3.1. O Certame futebolístico Praia Sete no Santo Antônio e Valverde

A história do lazer esportivo em torno do futebol praiano começou a ser escrita no Laranjal com o surgimento do torneio Praia Sete. Idealizado pelo pelotense Wolney Rosa de Castro, em parceria com a Rádio Universidade (RU), o certame Praia Sete “foi o primeiro torneio de futebol de areia que se teve notícia no estado do Rio Grande do Sul” (CASTRO, 2016, p.75). Aos 87 anos de idade, aposentado de suas funções jornalísticas, o Sr. Wolney Castro traceja detalhes sobre a criação do campeonato.

A ideia de fazer um futebol de praia, com sete jogadores de cada lado da quadra, no Laranjal, foi levantada por mim junto aos dirigentes da Rádio Universidade (RU). Já era algo que os clubes sociais em Pelotas já estavam fazendo, então fiquei com aquilo na cabeça: “porque não fazer isso na praia”? Conversei com os diretores da rádio, o José Cunha, o Sérgio Siqueira e o Paulo Roberto Padilha (Diretor Financeiro), eu disse para eles o seguinte: O dunas Clube tem um campeonato de futebol de sete na sede deles, porque nós não colocamos um campeonato de futebol na beira da praia para movimentar o Laranjal?

Eles na hora ficaram surpresos e me perguntaram: Tá, mas em que lugar da praia a gente faria isso Wolney? Aí eu respondi: Vamos descobrir! Aí foi que eu descobri o terreno do seu Zezo Dias da Costa que prontamente topou a ideia, mas deixou claro que os custos deveriam ser tudo com a gente.

Era um terreno que ficava entre o Laranjal Praia Clube e a orla do Santo Antônio. Ele acabou emprestando o terreno para a Rádio Universidade sem custo algum. A Rádio até quis pagar pela utilização do terreno, mas ele (Zezo) não quis, dizendo, inclusive, que nós estávamos ajudando a valorizar aquele terreno (CASTRO, 2022).

Em 21 de Novembro de 1968, se inaugurava a primeira edição do torneio futebolístico na orla do Laranjal. A transmissão de todos os detalhes dos jogos ficaram a cargo da própria Rádio Universidade, representada pelos dois principais entusiastas do evento, o próprio Wolney Castro e seu colega, o radialista Darci Pino.

Figura 48 - Cercado pelo público torcedor, Wolney Castro (com o microfone) e Darci Pino (na mesa de registros dos jogos), transmitem, pelas ondas da RU, os jogos do Certame Praia Sete à população Pelotense em 1978.



Fonte: Acervo particular de Wolney Castro.

Após conversações entre os dirigentes da rádio e a prefeitura de Pelotas, a última passou a contribuir com o torneio, concedendo arquibancadas (eventualmente utilizadas no carnaval do município) e ajudando na limpeza e conservação da quadra e arredores.

Passados 25 anos, a organização do certame Praia Sete teve que devolver o terreno cedido ao seu proprietário. Para que esse evento futebolístico na praia não deixasse de existir, RU, prefeitura e câmara de vereadores viabilizaram, então, a cedência de outro espaço. Uma praça, então abandonada, na Rua Novo Hamburgo, no Balneário Valverde, foi “transformada em um pequeno e acolhedor estádio de futebol de sete, todo murado e contado com iluminação, vestiários, bar, copa, churrasqueiras, tela ao redor da quadra de jogo e amplo estacionamento” (CASTRO, 2016, p.76).

Com a crescente popularização da competição, equipes de todas as partes do município começaram a inscrever seus atletas para participarem do certame futebolístico. Segundo o Sr. Wolney, inicialmente eram só atletas de clubes sociais como “o Caixeiral, o Comercial, Laranjal Praia Clube, Oásis Praia Clube, e o Valverde Praia Clube. Depois, com a nova estrutura, tivemos que criar as categorias de disputa. Mais de 100 equipes chegaram a jogar o Praia sete”.

A duração de cada torneio era de cinco meses. Os jogos iniciaram no mês de Novembro, e perduravam até Março, quando o vencedor de cada categoria ganhava o direito de disputar o super título de Campeão da Praia. Sobre a dinâmica do campeonato, o Sr. Wolney afirma que

A entrada era gratuita para assistir aos jogos. Antes de começar o campeonato nós chamávamos um representante de cada time na Rádio para explicar tudo. As despesas com arbitragem, bola, redes e todo material esportivo necessário, e até o caseiro responsável, tudo era pago pela a rádio.

O Campeonato era dividido em: Categoria Social, Categoria Estudantil, Firms Comerciais, Industria, e depois mais tarde eu criei a Categoria Veteranos, para os “velhinhos” jogarem, inclusive eu, (risos)

No início, só se jogava sábado à tarde e domingo pela manhã, pois não havia iluminação. Depois veio a ideia da iluminação. A CEE colocou e a rádio pagava, daí ampliamos para terças, sextas e sábados à noite também porque era muito clube, muita gente para jogar o praia sete. Era tanta participação, era tanta gente, que criamos a série B, porque aqui (na sede do praia sete) não dava mais. Então fizemos um convênio com o Esporte Clube Ideal, situado no Balneário dos Prazeres, para que os jogos dessa divisão acontecessem lá. O campeão de cada categoria da série B, no ano seguinte vinha jogar aqui na quadra principal, e os últimos colocados de cada categoria que jogavam aqui (na série A), passavam a disputar a série B lá na Praça Aratiba, que era cuidada pelo seu Alberto Sales da Costa, dono da cigarraria Tupã, que era um dos responsáveis por preservar e cuidar dessa Praça.

Dos times que jogavam não vou lembrar de todos, mas tinha o Satte Alam, Trilho Otero, Leivas Leite, eram grandes times que disputavam a Categoria Firms Comerciais. Na indústria, tinha a Arthur Lange. No estudantil, as faculdades de direito e odontologia da UCPel e UFPEel. Aí os campeões de cada categoria jogavam entre si a finalíssima, disputando um troféu do Praia 7 que era maior do que eu. Inclusive, o troféu ficou em definitivo no Laranjal Praia Clube porque o regulamento do campeonato previa que o vencedor em três anos consecutivos ou cinco intercalados conquistava o direito de permanecer em

definitivo com uma peça do troféu. E o Laranjal Praia Clube foi o primeiro time que conseguiu ganhar cinco anos intercalados.

Tinha uma festa bonita de encerramento, entrega de medalhas, faixas, bandas de música, foguetório, enfim, era uma festa para não se colocar defeito (risos) (CASTRO, 2022).

Esses jogos acabaram ficando nas lembranças de muitas pessoas, inclusive nas do autor deste trabalho, quando com 8 e 9 anos de idade, recorda os tempos em que acompanhava o seu pai para assistir aos jogos de domingo no “praia sete”.

Vinham pessoas de todas as partes da cidade para prestigiar os jogos. A volta da quadra era comumente era tomada por uma quantidade descomunal de carros, motos e ônibus que traziam os atletas dos times participantes. A beira de um corrimão de madeira, que separava o público dos jogadores em quadra, aglomeravam-se veranistas curiosos, familiares, e toda sorte de espectadores casuais interessados em assistir as pelepas futebolísticas ali travadas. O clima de descontração, risadas e bom humor, por vezes misturava-se a momentos conflituosos, tensos, de ânimos alterados e palavras obscenas.

A alegria de um gol marcado poderia ser também o estopim para discussões mais acaloradas, contestações e alguma tentativa de agressão. Em um olhar retrospecto, o Sr. Wolney chega à conclusão de que o “praia sete” era um cenário de múltiplas emoções e sentimentos, tanto bons como ruins. O mesmo diz: “Não vou negar que houveram momentos deploráveis no campo do praia sete. Mas durante todas essas décadas de existência do torneio, tenho convicção que esse futebol que promovemos aqui na praia deu muito mais alegrias ao povo do laranjal, do que tristezas [...] graças a deus” (CASTRO, 2022).

Em 2012, obedecendo a uma ordem judicial, o local foi devolvido ao município e foram encerradas as atividades do certame Praia Sete, o que gerou grande insatisfação e frustração entre os amantes do futebol praiano no Laranjal. Desde então, o estádio onde ocorria o torneio encontra-se abandonado, em ruínas. Em 2016, a prefeitura de Pelotas sinalizou a comunidade do Laranjal que na área onde situava-se o antigo praia sete, seria construída uma escola de

educação infantil. Passados sete anos, o referido projeto ainda não saiu do papel.

3.3.2. O Futebol Praiano no Balneário dos Prazeres

Se nos Balneários Santo Antônio e Valverde, o Certame Praia Sete foi um marco importante na sociabilidade e no lazer esportivo, no Balneário dos Prazeres, foram os campeonatos de futebol na Praça Aratiba que movimentaram a convivência social e a integração recreativa nessa porção territorial da orla do Laranjal.

Nas décadas de 1990 e 2000, a Praça Aratiba foi palco de grandes disputas futebolísticas. Todos os jogos ocorriam em um único campo aberto, de grama, cercado por árvores de grandes dimensões. Assim como era no Certame Praia Sete, os torneios na Praça Aratiba seguidamente arregimentaram um público expressivo de torcedores e veranistas que, amparados pelas sombras das árvores, acompanhavam de perto as rodadas de jogos que ocorriam aos sábados, domingos e feriados (manhã e tarde).

Figura 49 - Os jogos na Praça Aratiba aproximando as crianças da sociabilidade em torno do futebol. (Campeonato Praiano 2006/2007).



Fonte: RIGO, 2010, p.136.

Figura 50 - Público prestigiando os jogos na Praça Aratiba (Campeonato Praiano 2005/2006).



Fonte: RIGO, 2010, p.137.

Ao observar as fotografias, nota-se que a prática do futebol amador no Barro Duro representa um ponto de entrecruzamento entre a “vida em campo” com a “vida real” (fora de campo, no dia-a-dia). Segundo Benítez (2014), esses dois focos se embaralham e interagem entre si, em um vai e vem de simbolismos.

O campo de futebol torna-se, portanto, um mundo à parte que, querendo ou não, também possui suas regras e normas, ora se aproximando das leis funcionais do cotidiano, ora criando seus próprios códigos.

Dessa forma, pode-se dizer que o futebol de várzea (inclui-se o de praia) ganha importância para uma comunidade, uma cidade, um estado e até mesmo uma nação, como um mediador cultural.

No que concerne à organização desses campeonatos praianos no Balneário dos Prazeres, Rigo (2010) salienta que eles geralmente iniciavam na primeira quinzena de dezembro e estendiam-se até o final do mês de fevereiro.

Como a competição possuía um período limitado para a sua realização, a LPFA (Liga Pelotense de Futebol Amador) limitava em dezesseis o número máximo de equipes que podiam inscrever-se em cada uma das categorias, sendo elas: Sênior I (para atletas acima de 35 anos), Titulares (18 a 35 anos) e Sênior II/Veteranos (acima de 45 anos).

Entre as inúmeras rivalidades futebolísticas que movimentaram as edições deste campeonato praiano, a mais marcante parece ter sido aquela protagonizada entre os dois times oriundos do “barro duro”. A disputa entre o Esporte Clube Ideal x Sociedade Esportiva e Recreativa Aratiba, transformou-se em um espetáculo à parte. O nível de tensão existente dentro e fora de campo acabava atraindo a atenção do público Pelotense em geral.

Ao entrevistar o Sr. Mauro Antônio de Paula, de 78 anos, ex -presidente do S.E.R.A Aratiba, o mesmo conta detalhes sobre a relação conflituosa entre ambos os times oriundos do Balneário dos Prazeres.

A rivalidade entre o Aratiba e o Ideal existe até hoje. Chegou uma época, até o Bernardo de Souza era prefeito, que o ideal colocou na praça o escudo deles. Aí quando nós do Aratiba queríamos usar o campo para jogar, eles diziam que aquele lugar era deles. Juntamos a diretoria dos dois clubes e pedimos uma audiência com o prefeito para que fosse resolvido essa situação.

Aí o Bernardo disse para gente: olha vocês se acertem lá (na Praça Aratiba), conversem sobre os dias e horários que cada um quer usar o campo e pronto. Mas não adiantou. Seguida “fechava o laço”, e tinha que chamar a polícia para apartar as confusões. Não demorou muito, e fomos (diretorias dos dois clubes) chamados para comparecer na prefeitura. O Bernardo entregou um papel para cada um dos diretores, e disse: É um domingo para cada um usar o campo. Não me interessa quem vai começar, mas é um para cada. Agora se não resolver, não vai ter mais campo e nem jogo para nenhum dos dois clubes. Eu vou mandar uma retroescavadeira abrir o meio da praça, e para desembocar na avenida Pernambuco. (DE PAULA, 2022).

Após a reunião dos dirigentes, de ambos os clubes, com as autoridades municipais, tudo levava a crer que os jogos na Praça Aratiba voltariam a ocorrer em um clima de amistoso, respeitando, pelo menos os acordos verbais estabelecidos com o poder público. Mas não foi bem isso que aconteceu.

Como qualquer rivalidade futebolística, basta uma fagulha para o campo tornar-se uma arena de batalha. Mauro Paula salienta que, por um breve período, a advertência feita pelo ex- prefeito até surtiu os efeitos esperados. Porém, a paz não durou por longo tempo. Um dos dirigentes do Ideal sugeriu romper a alternância do uso do campo e fazer um clássico entre as duas equipes. Segundo Mauro, estava tudo funcionando perfeitamente, “cada jogando um final

de semana, até que resolveram fazer um clássico [...] no primeiro tempo do jogo virou uma briga generalizada. Uma selvageria só. A coisa foi tão feia que até o comandante da brigada militar entrevistou e proibiu os jogos entre as duas equipes” (DE PAULA, 2021). A intervenção da força policial, aliada a repercussão negativa nos meios jornalísticos da região, parecem ter oferecido algum nível de conscientização entre os sujeitos envolvidos. Sobre esse aspecto, Mauro salienta que:

Eu quando assumi a presidência do Aratiba, em 1995, conversava direto com os jogadores sobre essas brigas, que era algo que estragava o espetáculo das partidas, pois vinham várias pessoas prestigiarem e acabava ficando uma coisa feia, não pegava bem.

Quando nós íamos jogar na praça, aquele lugar ficava lotado. Gente em toda volta do campo. A gente olhava e nem parecia que tudo aquilo era para assistir um futebol amador como o nosso. Nós tínhamos uma torcida muito grande, que não perdia um jogo. Mãe de jogador, pai, [...] gente que estava na beira da praia veraneando, subia até a praça para olhar o jogo. Compravam bebida e comida no costinha e sentavam na sombra das árvores até terminar as partidas. Isso quando não iam todo mundo confraternizar na volta dos jogadores no bar. Era bonito de ver.

[...] As brigas acalmaram, mas a rivalidade sempre existiu. Uma vez o ideal organizou um torneio com outros dois times e quando fomos pedir para participar eles disseram que já não tinha mais vaga. No primeiro domingo do campeonato deles, o Belarmino (presidente do ideal em 1995) veio me perguntar se os guris não queriam fardar e participar, pois um time tinha faltado. Aí juntamos a turma e jogamos. Resumo: ganhamos a final deles de virada. Eles ficaram bravos e não nos entregaram o troféu e as medalhas no campo. Só depois nos deram.

Nessa mesma final, o nosso lateral fez uma falta grave no atacante do ideal. O juiz deu cartão vermelho para ele. Na hora de sair de campo, ele xingou o cara do ideal que tinha meio que “batido uma boca” com ele, e chamou o cara de “FDP”. A mãe do rapaz estava na lateral do campo, assistindo ao jogo, e não pensou duas vezes – taco-lhe o banquinho de madeira que ela estava sentada nas costas do nosso jogador expulso. Na hora foi uma confusão só. Depois no bar nós ríamos dele dizendo que a “veia” na próxima dava uns tapa nele (risos) (DE PAULA, 2022).

De 1995 a 2001, o S.E.R Aratiba acumulou um total de 5 títulos entre participações no campeonato citadino e praieiro. Já seu arquirrival, amealhou 4

troféus de campeão, sendo todos eles conquistados nos torneios de praia realizados na PA.

Figura 51 - Atletas do S.E.R Aratiba celebrando o título de campeão praiano, no ano de 1995.



Fonte: Acervo particular de Valdo Costa

Ao contrário do que aconteceu com o Certame Praia Sete, os jogos de futebol praiano amador na Praça Aratiba continuam até os dias atuais. Porém, não com a mesma intensidade social e constância competitiva. Para Mauro, “a saída da velha guarda e a chegada de uma mocidade desinteressada em estar na rua jogando futebol” (DE PAULA, 2022), podem ser os principais motivos que levaram ao esboroamento da modalidade enquanto instrumento de socialização e lazer.

Outro aspecto que deve ser levado em consideração é o reflexo da pandemia de COVID 19. A impossibilidade do estar próximo, os protocolos de segurança e todo o receio social em torno da doença, por algum tempo, anulou qualquer iniciativa em direção a realização de eventos esportivos dessa natureza.

3.4. A prática do Campismo nas matas do Balneário dos Prazeres e Totó

A origem da palavra campismo deriva do inglês, “camping”, que significa, num sentido mais estrito, campo; num sentido mais lato viver no campo, vales, planícies e montanhas, nas margens dos rios ou nas praias, em suma, viver com a Natureza, utilizando uma tenda para atingir esse fim (FEDERAÇÃO DE CAMPISMO E MONTANHISMO DE PORTUGAL, 2012).

Brooker e Joppe (2013) definem o campismo como uma forma de recreação ao ar livre que permite rejuvenescer e socializar, que é em parte uma atividade e em parte alojamento. Esta prática envolve não só uma tenda básica, como também, uma caravana e até uma oferta de luxo. Refere-se também a uma modalidade que preza pelo viver ao livre em qualquer forma de abrigo/tenda por um breve período de tempo, seja em um parque de campismo, ambiente selvagem, etc. De acordo com estes autores, os campistas têm oportunidades únicas para quebrarem com as suas rotinas normais, distanciando-se tanto fisicamente, como psicologicamente da vida urbana.

O campismo é o lazer para quem procura contato direto com a natureza em todas as suas variantes, não significa apenas a utilização de uma tenda, mas toda e qualquer atividade que envolva a utilização de toda a gama de material de campismo, seja ele o mais simples, ou o mais complexo e sofisticado.

Assim, na literatura, as definições de campismo apresentam características comuns, todas pressupõem o contato com a natureza, e é considerada uma atividade que se realiza ao ar livre. Além disso, tal prática aparece como uma modalidade recreativa capaz de arregimentar a sociabilidade e interação socioambiental.

Muito comum nos Estados Unidos, na Europa e em alguns países da América Latina, como Argentina e Chile, o campismo possui diversas formas, sendo que a maior parte delas se pratica em barracas, clubes de camping, no litoral, nas serras, entre outros locais. De acordo com Muller e Hallal (2019), o campismo representa uma atividade saudável, divertida, relaxante e democrática, em que se pode encontrar praticantes de todos os estilos e classes sociais, incluindo famílias, amigos, casais, aventureiros, viajantes, etc. É também

a forma mais participativa em relação ao meio ambiente, a que menos desmata ou constrói, além de se encaixar em programas de preservação, como parques e outras áreas de proteção onde não se podem instalar hotéis ou pousadas. (Jornal da Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado de São Paulo – FETHESP, 2014, p. 06).

No Brasil, esse tipo de atividade turística e de lazer obteve maior expressão nas décadas de 1970 e 1980, quando famílias inteiras aproveitavam as férias e o tempo livre para desfrutarem o seu descanso junto à natureza. Com a popularização deste hábito, vários estados da federação testemunharam a proliferação de campings em suas cidades.

No Rio Grande do Sul, a Secretária de Turismo fomentou a construção desses espaços, buscando, provavelmente, dinamizar economicamente esse segmento em suas urbes. Hohlfeldt; Valles (2008), salientam que

A construção de campings também assumiu papel de destaque ao longo da primeira metade da década de 1970. Campings como o do parque Caracol, em Canela; do Guarujá, em Porto Alegre, além dos campings de São Lourenço, em São Lourenço do Sul; Marechal Osório, em Tramandaí; e São Francisco de Paula, na cidade que leva o mesmo nome, propiciavam ao turismo gaúcho maior diversidade de inserção turística. A principal obra neste setor foi o Camping Internacional de São Lourenço, inaugurado em fevereiro de 1975. Também conhecido como Camping Internacional da Lagoa dos Patos por estar às margens da lagoa, o local contava com luz elétrica, abastecimento de água potável, rede de esgotos, churrasqueiras, sanitários e um amplo espaço para acampamento, totalizando cinco hectares. Tornou-se o primeiro camping com status internacional no estado. A Secretaria de Turismo apostava neste investimento, tendo consciência de sua expansão, como alternativa perante o turismo convencional. Pesquisas mostram que 20 milhões de campistas eram filiados a entidades do ramo. Existiam, ainda, no Rio Grande do Sul, os campings projetados, que futuramente iniciaram suas obras, nas cidades de Iraí, Caxias do Sul, Cambará do Sul, Torres, Tramandaí, Cidreira, Camaquã, Caçapava do Sul, Pelotas e Rio Grande. (HOHLFELDT; VALLES, 2008, p.118-119).

Na cidade de Pelotas, mais especificamente na Praia do Laranjal, verificou-se que a prática do campismo esteve mais presente no Balneário dos Prazeres. Essa porção territorial apresenta “a maior concentração de áreas verdes, que correspondem a um fragmento remanescente de vegetação de

restinga do Bioma Mata Atlântica, tradicionalmente conhecida como Mata do Totó” (RUAS, 2012, p.81). A mata é atravessada pelo arroio Totó, o qual lhe confere o próprio nome. A formação vegetal está disposta ao longo da orla lagunar, no trajeto que vai do Balneário dos Prazeres à quase Colônia de pescadores Z-3. Dessa ampla área verde, com aproximadamente 180 hectares de extensão, apenas 7 hectares estão sob a tutela da prefeitura. O restante são propriedades particulares. Abaixo, é possível visualizar a Mata do Totó, juntamente com dois parcelamentos do solo no interior da vegetação.

Figura 52 - Mata do Totó, à beira da estrada que liga o Balneário dos Prazeres à Colônia Z-3.



Fonte: RUAS, 2012, p.156.

Ao longo da segunda metade do século XX, o campismo praieiro no Totó foi responsável por deslocar grande parte da população dos bairros pobres e afastados da cidade, interessadas em veranejar nessa porção territorial da orla do Laranjal. A maioria desses frequentadores costumava trazer de casa os seus próprios utensílios domésticos, redes, barracas, lanches e bebidas, e todo material necessário para um dia de acampamento familiar no interior das clareiras florestais do Totó.

O lazer e sociabilidade em torno da natureza, neste caso, significava aos sujeitos envolvidos, uma oportunidade economicamente viável de descanso e tranquilidade à beira da praia. Além disso, os Balneários Santo Antônio e Valverde, por apresentarem uma orla mais urbanizada, pensada para o turismo, consumo e moradia, não mostrava-se um lugar convidativo para um campismo popular, de baixa renda e espontâneo, como aquele empreendido no Balneário dos Prazeres e Totó, ao longo da segunda metade do século XX.

A própria prefeitura de Pelotas nunca permitiu acampamentos e churrascos na orla destes dois balneários mais bem estruturados. Os interesses de veraneio da elite pelotense, assiduamente frequentadora e moradora do Santo Antônio e Valverde, nunca coadunam-se com o lazer e entretenimento do “povão” oriundo do Barro Duro. Como bem sintetiza o jornal Correio do Povo: “Enquanto os ricos desfrutam as belezas do Santo Antônio, os pobres, geralmente de cor, reúnem-se no Balneário dos Prazeres” (CORREIO DO POVO, 1979, p.04).

Com a crescente demanda e popularização do campismo, a prefeitura de Pelotas, a exemplo de outros municípios gaúchos, resolveu construir um espaço destinado a este tipo de lazer. Em 27 de Abril de 1979, o então vice-prefeito, em exercício, Arion Ronaldo Ribeiro autorizou a doação de imóvel para a implantação do Camping Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PELOTAS, Estado do Rio Grande do Sul.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o poder Executivo autorizado a fazer doação para a Empresa de Turismo de Pelotas - ETURPEL - de uma área de terras com 7 (sete) hectares, situada à margem da Lagoa dos Patos, no lugar denominado Estância dos Prazeres, no Laranjal, 2º Distrito deste Município, limitando-se ao norte com propriedade de Luiz Virgílio de Assumpção Xavier, por onde mede 250,00m, a leste igualmente com Luiz Virgílio de Assumpção Xavier, por onde mede 257,00m., ao sul mede 310,00m. em divisa com a Lagoa dos Patos e a oeste mede 250,00m. em divisa com propriedade de Aluisio Duarte Cruz, tudo de conformidade com a planta anexa, que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2º O imóvel, objeto da doação, destina-se à implantação do Camping Municipal e reverterá ao patrimônio do Município caso lhe seja dada destinação diversa.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação. (Pelotas, 1979, s/p)

Como era de praxe, todas as articulações e reivindicações populares em torno do futuro camping, acabavam ganhando reverberação nas páginas dos periódicos jornalísticos de Pelotas. Conforme reportagem “Camping dos Prazeres pronto até dezembro”, percebe-se o andamento das obras:

As obras do Camping dos Prazeres [...] estarão concluídas em 80 por cento de seu todo até o final deste ano. Por isso, a partir de dezembro será possível a utilização da área pelos campistas, em caráter precário. A revelação é da Empresa de Turismo do Município de Pelotas, Eturpel, ao acrescentar haver o Banco do Desenvolvimento da Região Sul (Badesul) já liberado duas parcelas de recursos financeiros, somando Cr\$ 3 milhões, estando programada a liberação de mais de Cr\$ 1 milhão para os próximos dias. [...] As obras civis estão em pleno andamento, estando em fase adiantada a construção do centro administrativo, sanitário, devendo iniciar na próxima semana a implantação de um poço artesiano e de um reservatório de água, com capacidade para 10 mil litros. Também estão em desenvolvimento as obras de eletrificação da área (DIÁRIO POPULAR, 23 de Outubro de 1980, p.8).

Segundo Muller e Hallal (2019), a aguardada inauguração do “Camping dos Prazeres”, como era chamado na época, foi antecipada para o início de 1981. No dia 7 de Janeiro deste ano, o Diário Popular publicou uma matéria detalhada, onde descrevia a evolução das obras estruturais do camping, além de uma possível data de fundação do empreendimento. A proximidade com a Lagoa e a sua respectiva balneabilidade são trazidos na matéria jornalística como os principais atrativos para os campistas da época. Em relação à Colônia de Pescadores da Z 3, a reportagem exemplifica a oportunidade de contato do turistas com os próprios pescadores e o peixe direto do barco, assim com uma paisagem pitoresca de Pelotas.

Em 28 de Janeiro de 1981, o então Secretário da Cultura, Desporto e Turismo, Barbosa Lessa, utiliza o Diário Popular para anunciar a inauguração do “Camping dos Prazeres”.

Este camping, destinado para o lazer, principalmente na época de veraneio, apresentava um projeto que continha uma infraestrutura chamativa para os campistas da região, dando ênfase para a existência de rede elétrica e hidráulica, incluindo também um bar, além de 600 cabanas previstas para serem construídas, sendo 250 já construídas, e churrasqueiras coletivas. (DIÁRIO POPULAR, 28 de Janeiro de 1981, p.4).

O Camping foi oficialmente inaugurado no dia 31 de Janeiro de 1981, pelo então prefeito Irajá Andara Rodrigues. Com capacidade para 600 barracas, o empreendimento, inicialmente, disponibilizou uma ocupação máxima de 250 barracas no local. É importante dizer que a efetiva abertura do Camping a comunidade pelotense só ocorreu no dia 19 de Março do mesmo ano, sendo este dia isento de qualquer valor. Segundo o secretário municipal de Turismo, Mário Holvórcem, a intenção foi proporcionar à comunidade local conhecer o espaço “que é de todos”.

Sábado e domingo próximos, o “Camping dos Prazeres” será aberto à visita pública, sem nenhum ônus, “podendo o pessoal levar a carne e o espeto, pois a churrasqueira nós oferecemos e há muita bebida em nosso bar”, declarou ontem o secretário municipal de Turismo, Mário Antônio Holvórcem, no lançar um convite aos pelotenses para conhecerem o local, “que é de todos”. (DIÁRIO POPULAR, 1981, Contracapa)

A Empresa de Turismo do Município de Pelotas - ETURPEL era a responsável pela administração do camping e, no dia da inauguração, ofereceu uma bela peixada a todos aqueles que faziam-se presentes no evento. A cerimônia ainda contou com a participação musical da banda do 4º batalhão da Polícia Militar de Pelotas.

O camping durante um longo período foi frequentado principalmente durante o verão e nos feriados do ano. No local ocorriam alguns eventos relacionadas ao esporte, arte e natureza. De acordo com Ruas (2012),

Esse espaço passou a ser ocupado por veranistas que apenas frequentavam a praia sem condições de pagar por um terreno ou aluguel, optando pelo camping, ou por aqueles que não tinham interesse em adquirir uma casa de praia e frequentavam o Balneário dos Prazeres, por este possuir maior beleza natural, sombra e uma água mais confiável. O balneário dos Prazeres, por possuir maior área de matas, sempre foi considerado o mais bonito de todos. No entanto, recebeu menos investimentos com

infraestrutura, tanto por parte dos loteadores, quanto pela municipalidade. (RUAS, 2012, p. 149).

O “Camping dos Prazeres”, embora tenha conseguido mobilizar à sociedade, nos anos 1980, acabou sofrendo com os revezes da sazonalidade. Em outras palavras, seu funcionamento, com grande número de frequentadores pagantes, limitava-se ao período de verão e, em alguns feriados do ano. Após isso, o espaço amargava com a baixa procura e abandono, característico da estação invernal. Com o passar dos anos, essa dinâmica de “Altos e Baixos”, somado a problemas de licenciamento e degradação ambiental, parecem ter conduzido o camping em direção a decadência que, até então, não foi superada.

Em dezembro de 2018, após várias tentativas de transformar o espaço falido em um Ecocamping, a área de 7 hectares de mata nativa, as margens da Lagoa dos Patos, torna-se a primeira Unidade de Conservação Ambiental da cidade de Pelotas. A gestão da prefeita Paula Schild Mascarenhas “lavou as mãos” para qualquer tentativa de retomada do empreendimento, sob a tutela do município. De acordo com a mesma: “Não é função do Município administrar um camping”. (AMIGOS DE PELOTAS, 19 de Dezembro de.2018).

Figura 53 - Rol de entrada do Ecocamping Municipal de Pelotas.



Fonte: Autor (2012).

Por fim, vale ressaltar a existência de outra modalidade de campismo bastante tradicional no Balneário dos Prazeres. Trata-se dos acampamentos lúdico-religiosos, de matriz africana, ligados a Festa de Iemanjá. “Em razão do

contexto histórico e sociológico, inclusive mitológico, de constituição do Balneário dos Prazeres, há nesta praia uma marcada relação simbólica com as religiões afro-brasileiras, mas especialmente, com a divindade Iemanjá” (CAMPOS, 2015, p.164).

Segundo informações do atual presidente da Federação Afro Umbandista e Espiritualista do Rio Grande do Sul (FAUERS), Everton Alfonsin, esta confraternização religiosa ocorre há mais de 58 anos no Barro Duro.

Ao entrevistar o umbandista Joabe Bohns, de 69 anos de idade, toma-se conhecimento de que o campismo religioso existe nesta estação balnear desde 1965, e se constituíam por meio de intenso deslocamento para fins de usufruto das periferias da cidade para a periferia da praia. De acordo com Joabe,

A prefeitura outorgava à Federação de Umbanda dar a licença a todas as terreiras filiadas à federação para acompanhar os eventos, para acamparem no mês de dezembro, de 1º de dezembro a 28 de fevereiro, era livre o acampamento lá.

Uma coisa eu te digo, existia a Festa e existia o campista. Aquele que ia pra lá (Balneário dos Prazeres) pra aproveitar o verão e participar da Festa. Iam pra lá pessoas que não eram da religião, mas acampavam, esperando a Festa. [...] Eu vou te dizer, eu era um campista que chegava a passar três meses dentro do mato. Eu ia antes do natal e só saía de lá quando começava o carnaval. [...] É aquilo que eu digo, tem o acampamento em si, e tem os encerramentos dos terreiros. Que é outra coisa. As pessoas iam acampar lá pra participar da Festa, iam pra lá no período de verão e acampavam lá até a realização da festa. Outras pessoas já iam com os terreiros, 15 dias, 20 dias antes pra fazer os encerramentos do mato e água e participar da festa (BOHNS, 2021).

Os acampamentos faziam parte da cerimônia religiosa para que os rituais, que celebram a divindade Iemanjá, ocorressem. Campos (2015) salienta que na cosmologia afro-brasileira, alimentar os orixás é uma forma respeitosa de homenagem e/ou culto. Portanto, ter um espaço apropriado para preparar os alimentos tornava-se indispensável para todo este processo ritualístico. Fato que, segundo a autora, justificaria a existência de acampamentos bem estruturados para este fim. Além disso, o acampamento também era importante para que as pessoas da terreira (família de santo) tivessem um lugar para

descanso, tendo em vista que as festividades duravam a noite inteira, do dia 1º ao dia 2.

Após décadas de presença campista nos espaços de mata nativa no Balneário dos Prazeres e Totó, os problemas ambientais começaram aparecer, causando “dor de cabeça” ao poder público local. O descarte indiscriminado de resíduos sólidos (garrafas pet, vidro, sacolas plásticas, pneus, etc.); a queima de raízes e demais extratos da mata; desmatamento da malha florestal e erosões, são alguns exemplos de danos causados pela atividade campista nesta porção da orla do Laranjal.

Como resposta, a prefeitura de Pelotas decretou a Lei 4336/1998 que transforma a Mata do Totó em Área de Proteção Permanente (APP), de valor paisagístico e ecológico. A frouxidão nas fiscalizações e a audácia de alguns grupos veranistas, fizeram com que crimes ambientais continuassem sendo praticados na região até meados de 2011, conforme aponta a notícia abaixo.

Figura 54 - Fotorreportagem enfatizando a devastação ambiental ocasionada pela presença irregular de campistas no Totó.



Fonte: Jornal Diário da Manhã, 28 de Janeiro de 2011, p.4.

Em 2014, o poder público local deu mais um passo em direção a preservação ambiental desta região, impossibilitando a realização de acampamentos religiosos nas matas do Balneário dos Prazeres. A decisão gerou inúmeros embates entre as principais lideranças Umbandistas de Pelotas e grupos ambientalistas que defendiam a salvaguarda do Bioma Mata Atlântica na orla do Laranjal. Atualmente, pode-se dizer que a prática do campismo passou por um processo de redirecionamento territorial, sendo mais comum observa-los em propriedades particularidades, situadas na região colonial de Pelotas.

3.5. “Muito Sol, Areia e Banhos na Lagoa”: Lazer e Prazer à beira do Laranjal.

Até aqui observou-se uma série de atividades relacionadas à sociabilidade e lazer, mas nenhuma delas talvez seja tão primordial quanto as próprias interações veranistas na areia da praia, e nos banhos de água doce na Lagoa dos Patos. Isto porque, na grande maioria das vezes, os indivíduos que procuram o litoral querem justamente usufruir o espaço da beira da orla, seja refrescando-se em demorados banhos, seja descansando abaixo de um guarda-sol, ou até mesmo expondo-se livremente ao sol.

No Laranjal, por possuir uma das mais belas orlas da costa doce gaúcha, o lazer e sociabilidade em torno da beira da praia sempre foi algo marcante na história deste lugar. Assim, esse tópico destina-se a demonstrar um pouco desta perspectiva lúdica de lazer e prazer familiar no seio destas três estações balneárias em estudo.

Mesmo não sendo um litoral marítimo, cuja procura sabe-se que é amplamente maior do que corpos hídricos de água doce, os banhos na Lagoa dos Patos sempre foram um atrativo ao público veranista que fazia-se (e se faz) presente no Laranjal. Ao entrevistar a moradora do Balneário Santo Antônio, Amparo Drummond, de 69 anos, percebe-se o apreço que ela nutria pela prática de banhos na Lagoa nos anos de 1990, época em que começou a morar na praia. Segundo a mesma,

Eu mineira que sou, logo que cheguei aqui para morar no Santo Antônio, me encantei com essa Lagoa. Eu nunca tive isso no lugar de onde eu vim. Era só montanha (risos). Eu e meu marido gostávamos de tomar banho na praia logo pela manhã. Água era cristalina, quentinha do sol. Uma beleza. Chegava a murchar os dedos pelo tempo que passávamos dentro d'água. Meu filho mais velho que, na época, tinha 5 anos de idade, ficava sentadinho na beira da Lagoa, brincando com um baldinho e um barquinho com a vela que meu pai fez para ele.

[...] aos domingos, o Roberto (seu marido) pegava o caiaque dele e passava horas remando, de ponta a ponta, os balneários pela Lagoa. Ele sempre queria levar o guri (filho) com ele, mas nunca deixei. Tinha medo que virasse (caiaque) e acontecesse alguma coisa com o Ricardo (filho).

[...] Essa questão do banho eu me lembro que era motivo de preocupação entre os vizinhos. A dona Arlete, que mora aqui na casa 657, seguidamente me dizia assim: “Amparo essa lagoa tá suja, tem gente ficando doente porque toma banho ali. Vejo tu ir seguido lá com teu marido. Não quero ser intrometida, estou falando por que te quero bem” (DRUMMOND, 2021).

Um ponto interessante no depoimento de Amparo é este encontro sensitivo dos sujeitos com os banhos de Lagoa. Diferentemente da perspectiva terapêutico-curativa dos banhos de Mar do século XIX, banhar-se no Laranjal pode ser visto como a expressão de um lazer lúdico e recreativo, capaz de proporcionar prazer físico e relaxamento mental aos banhistas que desta prática se valem, espontaneamente. No seu texto “*A construção social da Praia*”, a socióloga Helena Cristina Machado comenta sobre a praia enquanto espaço de prazer lúdico.

Nas primeiras décadas do século XX, emerge claramente a “praia lúdica”. Os códigos de leitura e apreciação deste espaço vão incluir não só a contemplação admirativa da natureza marítima, identificada na fase terapêutica da praia, mas um contato muito mais intenso com o mar, sol e areia.

A Praia entendida como um espaço vocacionado para o prazer corresponde a uma valorização dos elementos “quentes”, isto é, o relaxamento, diminuição de tensão e exaltação do libido (MACHADO, 2000, p.212).

Nessa mesma direção, Urbain (2007) dirá que banhar-se na praia proporciona aos sujeitos a contemplação dos rostos, corpos, manifestações miméticas, gestos, comportamentos, palavras ou gritos. Estes elementos, depois de assimilados, decifram os signos do prazer que eles comunicam.

Figura 55 - Uma cena típica de banhos no Laranjal, onde destaca-se a presença do jovem Ricardo Drummond, na época, com 9 anos de idade, aproveitando alegremente o frescor da Lagoa no Balneário Santo Antônio (1996).



Fonte: Acervo particular de Amparo Drummond.

Figura 56 - Esposo de Amparo Drummond divertindo-se com seu caiaque na Praia do Laranjal (1998).



Fonte: Acervo particular de Amparo Drummond.

Veranista assídua no Balneário dos Prazeres, Neila Santos, de 68 anos, recorda os tempos em que o Barro Duro era uma referência para aqueles que desejavam banhar-se na Lagoa. De acordo com a depoente, nos anos de 1980 até 2000, era comum as pessoas dizerem que era mais seguro tomar banho nesta parte do Laranjal (Balneário dos Prazeres). “Eu era adolescente e nunca entendi o porquê disso, pois tudo é a mesma água”, ou tem alguma barreira dentro da Lagoa? (Risos)” (SANTOS, 2021). Ainda sobre o ir à praia para tomar banho, a mesma prossegue dizendo:

Para mim não fazia muita diferença essa história de poder ou não tomar banho aqui (Balneário dos Prazeres) ou lá (os dois outros balneários). Até porque o meu pai sempre alugou casa na temporada de veraneio aqui no Balneário (Prazeres).

Eu estava mais interessada em aproveitar as férias o máximo possível na beira da praia, porque depois começavam as aulas e o único banho que eu podia tomar era o de chuveiro (risos).

[...] Naquela época, eu estava começando a namorar com o Gaspar (marido). Então nos meses de verão nós aproveitávamos para ficarmos juntos aqui na praia, tomar banho na Lagoa, fazer piquenique, etc.

[...] Eu me lembro que o pai trabalhava na prefeitura e uma vez ele trouxe para casa aquelas câmaras de pneu de caminhão. Nós enchíamos e usávamos elas como boia para tomar banho no Laranjal. Era muito bom! A gente ficava horas boiando ao “Léo” (gíria para espontaneidade), só aproveitando o sol e refrescando o corpinho, que naquela época era muito mais esbelto do que hoje (risos) (SANTOS, 2021).

No que tange ao universo dos banhos no Laranjal, é relevante comentar, rapidamente, sobre esta questão da balneabilidade, isto é, a Lagoa dos Patos estar ou não apropriada para receber banhistas no verão. Conforme observou-se nos dois depoimentos acima, a poluição da enseada do Laranjal transmitia insegurança e riscos à saúde pública àqueles que vislumbravam usufruí-la.

Desde a fundação dos balneários, a contaminação das águas já era um tema corrente entre a comunidade Pelotense. Os jornais, ano após ano, publicaram notícias, ora sinalizando para uma suposta despoluição da Lagoa, ora chamando a atenção dos Pelotenses para os perigosos índices de contaminação constantes na mesma. Com a chamada – “Mais um verão sem banho. Laranjal Poluído – o Jornal Diário Popular destacou que

As águas do Laranjal apresentarão neste verão o mesmo nível de poluição – a menos que chova muito – pois nenhuma medida foi tomada para diminuir o problema, afirmou ontem o delegado regional da saúde Leomar Saueressig. Segundo ele, o surgimento de coliformes fecais no Laranjal poderiam ser evitados através de um plano de tratamento dos esgotos cloacais de Pelotas. Como tal medida ainda não foi tomada, Saueressig disse que a poluição será igual à ocorrida no verão passado – “pois se nada foi feito, nada leva a pensar ao contrário”, - e, assim, mais uma vez serão colocadas placas de alerta aos banhistas” (DIÁRIO POPULAR, 23 de Março de 1982, p.5).

De acordo com Ruas (2012), com a intensificação da urbanização do Pós – guerra, Pelotas experimentou um rápido crescimento, porém sem dar conta dos serviços urbanos triviais, como o tratamento prévio dos resíduos, tanto oriundos de esgotos domésticos, quanto industriais. Esses dejetos urbanos, somados aos esgotos sanitários sem tratamento gerados pelos banhistas, significaram um grande volume de poluentes nesse trecho da orla. Os dejetos, dirá a autora, por conta da formação geomorfológica, da dinâmica natural de circulação das águas, e de variáveis climatológicas, como regime de chuvas e direção dos ventos nos meses de verão, concentram-se na enseada do Laranjal, provocando a contaminação dos balneários, ano após ano.

A balneabilidade, ou a falta dela na enseada do Laranjal, até hoje é motivo de debates e indefinições. Frente a este histórico problema, os veranistas/banhistas que frequentam a praia, acabam optando ou por adentrar a Lagoa, nas áreas consideradas “próprias” para banho, ou limitam-se a aproveitar o espaço da areia da praia, sem que haja contato físico com as águas do Laranjal. Para o músico e morador da praia, Sady Homrich, essa situação mal resolvida é “uma verdadeira lástima porque com essa bela orla que temos, uma Lagoa tratada e adequada ao banho iria impulsionar muito o turismo aqui para a nossa cidade. Uma pena que não há interesse em resolver isso” (HOMRICH, 2022).

Além dos banhos na Lagoa, as areias do Laranjal também possuem importante papel na sociabilidade e no cotidiano de veraneio na praia. Com o sol ao alto, garantindo espontaneamente o bronzear dos corpos, é que amizades são celebradas; amores começam e terminam; encontros acontecem; conflitos fraturam a tranquilidade e sensações afloram entre os indivíduos. Em outras palavras, “o espaço areal da praia favorece uma multiplicidade de engajamentos simultâneos ou sucedâneos, na companhia de familiares, amigos, conhecidos ou em presença de desconhecidos” (CRUZ, 2012, p.123).

Figura 57 - Os jovens Jorge Ivan da Costa Gertum e Leocádia Assumpção de Assumpção em clima de romance nas areias do Laranjal (1961).



Fonte: Acervo particular de Felipe Assumpção Gertum.

A fotografia acima permite pensar a praia enquanto território das sensibilidades. Uma paisagem capaz de oferecer aos indivíduos apaixonados um clima de sossego, contemplação e hedonismo. Felipe recorda que sua mãe constantemente dizia que o “Laranjal é o recanto dos apaixonados. Um lugar onde ela afirmava ter vivido momentos de amor e alegria junto com papai” (GERTUM, 2022).

O prazer e lazer que homens e mulheres pelotenses desfrutaram (e ainda usufruem) nos Balneários do Laranjal encontram-se imersos em uma rede de sociabilidade que é própria destes espaços públicos, caracterizados pela ludicidade e convivência efêmera à beira do litoral.

Figura 58 - Inúmeras famílias socializando à beira da praia (1987).



Fonte: Disponível em: www.AntigaPelotas.com/Facebook. Acessado em: 18/04/2022

Para Elias (2008), a aproximação entre os indivíduos ocorre para a realização de toda uma gama de necessidades emocionais. Assim, sujeitos em cadeias de interdependência se envolvem por motivos afetivos e sentimentais, “a partir de um processo de reconhecimento de afinidades, estabelecendo nos territórios praias, relacionamentos com quem consideram seus assemelhados” (ELIAS, 2008, p.120).

Outro aspecto central nas relações de sociabilidade nos Balneários do Laranjal são a visibilidade e exposição dos corpos à beira da praia. A questão é tão marcante que o jornal Diário da Manhã criou, na década de 1970, um editorial suplementar encarregado de fazer toda a cobertura e registro midiático da presença do público feminino nas areias da praia. Com uma coluna intitulada como “as belas do Laranjal”, o editor responsável, Sérgio Machado tecia inúmeros comentários especulativos sobre o estilo de vestimenta e a forma como as veranistas estariam exibindo as suas curvas e silhuetas na praia.

Em algumas ocasiões, o editorial em questão, chegou a oferecer as moças elegidas, semanalmente, como “A Bela do Laranjal”, premiações em dinheiro ou brindes de patrocinadores do jornal.

Figura 59 – Fotorreportagem de uma veranista eleita como a bela do Laranjal, no verão de 1979.



Fonte: Jornal da Praia, edição suplementar, diariamente presente no Jornal Diário da Manhã, 23 de Fevereiro de 1979, p.10.

Por último, vale frisar a utilização do espaço da orla pelo público infantil. Pois como é tradicional na cena cotidiana de qualquer praia brasileira, enquanto os adultos socializavam, da forma que lhes era mais cômoda, os “pequeninos” distraíam-se exercitando o seu imaginário e/ou explorando a sua sensorialidade ao brincar na areia.

Figura 60 - O pequeno Sady Homrich, seu primo e um cachorrinho, em um típico momento de lazer infantil nas areias do Laranjal. (1982).



Fonte: Acervo particular de Sady Homrich.

Finaliza-se este tópico do texto com a nítida convicção que a cidade de Pelotas, representada por sua Praia do Laranjal, possui uma cultura de veraneio própria, construída social e historicamente pelos habitantes e frequentadores assíduos desta orla lagunar. Em uma frase bastante simbólica, Felipe Gertum diz que: “O Laranjal é um grande espetáculo da vida pelotense à beira da praia” (GERTUM, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na segunda metade do século XX, as novas formas de usufruir o tempo livre transformaram o espaço litorâneo de praia em um lugar de veraneio, descanso e múltiplas sociabilidades.

No Rio Grande do Sul, a conjuntura geográfica composta por zonas marítimas e orlas Lagunares, oferecerem, ano após ano, ao povo gaúcho, a possibilidade de desfrutar diversas experiências de lazer e fruição, seja junto as águas “frias” das praias oceânicas, seja nas enseadas de água “quente” e rasa das estações balneares da costa doce.

Ao longo desta pesquisa, observou-se que esse hábito social de veraneio, originário da Europa, não tardou muito em atravessar o oceano atlântico e fixar-se em território americano. No Brasil, inúmeras cidades testemunharam o nascimento de estações balneares vocacionadas a atender, num primeiro momento, os desejos das elites simpáticas a este novo modelo de sociabilidade e lazer junto ao litoral.

Em Pelotas, como se viu, esta tendência de descanso à beira da praia inicialmente foi acontecendo de forma improvisada e seleta. Até o final dos anos de 1940, ir à praia no município estava ao alcance de alguns poucos grupos que tinham relação de proximidade com a família Assumpção, proprietária de uma área privilegiada, cuja presença da Lagoa dos Patos passou a atrair o interesse da comunidade Pelotense, desvalida, até então, de um espaço balnear aberto ao público.

Vale salientar que a solidariedade e empatia dos Assumpção com aqueles que iam até os portões de suas fazendas, solicitando acesso à Lagoa, garantiu por algum tempo os veraneios e finais de semana de Pelotenses que se aventuravam até essas terras para descansarem e refrescarem-se à beira da praia nativa que ali existia.

A cada novo veraneio em Pelotas, crescia a necessidade de colocar o município no mapa das cidades que continham uma praia pública para chamar de sua. Ficou nítido no trabalho que instaurou-se uma verdadeira campanha em

prol da construção de um balneário para atender a região. E aqui vale mencionar o papel da mídia jornalística como fomentadora do lazer de verão e da própria materialização do projeto chamado “Praia do Laranjal”, conforme foi demonstrado ao longo do trabalho.

O destaque vai principalmente para a atuação do jornal Diário Popular que, a partir de uma cobertura militante, publicando diariamente toda e qualquer informação relacionada ao empreendimento, foi peça essencial, também, na construção de adesão social e desejo imobiliário em torno dos loteamentos que deram origem aos três balneários no Laranjal.

Esse estudo procurou demonstrar também que, historicamente, existiu e existe um explícito processo de segregação sócio espacial entre os Balneários Santo Antônio e Valverde frente ao Balneário dos Prazeres, popularmente apelidado de “Barro Duro”, e pejorativamente chamado, por sujeitos de índole duvidosa, de “planeta dos macacos”, “terra de macumbeiro” e “praia dos pobres”.

Como foi visto no capítulo dois, essa situação de distinção tem início já no próprio processo de fundação dos balneários. Enquanto os terrenos mais bem localizados foram vendidos aos membros da elite Pelotense, dando origem aos Balneários Santo Antônio e Valverde, aquelas áreas mais baixas e afastadas, por demandarem maiores gastos com infraestrutura, acabaram sendo negociadas por preços mais acessíveis, atraindo, portanto, as camadas mais populares que passam a residir no Balneário dos Prazeres, Pontal da Barra e Colônia de pescadores Z-3.

Ao longo de toda a trajetória de urbanização da orla do Laranjal, intensificada com o “projeto orla da praia”, em 1990, as disparidades espaciais e sociais entre essas estações balneares ficaram ainda mais nítidas.

No Santo Antônio e Valverde, a prefeitura investiu na revitalização da orla, plantando árvores, construindo um amplo calçadão de passeio, pavimentando as principais ruas e avenidas que davam acesso à praia, e instalando, em parceria com o SESC, um ponto de cultura/turismo que promove, durante a temporada de verão, atividades esportivas, aulas de dança, empréstimos de materiais de praia e apresentações musicais. Na área comercial, ambos os balneários passaram a contar com bares, restaurantes e quiosques prontos a

servir os veranistas com pratos gastronômicos típicos da região. Outro aspecto relevante a economia da localidade foi a edificação do centro comercial/Shopping “Mar de Dentro” no ano de 2003.

Assim, enquanto no “Resort dos Ricos” (forma como os moradores do Balneário dos Prazeres referem-se aos outros dois balneários vizinhos) a elite e a classe média usufruem as melhores condições de infraestrutura para o seu veraneio, a população menos abastada do Barro Duro e os veranistas de baixa renda, acabam tendo que se contentar com um veraneio de poucos recursos e menos atividades de consumo comercial. Mesmo contando com uma bela paisagem natural, a orla do Balneário dos Prazeres á muitas décadas não recebe qualquer investimento efetivo ou atenção por parte do poder público local.

Além da degradação ecológica de suas matas, erosão e avanço de moradias irregulares na beira da praia, a região do Barro Duro luta, ano após ano, para que seus moradores tenham acesso a melhores condições de atendimento nas áreas de saúde, saneamento básico, iluminação e segurança pública.

Perante a este cenário de distinção sócio espacial, é preciso dizer, por outro lado que, ao entrevistar alguns moradores, veranistas, comerciantes, e outros sujeitos envolvidos com os balneários analisados, percebeu-se a existência de um sentimento de pertencimento e identidade social entre os diferentes grupos que compõem esses espaços de praia.

Entre as pessoas ligadas ao Balneário dos Prazeres, nota-se uma satisfação em serem “cria do barro duro”, ou seja, interagirem com cidadãos de mesmo patamar socioeconômico, que apreciam estar a volta da Praça Aratiba, seja aproveitando a sombra das arvores, seja degustando um chimarrão, enquanto caminham próximo a gruta de lemanjá. Pessoas modestas que apesar de todas as dificuldades estruturais de sua localidade, e toda a carga de preconceito que recai sobre seu bairro, parecem orgulharem-se em comungar das mesmas religiões, hábitos e costumes.

A mesma coisa ocorre entre as pessoas pertencentes ao Santo Antônio e Valverde. Ao longo da pesquisa, identificou-se o mesmo tipo de apreço em habitar essas localidades. Durante as entrevistas, ficou evidente o nível de

pertencimento dos indivíduos para com a região na qual estão inseridos, gerando laços identitários e afetivos com o lugar. A cordialidade e solidariedade entre os habitantes desses balneários são aspectos que apareceram constantemente nos depoimentos dos sujeitos entrevistados para a pesquisa. Frases como: “Aqui as pessoas são educadas e preocupadas umas com as outras”; “Aqui me sinto querido pelos indivíduos que me cercam”, são alguns exemplos da atmosfera social que, historicamente, vem se estabelecendo nessas estações balneares.

No que diz respeito aos espaços e relações de sociabilidade e lazer nos Balneários do Laranjal, o presente estudo demonstrou o quão diversificado pode ser o uso e apropriação do espaço da praia.

Os clubes sociais recreativos, criados no Laranjal, foram espaços vocacionados e bem sucedidos de entretenimento e socialização. A proposta central de todos eles era basicamente oferecer um número diversificado de atividades esportivas e eventos festivos a aqueles indivíduos capazes de pagar por tal benefício e exclusividade. Além disso, essas instituições tiveram a capacidade de aglutinar grupos pertencentes a elite de Pelotas. Indivíduos que a cada novo evento, promovido nos salões nobres destes clubes, faziam questão de participar do jogo de exibicionismo e demonstração de influência que eram característicos neste tipo de ambiente sociocultural.

Com a chegada da contemporaneidade e o advento de novos costumes e hábitos sociais, fizeram com que este tipo de instituição entrasse em pleno declínio. A pesquisa inclusive oferece algumas possíveis causas para a ocorrência deste decair envolvendo os clubes sociais na praia do Laranjal. O único que ainda mantém suas portas abertas é o Laranjal Praia Clube. Os outros dois, restou somente a lembrança de seus tempos áureos. Mais nada!

Já no campo da sociabilidade e lazer “aberto a todos”, destacou-se a importância das práticas desportivas no Laranjal. A ênfase maior foi dada ao futebol praiano ocorrido na Praça Aratiba e no estádio do Praia Sete. Ambos foram responsáveis por protagonizar grandes espetáculos dentro e fora campo. A simpatia social pela modalidade era tão expressiva que foi capaz de arregimentar a presença de veranistas de todos os cantos da orla do Laranjal, além de atrair o interesse de moradores advindos de outros bairros da cidade.

Após o término das atividades no Praia Sete, em 2012, e o advento da pandemia de COVID 19 em 2019, o futebol praiano no Laranjal sofreu um enfraquecimento significativo. Na Praça Aratiba, as competições estão voltando a ocorrer, mas sem a mesma intensidade, brilho e sociabilidade de outrora.

A prática do campismo nas matas do Totó e na orla florestal do Balneário dos Prazeres também significou uma forma particular de sociabilidade e lazer junto a natureza. As camadas populares de Pelotas viram nesta modalidade uma oportunidade de usufruir o veraneio em família de maneira espontânea e barata, pois grande parte dos recursos materiais utilizados nestas empreitadas campistas eram trazidos de casa, sem que houvesse a necessidade de grandes gastos. Aqueles que optavam pelo Camping dos Prazeres, ainda tiveram a condição de aproveitar por mais tempo o contato com a praia, podendo até realizar um acampamento mais bem estruturado, utilizando trailers, caminhões, ônibus e outros veículos que, na ocasião, transformavam-se em casas improvisadas sobre rodas.

No Balneário dos Prazeres, observou-se que esta ação de acampar na praia também ocorreu entre grupos religiosos de matriz africana, durante as festividades de iemanjá. Diversas terreiras umbandistas em Pelotas valiam-se desta prática para terem um local apropriado para descansar e pernoitar. Além disso, esse campismo lúdico-religioso à beira da orla possibilitava o manejo e preparo das oferendas, destinadas as santidades homenageadas na ocasião. Com o aumento expressivo da degradação ambiental na localidade, acampar na malha florestal nativa no Laranjal tornou-se uma atividade proibida por lei municipal. Fato que pôs fim a este tipo de lazer na orla da praia em Pelotas.

O presente estudo também chamou a atenção para o lazer e prazer provocado pelo contato dos veranistas com a beira da praia. A ênfase dada foi justamente nas interações sociais espontâneas que aconteciam (e ainda ocorrem) no espaço da areia e nas práticas de banho junto a Lagoa dos Patos. Nesse ponto, a pesquisa demonstra as sensibilidades em torno do veraneio de praia. Lugar de emoção, gestualidade, sentimentos e desejos. Um território capaz de mediar o encontro do “físico” e “social”, aproximando pessoas iguais e/ou estranhos em um intercâmbio de fácil realização, mas de duração efêmera.

Além dos aspectos abordados na pesquisa, valem algumas ressalvas sobre aquilo que propositalmente foi deixado para estudos futuros. Ciente dos limites dessa dissertação, optou-se por não aprofundar as reflexões em torno dos conflitos socioambientais que, historicamente, ferem o cotidiano de veraneio nos balneários estudados. Outro ponto não privilegiado neste análise foram as dinâmicas do turismo na orla do Laranjal. Há também uma exclusão consciente no que se refere ao lugar da Colônia de Pescadores da Z-3 e Pontal da Barra na lógica de convivência e lazer na enseada do Laranjal. Sendo assim, fica claro que existem caminhos ainda não percorridos e que merecem ser trilhados, talvez, em um futuro próximo.

Por fim, digo que a Praia do Laranjal é o lugar que sempre fez, e sempre fará parte da minha vida. Uma bela paisagem que me fascinou desde o primeiro momento em que lá estive. Hoje, em 2023, a forma que encontrei para homenagear e dar visibilidade a este cenário tão especial foi a realização deste trabalho. Singelo, imperfeito, mas escrito com todo amor, carinho e dedicação.

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. **La Sociabilidad como Categoría Histórica**. In: FUNDACION MARIO GONGORA. Formas de Sociabilidad em Chile 1840-1940. Santiago do Chile: Vivaria, 1992, p..119-121.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado: ensaios de teoria da História**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALBERTI, Verena. Fontes orais: **História dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes Orais. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ANDRADE, Luís Guilherme Albuquerque de. **O espaço público da praia: reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 12ª edição revisada. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

AQUINO, Eduardo Silvério de. **Praia Paisagem: a redescoberta do espaço público na praia**. Tese (Doutorado) – USP, Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2014.

BAECHLER, J. **Grupos e sociabilidade**. In: BOUDON, R. (Ed.). Tratado de sociologia. Lisboa: Asa, 1995.

BARRAL, Gilberto Luiz Lima. **Nos bares da cidade: lazer e sociabilidade em Brasília**. 231 f. (Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

BARROS, Jose D' Assunção. **História e memória – uma relação na confluência entre tempo e espaço**. Revista Mouseion. Canoas, vol.3, nº5, jan-jul/2009.

BARROS, José D "Assunção. **Fontes Históricas – uma introdução aos seus usos historiográficos**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019, p.34.

BARBOSA, Marialva Carlos Barbosa. **História e memória como processo de reflexão e aprendizado**. In: MARCHIORI, Marlene. História e memória (org.). Rio de Janeiro: Ed. Senac, 2013.

BAZSKO, B. **Los imaginários sociales: memória y esperanzas coletivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1991.

BENITEZ, A. **O futebol de Várzea como mediador cultural na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT**. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). PPGECOO - Universidade Federal de Mato Grosso, 2014.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: ensaio de psicologia social**. São Paulo: Atelie editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **A Distinção: crítica social do julgamento**. (Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira). São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **Razoes Práticas sobre a Teoria da Ação**. (Tradução de Mariza Corrêa). Campinas, São Paulo: Papirus, 1997.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A Justa Memória: Paul Ricouer explora as relações entre memória, história e esquecimento**. *Jornal de Resenhas*. São Paulo: Folha de São Paulo / Discurso, 12 de maio de 2001.

BUENO, Edir de Paiva. **A Segregação Sócio-Espacial: A (Re) Produção de Espaços em Catalão – GO**. Rio Claro: DGE/UNESP, 2001.

CALDO, Paula; FERNANDEZ, Sandra. **Sobre el sentido de lo social: asociacionismo y sociabilidad. Un breve balance**. In: FERNANDEZ, Sandra; VIDELA, Oscar. *Ciudad Oblicua. Aproximaciones a temas e intérpretes de La entreguerra rosarina*. Rosario: La Quinta Pata & Camino Ediciones, 2008, p.81-84.

CAMPOS, Isabel Soares. **Os Prazeres do Balneário, sob as bençãos de Iemanjá: religiões afro-brasileiras e espaço público em Pelotas**. Dissertação (Mestrado) – Pós Graduação em Antropologia, UFPEL, 2015. 302f.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.

CANAL, Jordi. **Historiografía y sociabilidad en la Espana contemporânea: Reflexiones com término**. *Vasconia, Cuadernos de Historia-Geografía, Universidad del Pais Vasco, Pais Vasco*, n. 33, p. 11-27, 2003.

CARDOSO, Eduardo Mattos. **A invenção de Torres: do balneário Picoral à criação da Sociedade Amigos da Praia de Torres- SAPT (1910-1950)**. Dissertação de Mestrado, UNISINOS, 2008.

COHEN, Renato. **Performance como linguagem**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

CORBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COSTA, Mateus da Silva. **“A Promessa de um Doce Paraíso Pelotense”: A Praia do Laranjal a partir de um estudo histórico**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

_____. **Por uma Narrativa Histórica e Socioambiental da Praia do Laranjal – Pelotas-RS**. Monografia (Graduação em História) Instituto de Ciências Humanas e da Informação – ICHI – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. **La historia o la lectura del tiempo**. Barcelona, Espana: Gedisa, 2007.

CRUZ, H. & PEIXOTO, M. **“Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”**, in: *Projeto História*, São Paulo, no 35, p. 1- 411, 2007.

DA COSTA, C. B. **A escuta do outro: os dilemas da interpretação**. *História Oral*, 17(2), p.31-46, 2014.

DA COSTA, L.P. **Clubes esportivos e recreativos**. In DA COSTA, L. P. (Org). *Atlas do Esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006. pp. 6.7–6.12.

DAMATTA, R. **Torre de babel: ensaios, crônicas, críticas, interpretações e fantasias**. Rio de Janeiro, Rocco, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral e narrativa: tempo, memória e identidades**. História Oral, n. 6, p. 9-25, 2003.

DE LÉON, Zênia. **Estância dos Prazeres**. In_. Pelotas, casarões contam sua história. 1ªEd. São Lourenço do Sul: Hofstadter, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2010.

DIAS, Cleber. **História e Historiografia do Lazer**. Recorde, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2018.

DOSSE, François. **O império do sentido: a humanização das ciências humanas**. Bauru: EDUSC, 2003.

DOSSE, François. **Foucault, estruturalismo e pós-estruturalismo**. In. A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido. Tradução: Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

DUMAZEDIER, Joffre. (1994). **A revolução cultural do tempo livre**. São Paulo: Studio Nobel.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva. 1978

_____. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva. 1976

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

ENKE, Rebecca Guimarães. **O Espetáculo do mar em uma estação balneária no Rio Grande do Sul – A Vilegiatura marítima na Villa Sequeira/Praia do Cassino (1885-1960)**. 2013. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ESCALERA, Javier. **Sociabilidad y Relaciones de Poder**. KAIROS. Revista de Temas Sociales, Universidad Nacional de San Luis, San Luis, Argentina, ano 4, n. 6, 2000. Disponível em: www.fices.unsl.edu.ar/kairos. Acesso em 15.11.2007.

ETCHEVERRY, J. V. **Laranjal até 1947**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1996, v. 1, n.29. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1948 a 1979**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1997, v.2, n.47. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1982 a 1992**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1998, v.3, n. 54. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1993 a 1996**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, 1998, v.4, n.56. (Coleção Cadernos de Pelotas).

_____. **Laranjal de 1997 a 1998**. Pelotas: Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas, ANO, v.5, n. 65. (Coleção Cadernos de Pelotas).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História Oral: velhas questões, novos desafios**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs). Novos Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FERREIRA, Felipe Nóbrega. **“Ao sul do sul o mar também é Pampa”: Sensibilidades de Verão na Vila Sequeira, Rio Grande /RS (1884-1892)**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2012.

- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4 ed. Curitiba: Positivo, 2009. 2120 p.
- FICO, Carlos. **História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro**. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 44, jan./jun. 2012.
- GILL, Lorena Almeida; SILVA, Eduarda Borges da. **Perspectivas para a história oral**. In: ROBERTT, Pedro; RECH, Carla; LISDERO, Pedro; FACHINETTO, Rochele Fellini (Orgs). *Metodologia em ciências sociais hoje*. v. 2 Jundiaí: Paco Editorial, p. 107-126, 2016.
- GOLIM, Tau. **Cartografia da Guerra Guaranítica**. Artigo publicado no 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Paraty, Maio de 2011, p.1.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Espaço Público, Espaços Públicos**. *Revista GEOgraphia*. Vol.20, nº 44, p.115-119, 2018.
- GONDAR, Jô. **Cinco preposições sobre a memória social**. In: GEIGER, Almir, DODEBEI, Vera [et.al.]. *Por que Memória Social?* 1ªed. Rio de Janeiro: Híbrida, 2016.
- GUTIERREZ, Ester J.B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço Pelotense. Pelotas**. Ed. Universitária/UFPEL, 2001, p.72.
- GUTIERREZ, G. L. **A crise de paradigmas: sai de cena o trabalho e entra o lazer**. In: BRUHNS, H.T.; GUTIERREZ, G. (Org.). *Representações do lúdico*. Campinas: Autores Associados, 2001.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.
- _____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução: Laís Teles Benoir, São Paulo: Centauro, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos, 2004 Arquivo.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- HARTOG, François. **Regime de Historicidade** [Time, History and the writing of History -KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996].
- HEINZ, Flávio M. (Org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- HOBBSAWN, Eric. **A era do capital: 1848-1875**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.
- IZQUIERDO, Ivan. **Mecanismos da Memória**. Methodus. Disponível em: <https://www.methodus.com.br/artigo/18/mecanismos-da-memoria.html>. Acesso em 24 ago. 2021.
- IZQUIERDO, Ivan. **Memórias**. *Estudos Históricos*. São Paulo, v. 3, n. 6, p. 89-112. Mai/Ago 1989 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006 Acesso em 24.ago.2021.

JEDLOWSKI, Paolo. **Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica**. In: SÁ, C.P. (Org.) Imaginário e representações sociais. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

JOUTARD, Philippe. **Desafios à história oral do século XXI**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia Maria; ALBERTI, Verena (orgs.). História Oral: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 31-45.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, B. (2021). **Fotografia e História: as tramas da representação fotográfica**. Projeto História: Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, 70. <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2021v70p9-35>.

KHOURY, Yara Aun. **Narrativas orais na investigação da história social**. Projeto História, n. 22, São Paulo: EDUC, 2001.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história**. In: FENELON, Déa Ribeiro e outros (org.). Muitas memórias, Outras histórias. São Paulo: Olho D'água, 2004.

KHOURY, Yara Aun. **O historiador, as fontes orais e a escrita da história**. In: MACIEL, Laura Antunes e outros (org.). Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho D' Água, 2006.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Bernardo Leitão [et.al]. São Paulo: ed. Da Unicamp, 1990.

_____. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor Ltda, 2002, p. 15-40.

LEITZKE, Leonardo Palma. **Loteamento da praia do Laranjal: balneário Santo Antônio**. 2010. 30f. Trabalho de conclusão de curso (graduação), Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2010

LOSEKANN, C. **A esfera pública habermasiana, seus principais críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro**. Rev. Pensamento Plural Pelotas, ano 4, V.57, jan/jun, 2009.

MACHADO, Helena Cristina F. **A Construção Social da Praia**. Revista Cadernos do Noroeste, série sociológica, Vol. 13 (1), p.201-218, 2000.

MAFFESOLI, M. **A conquista do presente**. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MAGALHÃES, M. O. **História do Rio Grande do Sul (1626-1930)**. Pelotas: Armazém Literário, 2002.

_____. **Pelotas: século XIX**. Pelotas: Livraria Mundial, 1994.

_____. **História e tradições da cidade de Pelotas**. Caxias do Sul: UCS/ Instituto Estadual do Livro, 1981.

MAIA, Rousiley. **Sociabilidade: apenas um conceito?** Revista Geraes: estudos em comunicação e sociabilidade. Belo Horizonte, n. 53, p. 4-15, 2002.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Lazer e Educação**. Campinas: Papyrus, 1987

- MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: Fotografia e História** – Interfaces. Rio de Janeiro, Tempo, Vol.1, nº2, 1996, p.73-98.
- MEIHY, José e HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **A história, cativa da memória?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-24, 1992.
- MÜLLER, Dalila. **Feliz a população que tantas diversões e comodidade goza: espaços de sociabilidade em Pelotas (1840 – 1870)**. Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2010. 338f.
- NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. **Arcas de Lembranças**. Pelotas: Martins Livreiro, 1982.
- NAVARRO, Javier Navarro. **Sociabilidad e Historiografía: Trayectorias, Perspectivas y Reto**. SAITABI. Revista de la Facultad de Geografía i Història, Universidad de València, València, n. 56, p. 99-120, 2006.
- NEVES, Margarida de Souza. **História e Memória: os jogos da memória**. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador. Rio de Janeiro: Access, 1998
- NORA, Pierre. **Lês Lieux de Memórie. I: La Republique**. Paris: Gallimard, 1984.
- NUNES, Mara Regina da Silva e MONSELL, Alice Jean. **Contexto e Memória Balneário dos Prazeres**. Revista Seminário de História da Arte, Vol.01, nº07, p.01-24, 2018.
- OSÓRIO, Fernando Luís. **A cidade de Pelotas**. Porto Alegre, Globo, 1962.
- PESAVENTO, Sandra. **Sensibilidades: escrita e leitura da alma**. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frédérique. Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2007.
- PEREIRA, Alaides Catarina dos Santos; RIBEIRO, Maria Thereza Rosa. **Novas Dinâmicas socioespaciais: segregação ou particularismo**. IIIº EICS. UFPel, 2012. Disponível <www.ufpel.edu.br/isp/ppgcs/eics> Acesso em 09 abr. 2022.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (visconde de São Leopoldo). **Anais da Província de São Pedro**. 5. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982
- POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”**. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.
- _____. **“Memória, Esquecimento, Silêncio**. In: Estudos Históricos, 2 (3). Rio de Janeiro, 1989.
- POLIDORI, Maurício Couto, et.al. **Projeto Laranjal XXI – Pré Diagnóstico Global**. Relatório Técnico. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Pelotas, 1992.
- PORTELLI, Alessandro. **Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP. Nº 10. São Paulo: Educ, 1993.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, v. 14, 1997.

- PORTELLI, Alessandro. **Ensaio de história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2010.
- PRONOVOST, Gilles. **Introdução à sociologia do lazer**. São Paulo: Ed. Senac, 2011.
- REBOUÇAS, Aldo da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia. **Águas Doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação**. São Paulo: Escrituras, 2011, p.1.
- REIS, José Carlos. **O Lugar da Teoria-Metodologia na Cultura Histórica**. Revista de Teoria da História Ano 3, Número 6, dez/2011 Universidade Federal de Goiás ISSN: 2175-5892.
- REZENDE, Claudia Barcellos. **"Entre mundos: sobre amizade, igualdade e diferença"**. In.: VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (orgs.). Mediação, cultura e política. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2001.
- RIBEIRO, O. C. F. **Atividades Recreativas em Clubes**. In: SCHWARTZ, G. (Org.). Atividades Recreativas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, v. 1, 2004, p. 94-100.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p.27-60.Arquivo.
- RIGO, Luis. **Notas etnográficas sobre o futebol de várzea**. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, SP, v. 29, n. 3. p. 173 -188, maio 2010.
- ROUSSO, Henry. **La hantisse du passé**. Paris: Éditions Textuel, 1989.
- SAQUET M., **O território: diferentes interpretações na literatura italiana**. In: SPOSITO, E., M. SAQUET e A. RIBAS, (Org.), Território e desenvolvimento: diferentes abordagens, Francisco Beltrão, Edunioeste, 2004, p.14.
- SANTIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa de. **Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância**. Anos 90, Porto Alegre, v. 27 – e2020011 – 2020.
- SANTOS, Samuel. **Estudos Culturais e formação profissional em lazer: das identidades e concepções de sujeitos**. Revista Lusófona de Estudos Culturais, v. 2, n.1, p. 174-193, 2014.
- SAVARIN, B. **A fisiologia do gosto**. SP: Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, M. R. (Org.). **Temas para administração de clubes sociorrecreativos**. São Paulo: Factash Editora, 2010.
- SIMMEL, Georg. **Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal**. In: MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.). Georg Simmel. (Tradução de Dinah de Abreu Azevedo). São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº34). p.166.
- SOUZA. M. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. Geografia conceitos e temas. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOSA, Derocina Alves Campos. **A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha**. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.
- SCHOSSLER, Joana Carolina. **"As nossas praias": os primórdios da vilegiatura marítima no Rio Grande do Sul (1900 – 1950)** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre,2010.

SCHOSSLER, Joana C.; VIEGAS, Danielle Heberle. **A prática da vilegiatura: imigrantes e sociabilidade no sul do Brasil (1880-1930)**. In: Viviane Viebrantz Herchmann; Eduardo Roberto Jordão Knack; Alice Dubina Trusz; Carmem Adriane Ribeiro. (Org.). História cultural: memórias e perspectivas de pesquisa. 1ed.: Editora Fi, 2017, v. 1, p. 1-311.

SCHOSSLER, Joana C. **Cultura balneária e mudanças na paisagem marítima do Atlântico Sul**. In: XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. Anais do XXVI simpósio nacional da ANPUH - Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. v. 1.

TANNO, J. L. **Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945)**. Patrimônio e memória. São Paulo: UNESP - FCLAs - CEDAP, v.7, n.1, p. 328-347, jun. 2011.

TEDESCO, João Carlos. **Nas cercanias da memória: temporalidade, experiência e narração**. – Passo Fundo: UPF; Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

TODOROV, Tzvetan. **O homem desenraizado**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael e HAMILTON, Paula. **Os Debates sobre Memória e História: alguns aspectos internacionais**. In.: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 8a ed. 2006.

TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. **Dicionário enciclopédico Tubino do esporte**. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

VELHO, Gilberto. **Entrevista com Gilberto Velho**. Entrevista concedida em 3 de Julho de 2001 a Celso Castro, Lucia Lippi Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira. Estudos Históricos, FGV, Rio de Janeiro, v.2, nº28, p.183-210, 2001.

VIEIRA, Ronaldo. **Introdução à teoria geral da Biblioteconomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. 330 p.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell**. Petrópolis: Vozes. 1979.

ZICMAN, Renée Barata. **História através da Imprensa – Algumas considerações metodológicas**. Artigo retirado: www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/.../LGXIXSF7.pdf.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

A entrevista tem como objetivo a coleta de dados que constituirão fonte histórica para uma pesquisa acadêmica, desenvolvida no PPGH – UFPEL.

Você autoriza o uso das informações gravadas nesta entrevista para a pesquisa?

Você autoriza a informação de seu nome ou prefere o anonimato de sua verdadeira identidade?

1. Nome
2. Data de nascimento
3. Local de nascimento
4. Me conta como tu e tua família vieram residir no Laranjal?
5. Como era a aparência urbana do Santo Antônio naqueles tempos
6. E a orla da praia? Como era?
7. Da tua geração de amigos e colegas que frequentavam a praia, como era o trânsito de vocês pelos outros balneários, por exemplo, o “barro duro”?
8. Do ponto de vista gastronômico, o que era mais marcante aqui nos balneários?
9. Quais são as tuas memórias de início de carreira musical no Laranjal? E como foi pra ti essa relação entre a música e a Praia?
10. Sobre os banho na lagoa, como tu enxerga essa questão do “próprio e impróprio” durante todo esse tempo que frequentas o Laranjal?
11. E o carnaval de rua no Laranjal? O que recordas e como era a tua participação nessas festividades?